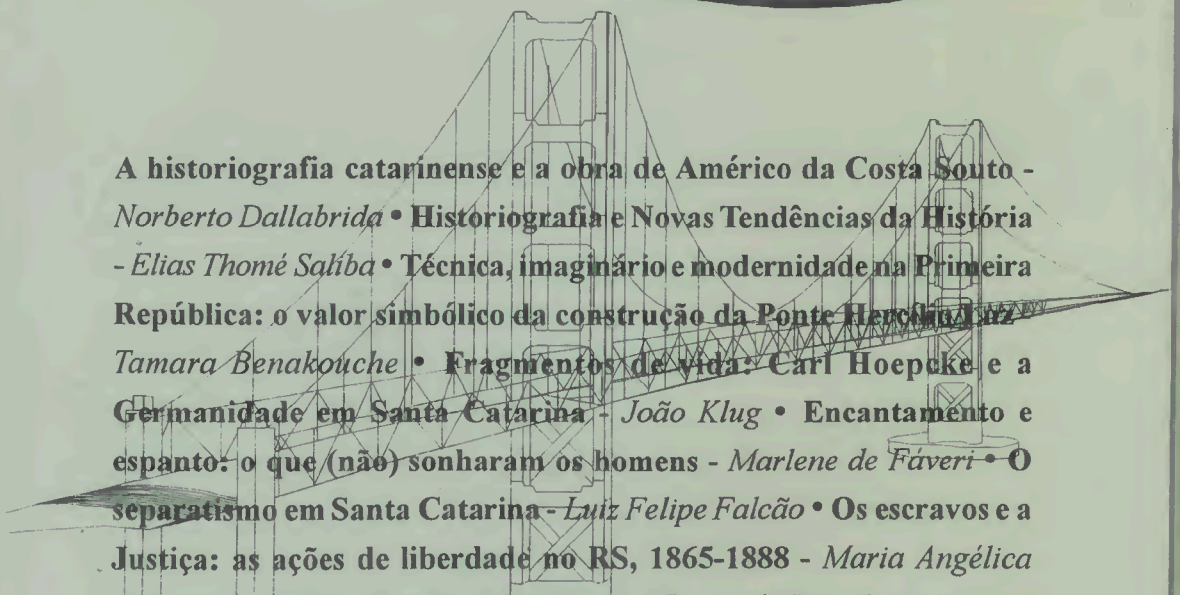
REVISTA CATARINENSE DE HISTÓRIA

4



A historiografia catarinense e a obra de Américo da Costa Souto - *Norberto Dallabrida* • **Historiografia e Novas Tendências da História** - *Elias Thomé Saliba* • **Técnica, imaginário e modernidade na Primeira República: o valor simbólico da construção da Ponte Hercílio Luz** - *Tamara Benakouche* • **Fragmentos de vida: Carl Hoepcke e a Germanidade em Santa Catarina** - *João Klug* • **Encantamento e espanto: o que (não) sonharam os homens** - *Marlene de Fáveri* • **O separatismo em Santa Catarina** - *Luiz Felipe Falcão* • **Os escravos e a Justiça: as ações de liberdade no RS, 1865-1888** - *Maria Angélica Zubaran* • **A Ciência no Brasil Colonial** - *Fernando Dias de Avila-Pires* • **Estados Unidos e América Latina: o declínio de uma hegemonia - parte I** - *Waldir José Rampinelli* • **O "lugar" do real no pensamento de Baudrillard** - *Cynthia Machado Campos* • **O real dá-se ao olhar: perspectiva e visualização da verdade nas imagens da Renascença** - *Henrique Luiz Pereira Oliveira* • **Resenhas - Livros**

Editora Insular

Departamento de História
da Universidade Federal de Santa Catarina

Revista Catarinense de História
Nº 4

Editora
Insular

A Revista Catarinense de História publica semestralmente artigos, ensaios, monografias, traduções, documentos, relatos, projetos de pesquisa e resenhas, além de outras informações de interesse na área de história. É uma publicação não-partidária ou doutrinária, autônoma e pluralista, recebendo contribuições independente das posições políticas e ideológicas de seus autores, que são responsáveis pelas opiniões aqui expressas. Cabe ao Conselho Editorial, integrado por representantes dos estudantes e professores do Departamento de História do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina–UFSC e da Associação Nacional de Professores de História–Anpuh/SC, estabelecer os temas prioritários, selecionar as colaborações que serão publicadas e definir os aspectos gerais da edição. A Comissão Executiva, com a mesma representação do Conselho Editorial, administra a pauta e o fechamento de cada edição junto à Editora Insular.

Revista Catarinense de História
ISSN 0103-6742

Conselho Editorial:
Élio Cantalício Serpa (Anpuh), Maria Bernardete Ramos Flores (Mestrado) e Thais Luzia Colaço (Departamento de História).

Comissão Executiva:
Eunice Sueli Nodari (Anpuh), Joana Maria Pedro (Mestrado), Nelson Rolim de Moura (Editora Insular) e Paulo Pinheiro Machado (Departamento de História).

Preparação de originais, revisão e edição:
Nelson Rolim de Moura

Tradução inglês:
Eunice Sueli Nodari e Paul Richard Miller

Editoração Eletrônica:
Cristiano Alves e Margareti M.B. Alves

Produção Gráfica:
L.G. Meyer Editora

Editora Insular Ltda. ME
Rua Felipe Schmidt, 51, salas 105/111, Shopping Center Plaza
Fone/fax: 0055-048-223-3428
CEP 88010-000 – Florianópolis – Santa Catarina – Brasil
Filiada à CCL-Câmara Catarinense do Livro e ao SNEL-Sindicato Nacional de Editores de Livros

Sumário

A historiografia catarinense e a obra de Américo da Costa Souto
Norberto Dallabrida 9

Historiografia e Novas Tendências da História
Elias Thomé Saliba 21

Técnica, imaginário e modernidade na Primeira República: o valor simbólico da construção da Ponte Hercílio Luz
Tamara Benakouche 35

Fragmentos de vida: Carl Hoepcke e a Germanidade em Santa Catarina
João Klug 49

Encantamento e espanto: o que (não) sonharam os homens
Marlene de Fáveri 61

O separatismo em Santa Catarina
Luiz Felipe Falcão 75

Os escravos e a Justiça: as ações de liberdade no RS, 1865-1888
Maria Angélica Zubaran 87

A Ciência no Brasil Colonial
Fernando Dias de Avila-Pires 105

Estados Unidos e América Latina: o declínio de uma hegemonia - parte I
Waldir José Rampinelli 123

O "lugar" do real no pensamento de Baudrillard
Cynthia Machado Campos 139

O real dá-se ao olhar: perspectiva e visualização da verdade nas imagens da Renascença
Henrique Luiz Pereira Oliveira 147

Resenhas / Livros

O limite entre o público e o privado
Maria Bernardete Ramos Flores 163

História da imigração alemã no Vale do Capivari
João Klug 167

A escravidão romana e o Novo Mundo
Pedro Paulo Funari 171

Nota do Editor

Agradecemos a receptividade dos leitores e a adesão dos historiadores a nossa proposta editorial, ao mesmo tempo em que nos desculpamos pelo atraso na circulação e publicação das colaborações enviadas ao nosso Conselho Editorial (recebidas em 1995) neste quarto número da Revista Catarinense de História. Lamentavelmente, não foi possível editá-la semestralmente, como havíamos previamente estabelecido e anunciado como a periodicidade mais adequada para a publicação, que se propõe a difusão da produção historiográfica regional e de outras instituições de ensino e pesquisa. Tudo com o propósito de estimular, pelo debate e a polêmica, a produção de novos estudos históricos, particularmente sobre Santa Catarina, oferecendo aos estudantes, professores e ao público em geral uma alternativa de leitura, além de promover o necessário intercâmbio cultural.

Persistiremos no propósito de regularizar a circulação da Revista Catarinense de História, contando com a participação dos historiadores , indispensável para o sucesso e o desenvolvimento desta publicação.

Nesta edição, com um novo formato, uma grande variedade de assuntos.

Boa leitura!

A historiografia catarinense e a obra de Américo da Costa Souto

*Norberto Dallabrida**

Resumo: Aborda em linhas gerais a "história tradicional" em Santa Catarina. Analisa os trabalhos que começaram a superá-la, destacando a obra de Américo da Costa Souto.
Palavras-chave: Historiografia catarinense – História tradicional – Mentalidades – Américo da Costa Souto
Abstract: The article approaches in general lines the "traditional History" in Santa Catarina. The author analyzes the works that started to challenge this approach giving special attention to the work of the historian Americo da Costa Souto.
Key-words: Santa Catarina Historiography – Traditional History – Mentalities – Americo da Costa Souto

A História de Santa Catarina está atingindo a idade historiográfica. Como um dos problemas do presente, o pensamento histórico catarinense também está sendo historicizado, no intuito de se entender as suas perspectivas, os seus autores, as suas circunstâncias.

O debate foi colocado inicialmente por Piazza[1] e retomado por Gomes[2] na dissertação de mestrado sugestivamente intitulada "Formas do Pensamento Historiográfico Catarinense", que analisa sete historiadores

* Professor do Departamento de Estudos Geo-históricos da UDESC

1 PIAZZA, Walter Fernando. Santa Catarina: sua História. Florianópolis: Ed. da UFSC/ Lunardelli, 1983. p. 15-36: Historiografia e Fontes para a História.

2 GOMES, Valter Manoel. Formas do Pensamento Historiográfico Catarinense. Florianópolis: UFSC, 1984. Dissertação (Mestrado em História - Centro de Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, 1984. Talvez o título mais apropriado deveria ser "Formas do Pensamento Histórico Catarinense", porque, Gomes

que escreveram sobre Santa Catarina, procurando detectar o caráter científico da História. Recentemente, Wolff[3] recolocou a questão, propondo uma classificação da historiografia catarinense.

De certa forma, o presente escrito é fruto desta salutar provocação historiográfica. Aborda em linhas gerais a "história tradicional" em Santa Catarina e analisa os trabalhos que começaram a superar esta forma de escrever História, destacando a obra de Américo da Costa Souto.

A Historiografia[4] catarinense tem diversos momentos, marcados por obras peculiares. Desde a fundação da Capitania de Santa Catarina, em meados do século XVIII, até a virada do século XX, a História foi escrita pela elite administrativa, militar e eclesiástica[5] e pelos viajantes estrangeiros que aportaram no litoral catarinense, particularmente em Desterro[6]. Apresentava-se na forma de "Relatório", "Memória Histórica", "Notícia", crônica ou relato de viagem.

Com a inauguração da República e a criação do Estado de Santa Catarina, iniciou-se um novo momento historiográfico[7], marcado pela produção da chamada "história tradicional". Esta forma de escrever História, caracteriza-se pela narrativa de acontecimentos essencialmente políticos, administrativos e militares de indivíduos da elite e pela utilização quase exclusiva de documentos escritos – geralmente oficiais –, visando atingir a

---

analisou obras históricas, o que por sua vez é um trabalho historiográfico. cf. LAPA, José Roberto do Amaral. Historiografia Brasileira Contemporânea: A História em Questão. Petrópolis: Vozes, 1981. p. 22-24.

3 WOLFF, Cristina Scheibe. Historiografia Catarinense: uma introdução ao debate. Revista Catarinense de História. Florianópolis, n.2, p.5-15, ago.1994.

4 "A historiografia é o nome, um pouco pesado, mas comumente adoptado, que designa em francês uma espécie de história em segundo grau: a história do modo de elaborar e de escrever a história, que se denomina noutras línguas Geschichtswissenschaft, Geschichtsschreibung, historical writing.", cf. PALMADE, Guy. II - História da História. In: VEYNE, Paul et al. História e Historicidade. Lisboa: Gradiva, 1988. p. 35. v. também José Roberto do Amaral. op. cit., p. 17-26. A historiografia é a "História da História", cf. LE GOFF, Jacques. História e Memória. Campinas: Editora da UNICAMP, 1990 p. 135.

5 Pode-se destacar as obras de João Alberto de Miranda Ribeiro, Paulo José Miguel de Brito, Manuel Joaquim D'Almeida Coelho, José Gonçalves dos Santos Silva e Joaquim Gomes de Oliveira e Paiva, o Arcepreste Paiva. Cf. GOMES, Valter Manoel, op. cit., p. 49-134.

6 v. BERGER, Paulo (org.). Ilha de Santa Catarina: relatos de viajantes estrangeiros nos séculos XVIII e XIX. Florianópolis: Editora da UFSC/Assembléia do Estado de Santa Catarina, 1984.

7 Ao apresentar este recorte temporal, discorda-se da classificação de Wolff, que situa o início da "historiografia catarinense recente" na década de 1940, pelo fato das obras deste período serem encontradas com facilidade nas bibliotecas e por trabalhá-

objetividade. Foi gestada na Europa no século XIX e, posteriormente, transplantada para o Brasil.[8]

A "história tradicional" tem uma significativa vertente de abrangência estadual, que procura construir uma visão histórica panorâmica do Estado de Santa Catarina[9]. Para tecer considerações gerais sobre este pensamento histórico, é imprescindível estabelecer generalizações. Desta forma, devido a sua produção intelectual, optou-se por destacar três historiadores que sintetizam a grosso modo três épocas da "história tradicional" de abrangência estadual. Trata-se de Lucas Alexandre Boiteux, Oswaldo Rodrigues Cabral e Walter Fernando Piazza.

Boiteux foi o primeiro historiador a escrever sobre o Estado de Santa Catarina. Publicou em 1912 "Notas Para a História Catharinense"[10]. Como o próprio autor afirma na apresentação, é uma "reunião de documentos e notícias acerca da história de nosso estremecido torrão natal", coletadas em diversificadas fontes. É dividida em cinco partes, uma para cada século da era da colonização européia no Brasil, que se desdobram em capítulos em que predomina um fato. Os séculos são divididos cronologicamente, feito gavetas, e as "notas" são encaixadas nos mesmos, sem articulação.

A estrutura da obra e o próprio título, indicam que ainda não se trata da "História Catarinense", mas de um trabalho preparatório, e expressam a necessidade de que a mesma fosse produzida. Esta preocupação foi movida pelo sentimento de regionalismo do autor em relação ao seu estado natal – catarinensismo? –, demostrado na apresentação da sua obra.[11]

---

las nas suas atividades acadêmicas. Sob o ponto de vista historiográfico, nesta década não se verificam rupturas significativas, mas a continuação de uma tradição iniciada no final do século XIX, cf. WOLFF, Cristina Scheibe, op. cit. p.5-6.

8 O conceito de "história tradicional" é baseado em BURKE, Peter (org.). Abertura: A nova história, seu passado e seu futuro. In: A Escrita da História: novas perspectivas. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992.(Biblioteca Básica). p.7-37. CARDOSO, Ciro Flamarion. Uma introdução à História. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1983. (Primeiros Vôos). p. 45-57.

9 A "história tradicional" também tem muitas obras de abrangência regional, como por exemplo os trabalhos sobre vales ou ilhas e microrregiões; bem como de âmbito local, em que se destacam as Histórias dos municípios, distritos e bairros, que não serão analisadas neste ensaio.

10 BOITEUX, Lucas Alexandre. Notas Para a História Catharinense. Florianópolis: Typografia a vapor da Livraria Moderna, 1912.

11 GOMES, Valter Manuel. op. cit. p.137-47.

Oito anos depois, lançou "Pequena História Catarinense"[12], uma adaptação didática da obra citada acima, com o acréscimo de alguns fatos e muitas fotos. Considerando-a "um exemplar perfeito de 'História factual'", Gomes[13] conclui que o livro "obedeceu o mesmo plano das 'Notas': divisão em séculos e em capítulos. A novidade foi a numeração das notas, num total de 339. Persiste o problema da mistura indiscriminada de assuntos num mesmo capítulo, negando-lhe unidade, e, por isso, "razão de existir". A sua "razão de existir" foi político-pedagógica, pois, a partir da década de 1920, passou a ser adotada oficialmente na Escola Normal e nos grupos escolares de Santa Catarina. De forma mais intensa, o autor foi motivado pelo sentimento de regionalismo; no "prefácio", citando Emílio Faguet, afirma que "o historiador (...) será um semeador de patriotas".

"Pequena História Catharinense" procurou difundir a imagem de Santa Catarina após a Guerra do Contestado, que definiu o seu espaço físico e político, e a Primeira Guerra, que provocou a primeira crise significativa na identidade brasileira. Apesar de ser uma adaptação de "Notas", ousou intitular-se "História", mas se considerou "Pequena". Em 1930, foi reeditada sob o título "História de Santa Catarina"[14].

Cabral escreveu duas obras sobre o Estado de Santa Catarina. Em 1937, lançou "Santa Catarina (História e Evolução)"[15] e em 1968, "História de Santa Catarina"[16]. Apesar da segunda apresentar inovações de caráter didático e acréscimo de fatos contemporâneos, a concepção teórico-metodológica é comum.

Na segunda obra, Cabral apresenta uma perspectiva histórica político-administrativa, percebida na seleção dos acontecimentos e dos agentes históricos. O seu olhar se fixou sobre as transformações na administração pública nos níveis civil, militar e eclesiástico, que proporcionaram o desenvolvimento de Santa Catarina. Os agentes desta mudança foram na

12 BOITEUX, Lucas Alexandre. Pequena História Catharinense (Adoptada Officialmente). Florianópolis: Officinas a Elect. da "Imprensa Official". 1920.

13 GOMES, Valter Manoel, p.147.

14 Boiteux tem vasta produção histórica em livros e principalmente em periódicos. v. CUNHA, Maria Teresa Santos. A contribuição historiográfica de Lucas Alexandre Boiteux no jornal do comércio do Rio de Janeiro 1911-1957. Florianópolis: UFSC, 1982. Dissertação (Mestrado em História) - Centro de Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, 1982.

15 CABRAL, Oswaldo Rodrigues. Santa Catarina (História-Evolução). São Paulo: Brasiliana. 1937.

16 CABRAL, Oswaldo Rodrigues. História de Santa Catarina. Florianópolis: Imprensa da UFSC. 1968.

maioria das vezes indivíduos da elite, tais como administradores públicos, políticos, militares, eclesiásticos. Entre outros, destaca Silva Paes, Jerônimo Coelho, Lauro Muller e Hercílio Luz. Nesta História, as mulheres, os trabalhadores, os negros e os índios são marginalizados e os grupos sociais não são considerados como sujeitos históricos atuantes.[17]

A última síntese histórica sobre Santa Catarina foi produzida pelo professor Piazza, sob o título "Santa Catarina: sua história"[18]. Mantém a divisão tripartite tradicional da História brasileira: colônia, império e república. Nos variados eixos temáticos abordados, o seu *leitmotiv* é a imigração e colonização européia e a sua contribuição para a sociedade catarinense. Continua privilegiando os indivíduos da elite como agentes da história, destacando a ação dos colonizadores europeus.[19]

Além da ênfase à História sócio-econômica, o trabalho de Piazza apresenta inovações como o primeiro capítulo sobre historiografia e o segundo em torno da Pré-história em Santa Catarina. Tem uma preocupação com a quantificação, precipuamente nos aspectos demográfico e econômico. Por fim, ao afirmar que "a História é uma eterna revisão", expressa o sentimento da inconclusidade do pensamento histórico, incomum na "história tradicional".

Esta volumosa obra foi sintetizada para uso didático nas escolas de segundo grau, pelo próprio autor e pela professora Laura Machado Hubener, simpaticamente intitulada "Santa Catarina: História da Gente"[20]. Apesar da adequação da linguagem e do acréscimo de alguns fatos novos, a concepção histórica tradicional permanece. Não obstante, tem sido um veículo importante na disseminação da História catarinense no ensino médio, que lembra o empreendimento de Lucas Alexandre Boiteux.

Em tese, Boiteux, Cabral e Piazza, apesar das especificidades próprias de seu tempo, pertencem ao momento historiográfico da "história tradicional". A partir da década de 1970, esta forma de escrever História passou a ser

---

17 v. DALLABRIDA, Norberto. A Perspectiva Histórica de Cabral em "História de Santa Catarina". Blumenau em Cadernos. Blumenau, t. 33, n.8, p.240-47, ago. 1992. É importante notar que em outras obras, Cabral apresenta visões históricas diferentes e criativas.

18 PIAZZA, op.cit.

19 Wolff chama atenção para este aspecto quando diz que ao analisar a industrialização catarinense, Piazza destaca os empresários e não fala da mão-de-obra. Cf. WOLFF, Cristina Scheibe. op. cit., p.8.

20 PIAZZA, Walter Fernando, HUBENER, Laura Machado. Santa Catarina: História da Gente. Florianópolis: Lunardelli, 1987.

superada, por várias obras de autores provenientes de diferentes espaços intelectuais.

Na obra "Nova História de Santa Catarina"[21], o Professor Sílvio Coelho dos Santos apresenta uma visão inovadora da História catarinense, como o título procura expressar. Inicia com um *flashback* positivo e crítico sobre Santa Catarina, caracterizando-a como "um mosaico étnico e cultural" e destacando o seu reduzido desequilíbrio econômico, social e urbano. No capítulo final, retoma a formação multiétnica da sociedade catarinense. Esta estratégia narrativa aproxima a História do presente, do cotidiano.

Santos "antropologiza" a História, construindo-a a partir de seus grupos étnico-culturais. Os agentes históricos são coletivos, dentre o quais "os navegadores", "os açorianos", "os escravos", "os alemães", "os italianos", "os índios". Nos títulos dos capítulos do livro, o único indivíduo citado é uma mulher, Anita Garibaldi, a eterna heroína dos historiadores catarinenses. Em particular, enfoca os índios como grupo étnico entranhado na História catarinense, lutando por seus direitos contra os invasores europeus, aos quais o autor dedica pouquíssimas páginas.

A partir de 1975, com a criação do Curso de Mestrado em História na Universidade Federal de Santa Catarina, foi produzida uma leva de obras de História demográfica e econômica baseadas no método quantitativo. Esta inovação foi proporcionada pela contribuição de um grupo de professores visitantes dos Estados Unidos, que trouxeram também a metodologia da chamada "história oral". A dissertação de mestrado do professor Carlos Humberto P. Correa, transformada em livro[22], adaptou esta metodologia para a realidade brasileira, transformando-se numa contribuição pioneira na produção de documentos escritos a partir da fonte oral.

Entretanto, sob o ponto de vista teórico-metodológico, a obra que apresenta ruptura mais significativa em relação à "história tradicional" catarinense é "Evolução histórico-econômica de Santa Catarina: Estudo das Alterações Estruturais (Século XVII-1960)"[23], de autoria

---

21 SANTOS, Silvio Coelho dos. Nova História de Santa Catarina. Florianópolis: edição do autor, 1974.

22 CORREA, Carlos Humberto P. História Oral: teoria e técnica. Florianópolis: Editora da UFSC, 1983.

23 CENTRO DE ASSISTÊNCIA GERENCIAL DE SANTA CATARINA. Evolução Histórico-Econômica de Santa Catarina: Estudo das Alterações Estruturais (Século XVII-1960). Florianópolis: CEAG/SC, 1980.

do Professor Américo Augusto da Costa Souto. Como o título revela, é uma interpretação braudeliana da História Econômica de Santa Catarina.[24]

A ruptura pode ser verificada em relação a vários aspectos historiográficos. Em primeiro lugar, de acordo com a proposta de Braudel[25], estabelece conjunturas e estruturas, superando o tempo acontecimental. Propõe uma estrutura básica para a economia catarinense entre o século XVII e 1960: a "satelitização" em torno de centros nacionais e a fragmentação em zonas geo-econômicas especializadas. Esta "longa duração" é formada por três estruturas menores: a economia subsidiária e primário-exportadora, "a indústria tradicional" e "a indústria dinâmica". Estas, por sua vez, são subdivididas em vários momentos menores, as conjunturas.

Os acontecimentos não são excluídos da História, mas citados oportunamente para marcar uma nova conjuntura. Por exemplo, a fundação da "Fábrica de Tecidos Renaux S/A" em Brusque, em 1892, é um dos acontecimentos que inicia "A conjuntura da Década de 1880 a 1914", que marca efetivamente a implantação da "indústria tradicional" no Vale do Itajaí. A introdução do arado no território catarinense em 1850, que passa a superar a "velha enxada", é um dos marcos da conjuntura iniciada em meados do século XIX, que criou condições para a implantação da "indústria tradicional".

O estabelecimento de tempos médios e longos apresenta uma nova periodização na Historiografia catarinense – que consiste na definição da duração destes tempos –, que destoa dos períodos tradicionais, marcados por fatos político-administrativos. Souto constrói uma multiplicidade temporal imbricada, entrecruzando oportunamente acontecimentos, conjunturas e estruturas.[26] Deseja, sobretudo, mostrar "o que mudou e o que permaneceu"

---

24 Lapa afirma categoricamente que não há nenhuma obra na historiografia brasileira inspirada em Braudel. cf. LAPA, José Roberto do Amaral. op. cit. p.75. A respeito, Burke diz que "(...) a estrutura tripartite de Braudel em seu 'Mediterranée' foi mais admirada do que propriamente imitada. cf. entrevista concedida a José Geraldo Couto. In: Folha de S. Paulo, 11/9/94, Mais!, p.6-4.

25 BRAUDEL, Fernand. Escritos sobre a História. São Paulo:Perspectiva, 1978. p.41-78: II A História e as outras Ciências do Homem. Trata-se do famoso artigo de Braudel publicado na Revista Annales em 1958.

26 Ao levantar os principais problemas que envolvem o conceito de História, Le Goff aponta a questão das "diferentes durações históricas", que cabe ao historiador identificar. cf. LE GOFF, Jacques. História e Memória. Campinas, SP. Editora da UNICAMP, 1990. p.8-16. Vovelle chama atenção para a problemática "da dialética do tempo curto e do tempo longo, do jogo entre os eventos e a longa duração". cf. VOVELLE, Michel. Ideologias e Mentalidades. São Paulo: Brasiliense, 1987. p. 287-98. Apresentando a necessidade de "perceber a dialética do sistema e do acontecimento". Dosse diz: "Trata-se de fazer renascer o acontecimento significativo,

na História Econômica catarinense até 1960. "Lampedusianamente", constata que "(...) na história as coisas mudam para continuarem como estão ..."[27].

Em segundo lugar, contextualiza a economia catarinense em nível nacional e internacional. O recorte estadual é sempre visto como parte integrante de um processo histórico mais amplo. É uma visão sistêmica, que vai do particular para o geral e vice-versa, demonstrando que a História é uma engrenagem onde quase tudo está interligado. Por exemplo, relaciona a gênese da industrialização catarinense com as revoluções de 1848, a unificação italiana e alemã e "a crise de 1873" na Europa Ocidental.

Para compreender a relação entre o Brasil e o mundo, utiliza-se dos conceitos de "centro" e "periferia". O primeiro, representado pelas "economias desenvolvidas" do Ocidente e o segundo pelas "economias subdesenvolvidas", dentre as quais a brasileira. Esta "formação social" é constatada em nível nacional, onde o "centro", o eixo Rio-São Paulo, domina a chamada "periferia interna", da qual Santa Catarina sempre fez parte.

O caráter periférico da economia catarinense condicionou a fragmentação geo-econômica de Santa Catarina, onde suas regiões foram "satelitizadas" em torno das metrópoles contíguas, Curitiba e Porto Alegre, e principalmente pelo eixo Rio-São Paulo. Assim, Santa Catarina é vista como um arquipélago econômico, em virtude da sua dependência em relação a outros "centros" do Brasil[28]. Esta perspectiva histórica realista e crítica da economia catarinense, contrasta com alguns trabalhos que apresentam visões excessivamente otimistas do desenvolvimento econômico catarinense.

Em terceiro lugar, ensaia uma obra que se pode chamar de "História econômica total"[29] que não se fecha sobre si mesma,

ligado as estruturas que o tornaram possível, fonte de inovação", cf. DOSSE, François. A história em migalhas: dos "Annales à "Nova História". São Paulo: Ensaio, Campinas, SP: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1992. p.258.

27 CENTRO DE ASSISTÊNCIA DE SANTA CATARINA. op. cit. p. 32. Mayer propõe que os historiadores investiguem a interação dialética entre "o grande drama da transformação progressiva" e "a implacável tragédia da permanência histórica", MAYER, Arno. A Força da Tradição: A Persistência do Antigo Regime. São Paulo: Companhia das Letras, 1987. p. 14.

28 CENTRO DE ASSISTÊNCIA DE SANTA CATARINA. op. cit. p.197.

29 Seguindo a tradição dos "Annales", Souto apresenta uma "História econômica total", apesar de confessar que deu maior atenção à indústria, pelos fatos de provocar

mas procura estabelecer conexões oportunas com o "complexo social". A geografia é integrada à História econômica catarinense, como parte condicionante do processo. Inicialmente, na época colonial, percebe a primeira cisão geográfica entre o litoral e o planalto, condicionada pela presença da Serra Geral. Com o estabelecimento da imigração e colonização européia no século XIX, trabalha seis zonas geo-econômicas e suas especializações, descentralizando o Estado de Santa Catarina[30].

Souto "geografiza" a História, produzindo uma "geo-história" da economia catarinense. Braudelianamente, enfatiza o ambiente físico, mas não discorre sobre as conseqüências da relação entre o homem e o meio ambiente, ou seja, a História do meio ambiente, a chamada "eco-história"[31]. Por exemplo, ao analisar a industrialização da madeira e do carvão, não aponta as lamentáveis conseqüências da extração descontrolada destes produtos. Neste sentido, pode-se afirmar que a perspectiva do seu trabalho é desenvolvimentista.

O desenvolvimento econômico catarinense é ligado à política estadual, em particular à atitude do governo diante da industrialização. Por exemplo, aponta a predominância da "mentalidade agro-exportadora" dos governadores do Estado de Santa Catarina até 1930. Por outro lado, constata preocupação "tecnocrática" precoce em alguns governantes na República Velha, dentre os quais Hercílio Luz, Felipe Schmidt, Lauro Muller e Fausto de Souza.[32]

Ao longo da História econômica catarinense, Souto faz incursões de caráter sociológico. Detecta uma série de tipos humanos, como por exemplo "o tropeiro" na economia pastoril do Planalto Lageano ou o "vendeiro" e/ou o "empresário inovador" de Schumpeter na implantação da "indústria tradicional" no Vale do Itajaí. Às vezes cita indivíduos, como por exemplo Carlos Renaux, um "vendeiro" de Brusque que teve negócios em Itajaí. Porém,

---

transformações estruturais e induzi-las nos demais setores da economia, cf. CENTRO DE ASSISTÊNCIA DE SANTA CATARINA, op. cit. p.25 e 33. Neste sentido, classificar a obra de Souto como "abordagem temática" como faz Wolff não parece acertado, cf. WOLFF, Cristina Scheibe. op. cit., p.11.

30 Dentre estas zonas econômicas, apresenta maior profundidade em relação ao Vale do Itajaí, objeto de um trabalho monográfico do próprio autor, cf. SOUTO, Américo Augusto da Costa. Uma tentativa de História Econômica Regional: a indústria de Blumenau e a exportação-importação de Santa Catarina (1930-1939). Tese de Livre-docência. Florianópolis, UFSC, 1974. 73 p. Por outro lado, o oeste catarinense não é muito contemplado.

31 BURKE, Peter. op. cit., p. 8 e 20.

32 CENTRO DE ASSISTÊNCIA DE SANTA CATARINA. op. cit. p. 63, 112 e 200.

dentre os grupos sociais, não trabalha com o conceito de classe social; em alguns momentos, utiliza o conceito de elite, como na análise da "elite local" de Desterro no século XVIII.[33]

Em quarto lugar, realiza um trabalho interdisciplinar que debate com a intelectualidade do seu tempo, ou seja, a década de 1970. Souto entabula um diálogo de vanguarda com historiadores, antropólogos, economistas e geógrafos regionais, nacionais e internacionais. A maioria das suas referências bibliográficas de apoio teórico são da década de 1960 e 1970.

Por fim, Souto escreve uma obra agradável, que revela a sua verve. É concisa, didática e elegante. Os títulos são claros e sugestivos – apenas uma ressalva em relação à convivência das palavras "evolução" e "História" –, os parágrafos densos, os conceitos precisos. Enfim, as palavras de Souto sobre a economia, primam de maneira salutar, pela economia das palavras.

A "Escola dos Annales" penetrou tardiamente em Santa Catarina, provavelmente devido ao seu provincianismo intelectual, ligado a sua economia periférica. Souto, que estudou na Universidade Federal do Paraná, é "o operário da primeira hora" da "nouvelle histoire" em Santa Catarina nos anos 70 – um caso de satelitização historiográfica? Como Braudel, dedicou suas reflexões históricas especialmente às estruturas geo-econômicas e sociais e à História Moderna da Europa, procurando construir a globalidade histórica.[34] Mas, o seu primeiro ensaio, um trabalho de "psico-história", abordou de forma interdisciplinar a crise histórica do século XX na longa duração cultural do Ocidente.[35]

A partir do final dos anos 1980, emerge uma nova conjuntura historiográfica catarinense – "pós-moderna"? –, marcada pela exploração de novos objetos históricos, que demandam novas abordagens. A partir de

---

33 Id. ibid., p.49.

34 Dosse afirma que Braudel concentrou seus estudos entre os séculos XVI e XVIII, cf. DOSSE, François. A História em migalhas: dos 'Annales' à 'Nova História'. São Paulo: Ensaio, Campinas, SP: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1992. v. também BURKE, Peter. A Revolução Francesa da historiografia: a Escola dos Annales. São Paulo: Editora Universidade Estadual Paulista, 1991. p.113. Souto produziu um modelo didático para o ensino da História Moderna da Europa em nível superior, cf. SOUTO, Américo Augusto da Costa. Estudos. Revista Educação e Ensino de Santa Catarina. Florianópolis, v.1, n.1, p. 38-67, jul. 1972.

35 SOUTO, Américo Augusto da Costa. Expressionismo, nazismo e crise histórica. A Crise. Florianópolis, maio de 1972. p.7-10.

novos olhares, a História catarinense passa a se sintonizar cada vez mais com o mundo, principalmente por influência das universidades paulistas. Mas, esta questão exige um outro escrito.

Coqueiros, verão de 1995.

Palestra

Historiografia e Novas Tendências da História*

Elias Thomé Saliba **

Ao aproximarmo-nos de um tema como este, que analisa a disciplina histórica sob a forma de tendências ou generalidades, experimentamos a mesma angústia do filósofo Demócrito que resumia a dificuldade de iniciar sua reflexão com quatro palavras: "Vou falar de tudo".

Para não falar de tudo, talvez fosse conveniente começar com uma pequena fábula:

> "Num pequeno principado de clima ameno e agradável, um jovem soberano chamado Paphnutius deicidiu instituir, por decreto, o iluminismo: mandou 'derrubar as florestas, tornar os rios navegáveis, cultivar batatas, construir estradas e vacinar contra a varíola'. Mas para que tal decreto se efetivasse decidiu, após os conselhos de seu ilustrado ministro, 'expulsar do reino as fadas, essas inimigas do espírito iluminista que se ocupavam perigosamente do maravilhoso e propagavam, sob o nome de poesia, um veneno secreto que tornava as pessoas absolutamente inaptas para o serviço do iluminismo'. Nem é preciso dizer que, apesar de todas as precauções, as fadas continuaram a freqüentar o principado e a propagar o seu veneno secreto".

* Palestra proferida no evento 20 Anos de História, promovido pelo Curso de Pós-Graduação em História da UFSC, em Florianópolis, no dia 24/10/95.

** Professor Doutor da Universidade de São Paulo-USP.

Esta fábula, contida na novela satírica *O pequeno Zacharias*[1], escrita em 1920 por Hoffmann, é expressiva dos dilemas da historiografia contemporânea: ela tentou implantar o iluminismo no seu reino mas, talvez da forma mais equivocada, ou seja, expulsando as fadas através de decretos inúteis...

A expulsão das fadas do território do historiador talvez tenha começado pouco mais de duas décadas atrás (talvez quando este curso de pós-graduação tenha começado), quando os paradigmas estruturalistas, marxistas e deterministas estavam na ordem do dia.

Nos últimos anos, as fadas (provavelmente expulsas pela porta da frente) retornaram, renitentes e teimosas, pela porta dos fundos da historiografia. Três depoimentos textuais recentes bastam para comprovar este retorno das fadas.

O primeiro, de um famoso editorial da revista *Annales*, de 1988, que dizia:

> "Hoje, parece ter chegado o tempo das incertezas. A reclassificação das disciplinas transforma a paisagem científica, questiona primazias estabelecidas, afeta as vias tradicionais pelas quais circula a inovação. Os paradigmas dominantes, que se ia buscar nos marxismos ou nos estruturalismos, assim como no uso confiante da quantificação, perdem sua capacidade estruturadora."[2]

O segundo, num artigo da *American Historical Review*, alguns anos depois:

> "O retorno do ficcional mergulhou os estudos históricos numa extensa crise epistemológica. Questionou nossa crença num passado fixo e determinável, comprometeu a possibilidade da representação histórica e minou nossa capacidade de nos localizarmos no tempo."[3]

---

1 HOFFMANN, E.T.A. O pequeno Zacharias chamado Cinábrio. trad. Karin Volobuer. Ed. bilíngüe. São Paulo: Ars Poética, 1994.

2 Editorial da revista Annales, E.S.C., 1988, n.2, p.291-292.

3 HARLAN, David. Intelectual History and the return of literature. In: American Historical Review, n.94, 1989, p.881.

O terceiro, do historiador norte-americano Neil Smith expressou o caráter agônico dessa crise histórica e existencial, quando, entre confuso e compungido, declarou:

> "O iluminismo está morto, o modernismo está morto, o marxismo está morto, o movimento da classe trabalhadora está morto... e o autor também não se sente muito bem."[4]

Três registros que captam dimensões variadas: *crise dos paradigmas* no primeiro; *crise de representação* no segundo; *crise de identidade* (além de crise atrabiliária) no terceiro. Três dimensões da crise que considero, num aspecto mais amplo, como sintoma de uma fratura mais geral da Razão.

Sem entrar neste debate, às vezes algo sectário, entre os partidários do Racionalismo e do Irracionalismo – entre os defensores da Megera Cartesiana e os cultores da Salomé Nietzscheana, (que continuam a partilhar a ilusão de Paphnutius) eu diria que a historiografia contemporânea, na sua atual guinada em direção ao cultural, abandonou os paradigmas da razão clássica – incluindo aí tanto o modelo da Filosofia Analítica quanto a tradição Neo-Kantiana[5] – e busca como seu ideal teórico *uma outra racionalidade*.

Noutros termos, considero que a historiografia mais recente transformou-se no reduto e, talvez, até mesmo, no lugar privilegiado de experimentação de diferentes concepções de racionalidade. Espero que consiga, ao menos, mostrar que, nesta crise dos modelos, devemos abandonar vários pressupostos da Razão Clássica, *sem, contudo, abandonar a própria razão.*

O que tem marcado a produção historiográfica dos últimos anos é uma preocupação reiterada e generalizada com os temas simbólicos, com a dimensão cultural dos eventos e com as questões do imaginário. Num primeiro momento, tal preocupação – que tem se revelado persistente, para além dos modismos circunstanciais – parece paradoxal, pois vivemos um momento de profunda descrença nas possibilidades da imaginação social, num momento

---

4 In: Uneven development,Nova Iorque, Basil Blackwell,1994.

5 O mote básico da filosofia analítica, glosado pelas suas mais variadas vertentes, era o de que a História não cria lei de interpretação da sociedade, mas se limita a aplicar os resultados teóricos das ciências sociais. A tradição neo-kantiana, sem prejuízo das suas vertentes atuais, centrou-se no seu historismo, que propunha uma distinção primordial entre as ciências da natureza (explicação) e as ciências do espírito (compreensão). Para uma discussão mais recente desse tópico ver GARGANI,A.(org.).La crisi della regione.Nuovi modelli nel rapporto tra sapere e attivitá umane.Turim: Einaudi,1979.

que passamos por uma autêntica "crise das utopias".

É preciso reconhecer o quanto esta diluição de expectativas e reforço do desencantamento esteve ligada a muito citada, pouco entendida e ainda menos explicada, crise da pós-modernidade. O corte repentino e sem remissão entre o passado e o futuro, apenas agravou a crise das utopias em sociedades baseadas no alargamento da privacidade, na erosão das identidades sociais e no incentivo ao esquecimento.

Com a mundialização acelerada das informações, e com a presença muito forte de uma história imediata, começa a ganhar corpo uma nova experiência de historicidade que implicou numa redefinição quase que completa dos acontecimentos – agora caracterizados como resultantes de uma multiplicidade de possíveis. Não custa lembrar que, recentemente, o professor Pierre Sorlin, tentando encontrar um mínimo comum para definir o acontecimento histórico, perdeu a paciência e definiu: "Um fato é o que vemos na televisão, e mais nada".[6]

Os historiadores se deparam hoje com este fenômeno inusitado: a *transformação do acontecimento em imagem*. Não mais a imagem alegórica que *narra*, mas a imagem analógica que apenas *mostra* – as representações remetem-se a representações, multiplicando-se quase ao infinito. Obsecados pelo realismo, podemos, como historiadores, discutir inutilmente a autenticidade das imagens até que nossos próprios discursos nos deixem anestesiados. Como reconstruir e representar o passado num mundo onde, paradoxalmente, *só é real aquilo que for traduzido em imagens?*

Espero não parecer demasiado cético ao sugerir que o prestígio cada vez maior das imagens coloca em jogo o próprio estatuto das representações utilizadas pelo conhecimento histórico. Artífice da palavra, num mundo que a despreza, o historiador se vê ameaçado pela pecha de "antiquário". Assistimos, no caso da história e, em particular, no caso da história cultural, a uma espécie de regressão aos procedimentos internos da obra historiográfica, reduzindo-se, assim, toda a questão da síntese histórica às vicissitudes da prática discursiva do historiador, seja ela narrativa, hermenêutica ou analítica.

Esta busca da singularidade e esta recusa do trabalho crítico se revela

---

6 SORLIN,Pierre.Indispensáveis enganosas, as imagens, testemunhas da História.In: Estudos Históricos, n.13,v.7,Rio,CPDOC-FGV,1994,p.85.

como uma das mais fortes dimensões da crise contemporânea e da falência dos grandes modelos: a substituição, cada vez maior, das nossas experiências, pelas *representações dessas experiências*. A realidade social, que era o chão firme e sólido dos historiadores, fragmentou-se numa selva de espelhos, onde cada objeto contempla especularmente no outro a essência abstrata de si mesmo.

Discorrer, portanto, sobre o tema "tendências da historiografia" é reconhecer que a História Cultural, apenas por um vício pleonástico chamada de "nova", constitui a principal fronteira do conhecimento histórico na atualidade e nasce, no geral, do questionamento da própria noção de *representação*.

Assim, nascida desta crise teórica – expressão de uma crise mais ampla da categoria representação – esta nova história cultural cresceu mais ou menos à margem das duas vertentes mais significativas do campo historiográfico nos anos 60: o materialismo histórico (ou os "marxismos") e a chamada Escola dos *Annales*, e seus desdobramentos.

Explicando:

a) à margem dos marxismos porque passou a dialogar com disciplinas que os estudiosos de formação marxista, salvo raríssimas exceções, desprezavam, como a lingüística num primeiro momento, a psicanálise num segundo momento e a teoria literária num terceiro momento: sem contar que neste diálogo o ponto decisivo era a concepção de temporalidades múltiplas, algo que os marxistas mais teleológicos rejeitavam;

b) à margem dos historiadores dos Annales, já que estes, carentes de um eixo teórico ou de um paradigma único, trabalhavam com uma história cultural definida apenas em termos de *novos temas* para a pesquisa, ou seja, com uma *história cultural definida apenas topicamente*.[7]

Assim, fugindo tanto do reducionismo materialista dos marxismos quanto da tópica difusa derivada da Escola dos *Annales*, a historiografia cultural busca, hoje, menos do que definir a sua identidade, do que jogar mais lenha na fogueira do caldeirão epistemológico das humanidades, resolver ainda mais o já complexo estatuto teórico das ciências humanas.

---

[7] Para uma exploração mais detalhada deste tópico, ver meu artigo Mentalidades ou História sócio-cultural: a busca de um eixo teórico para o conhecimento histórico.In: Margem, n.1.São Paulo: Educ/PUC-SP,1992.

Em 1990, quando estive aqui pela última vez, discutindo Mentalidade e História Cultural, numa mesa-redonda, terminei meu texto com a seguinte questão: *Como historiadores, reconstruímos o mundo real do passado ou apenas interpretamos esse mundo no seu retrocesso infinito de disfarces?*

Hoje, depois do incremento das teses narrativistas sobre o conhecimento histórico, a questão talvez possa ser recolocada: *Será possível gerar uma teoria da representação que não recuse a história e realmente capture a variedade e a complexidade da experiência humana?*

Claro que são poucos os historiadores que discutem esta questão, já que, num movimento reflexo, costumam sempre recuar (ou ignorar) reflexões que tendem a diminuir as possibilidades cognitivas da historiografia. Recentemente tive oportunidade de discutir tal tema com o professor Luis Costa Lima, que diagnosticou a crise da moderna narrativa ficcional no traspasse do sujeito individual e no fim da confiança na transparência da linguagem. A literatura transgride (nos exemplos seminais de Baudelaire e Proust) o primado da invidualidade, desestabiliza-se a idéia de essência e ocorre, na própria expressão de Luis Costa Lima, que é muito significativa, o *traspasse* do sujeito individual. A afirmação da especificidade da composição ficcional juntamente com a irrupção do sublime, lança a literatura numa deriva não legitimada.

Meu comentário caminhou no sentido de estender o mesmo diagnóstico para a História. Lembrei ainda, na mesma ocasião, a observação desconcertante com a qual Sérgio Buarque de Holanda termina sua magistral interpretação da obra de Ranke (observação que também ilumina a obra historiográfica do próprio Sérgio Buarque de Holanda): "Todos os conceitos em que, do ponto de vista semiótico, se congregue todo um processo, esquivam-se à definição: só o que não tem história é que é definível..."[8]

Não teríamos aqui algo semelhante às mesmas aporias da literatura? De qualquer forma, esta observação de que *só é definível aquilo que não tem história*, faz referência a uma atitude comum entre os historiadores do século XIX, paralela (e não contrária) à crença na transparência da linguagem subjetiva. Esta atitude dos historiadores se traduziu num apelo, implícito ou

---

8 HOLANDA, Sérgio Buarque de (org.). Ranke: História. São Paulo: Ática, 1979, p.23 e seguintes.

explícito, a *regras* que permitissem um controle do objeto a ser conhecido.

Assim acreditamos que toda reflexão teórica sobre a História deve ser hoje, se quiser um mínimo de conseqüência, constituir-se, a rigor, numa crítica da própria linguagem historiográfica.

Um exemplo de semelhante reflexão, explorando os dilemas entre sujeito e discurso na história da historiografia, é a de Krystof Pomian[9] que mostra, com abundância de detalhes, como o centro de gravidade da obra historiográfica vai se alterando, do historiador-escritor para as grandes obras históricas de tendência indutivista, passando depois do historiador para a tarefa de investigação e, sucessivamente, ultrapassando a própria figura do historiador como sujeito cognitivo. A conclusão de Pomian, ressaltando a ambigüidade do estatuto epistemológico da História, é que se revela paradoxal: a obra do historiador, diz Pomian, é uma forma de atividade intelectual, ao mesmo tempo poética (no que se refere à composição), científica (no que se refere ao estabelecimento dos fatos) e filosófica (no que se refere à compreensão).

Conclusão paradoxal que, para nós, apenas vem ressaltar a deriva na qual se encontram tanto a História quanto a Literatura. Com uma diferença porém, a crise do sujeito e do seu desdobramento na linguagem como transparência, a nosso ver, lançou os estudos históricos numa crise que envolve também suas "regras" de controle do objeto, deixando em aberto para o historiador a questão dos métodos. Meu comentário vai no sentido de mostrar que o apelo do historiador a procedimentos hermenêuticos é um sintoma da crise – ou da deriva na qual se encontra também a historiografia.

Pode parecer um tanto jurássico colocar a questão metodológica ao debater as relações entre História e Literatura mas, Michel de Certeau já o fazia quando, em conhecido artigo de 1975, argumentou que a História é um discurso que aciona construções, composições e figuras que são as mesmas da escrita narrativa, portanto da ficção, mas é um discurso que, ao mesmo tempo, produz um corpo de enunciados "científicos", se entendermos por isso "a possibilidade de estabelecer um conjunto de regras que permitem controlar operações proporcionais à produção de objetos determinados".[10]

A História também, da mesma maneira que a literatura, foi lançada numa deriva não legitimada, na qual não há mais *regras estáveis* e o historiador

---

9 POMIAN. Krystof. L'Ordre du temps. Paris: Gallimard,1984.

10 CERTEAU,Michel de. L'Opération Historiographique. In: L'Écriture de l'Histoire. Paris: Gallimard, 1975.

parece adotar hoje, na prática, a definição deliciosa de Marcel Granet: "o método é o caminho...depois de percorrido".

Com o risco da parcialidade, parece que hoje é a hermenêutica que, da crítica literária à história da literatura, se impõe como um importante terreno para os historiadores da cultura, sobretudo aqueles interessados em estudar como os homens constroem mundos significativos.

Assim, no que se refere aos procedimentos e meios de compreensão, parece ser a hermenêutica que dá o tom para muitas das mais importantes reflexões sobre a História Cultural. Mas o que verificamos nos estudos históricos é, no geral, uma inconsistência e uma excessiva fluidez dos métodos derivados da hermenêutica. A reflexão hermenêutica nasceu de uma notável corrente de filósofos que colocou no centro de suas preocupações o fenômeno da *interpretação* humana.

Ancorada na díspare e obscura tradição filosófica de Herder, Dilthey e Heidegger, atualizada e corrigida pelas importantes reflexões de Reinhardt Kosseleck e Paul Ricoeur, a hermenêutica se propôs como tarefa, reconstituir a teleologia dos atores sociais a partir de suas expressões discursivas ou simbólicas, colocando, assim, a linguagem no centro das preocupações do historiador. A linguagem, essa testemunha ancestral da própria história, já que é através dela que se produz a compreensão do homem para o homem, a significação da obra para os intérpretes, a iluminação do passado para os presentes sucessivos. "Ao aproximar-se do mundo pela linguagem não é típico das humanidades, mas da situação humana em geral (...) As palavras vivem da morte dos homens, mas também possibilitam a vida pela *fusão de horizontes*" – conceito central na obra de H.Gadamer,[11] da qual retiramos esta bela definição.

A identificação das estratégias narrativas da historiografia, pela via das obras de Paul Ricoeur, através da *compreensão temporal da história contada* constitui, sem dúvida, uma proposta fecunda para a teoria da história, pois ajuda a desmistificar e a quebrar com a perspectiva essencialista de categorias, conceitos e realidades; a dúvida é se a perspectiva de Ricoeur oferece uma agenda metodológica para a historiografia; seja como for, depois das reflexões de Ricoeur e Kosseleck e seus seguidores, fica difícil continuar acreditando naquelas categorias ou realidades co-naturais à sociedade e à cultura humanas. Com estes dois importantes autores, a hermenêutica

[11] Truth and Method. Londres, Beacon Press, 1975, p.29 e seguintes.

abandona aquelas altas montanhas metafísicas (onde, segundo Kant, "ventava muito...") para se aproximar dos dilemas concretos da interpretação.

Assim, no plano dos procedimentos, parece que a História vai se construindo no limiar de uma disciplina essencialmente transdisciplinar que é a hermenêutica, envolvendo tanto a antropologia quanto os estudos literários. O problema da hermenêutica, para o historiador, pode ser resumido, com o risco inevitável da simplificação, em duas frases: "fértil como programa, inconsistente quanto aos métodos (...)". Talvez o próprio Paul Ricoeur tenha reconhecido isto quando (nos seus ensaios de 1986[12]) definiu a compreensão como o "momento não-metódico, que nas ciências explicativas compõe-se com o momento metódico da explicação".

Esta espécie de vazio analítico deixado pelas ambigüidades da hermenêutica fez com que, na prática historiográfica, os historiadores acabassem por reciclar, sob as sutilezas hermenêuticas, os métodos etnográficos. Tais métodos, fundados na *interpretação dos elementos culturais*, essencialmente como textos ou como *atos simbólicos*, parece, embalaram o trabalho de muitos historiadores. Foi nesse terreno, implicitamente demarcado por uma certa vertente da antropologia cultural que a atmosfera da hermenêutica vem marcando o trabalho historiográfico. O historiador passa a buscar uma espécie de lógica logocêntrica que rege a produção discursiva. Importa aí, menos do que estabelecer o que o texto "significa", buscar como ele funciona. A extensão da noção de texto para todos os objetos e temas da história cultural levou um dos antrópologos mais notáveis dessa corrente (Clifford Geertz) a falar em uma "Nova Filologia", que ele mesmo definiu como "estudo da significação fixada e separada dos processos sociais que a engendraram".

Alguns historiadores mais afoitos, ávidos por retomar as "regras"de uma disciplina cuja linguagem estava à deriva, partiram para transformar tudo em texto e encontrar no passado "estruturas de significado", "gabaritos simbólicos", "sistemas simbólicos" e outras variações. Comportamento não-escrito de resistência à mudança? Discurso político? Festas e folguedos comunitários? Crenças, tradições orais ou rituais? Tudo poderia ser visto pela grade da textualização, tudo poderia ser tratado como texto, ou seja, como um conjunto potencialmente significativo.

Nem é preciso muita sofisticação epistemológica para perceber o ingênuo

12 Du texte à l'Action.Essais d'hermenéutique II. Paris, Le Seuil.

idealismo dessa espécie de concepção semântica da história, que ignora os próprios suportes materiais de toda e qualquer representação. Prefiro restringir-me à questão metodológica: o nó da questão (que historiadores solenemente ignoraram) é que, apesar de constituir uma etapa analítica indispensável na pesquisa, o *método etnográfico* coloca, não raro, entre parênteses a própria dimensão temporal dos eventos, resultando num quadro quase sempre deformado da história, pois depurado das relações de força e dos conflitos.

Roger Chartier também argumentou, a este respeito, que a historiografia não estava levando em conta a irredutibilidade da experiência ao discurso, ignorando uma lógica prática que regula as condutas e as ações.[13]

O mais inusitado é que foram dois antrópologos de formação, e não dois historiadores, que apontaram os vícios desta concepção de cultura. Um deles foi Marshall Sahlins, que escreveu: "Este livro foi escrito num afã de entusiasmo por descobrir que os povos do Pacífico por mim estudados tinham de fato uma história. Por ter adotado a posição temporal medíocre do 'presente etnográfico', um perigo ocupacional e teórico, por muito tempo estive funcionalmente ignorante quanto a essa história".[14] O outro foi Roger Kessing que, menos sutilmente, afirmou: "[Estes antrópologos] mantêm-se particularmente silenciosos sobre o modo pelo qual os significados culturais sustentam o poder e o privilégio (...) Onde as feministas e os marxistas encontram opressão, os simbolistas encontram significado".[15]

Edward Thompson também criticou com veemência as abordagens antropológicas de alguns historiadores por sua falta de especificidades e pelo uso de tipologias abstratas e carentes de qualquer rigor empírico.[16]

Outros historiadores, como Jacques Le Goff e George Duby, conscientes do caráter difuso das mentalidades, apontaram para os riscos de uma história que "elimina o real" e forja um "território onde os fantasmas têm tanta eficácia quanto as instituições e relações sociais concretas". E Michel Volvelle que afirmou, com certa impaciência: "A História das mentalidades e do simbólico só existe como a ponta da história social".[17]

---

13 A história hoje: dúvidas, desafios, propostas. In: Estudos Históricos, 13, Rio, CPDOC-FGV,1994.

14 MARSHALL, Salins. Ilhas de História. trad.Rubens A.Siqueira, Rio: Zahar, 1992, prefácio.

15 KESSING,Roger. citado por GARGANI,A(org.) La Crisi della Ragione, op.cit.p.102.

16 THOMPSON, E.P. In: A Nova História Cultural,org. Lyin Hunt, São Paulo: Martins Fontes, p.113.

17 VOLVELLE, Michel. Ideologias e Mentalidades. trad. M.L. Goldwasser. São Paulo: Brasiliense, 1984,p.38.

"Inúmeros mundos fabricados a partir do nada, graças ao emprego de símbolos" – com esta afirmação irônica de Norman Goodman, poderíamos resumir o apego recente dos historiadores ao modelo antropológico. Modelo teoricamente eclético, metodológicamente difuso e, sobretudo, partilhando de um equívoco formidável, qual seja, o de *considerar as representações humanas como sendo apenas simbólicas*. O próprio Paul Ricoeur reconheceu tal equívoco quando, num dos seus últimos escritos, escreveu que "no nosso tempo ainda não nos livramos dos ídolos e mal começamos a ouvir os símbolos".[18] O que é tanto mais paradoxal num momento que assistimos a uma vertiginosa expansão da memória no campo da cultura material, com os museus, casas de memória, *revivals*, moda retrô e antiquariato.

Noutros termos dessa aproximação difusa entre hermenêutica e etnografia simbólica, forjava-se uma conceituação extremamente *soft* da cultura apriorística e que, afinal, dava as costas para a história social que numa perspectiva essencialista poderia ser chamada da "realidade histórica". O resultado foi aquilo que Terry Eagleton chamou, sem muita benevolência, de *desistoricização frívola*.[19]

Uma das vertentes da hermenêutica definiu o texto como aquele traço instável e único de manifestação do "outro" no passado – e os historiadores como membros daquela cadeia ininterrupta através da qual, pela suspensão do tempo, o passado chegaria até nós. A atitude hermenêutica pressupõe, portanto, não uma neutralidade objetiva, mas uma tomada de consciência que identifica nossas opiniões, nossas ideologias, idiossincrasias e até preconceitos e os qualifica como tais. Paul Ricoeur – talvez a reflexão mais apropriada neste aspecto – observa que para o historiador a ação e o acontecimento *passam*, mas permanece para além da fugacidade dos eventos uma *significação* inscrita no tempo, uma narrativa de significado temporal.

O problema fundamental de um possível método derivado desta crise da linguagem como transparência é que os passos analíticos essenciais como *contexto* e *importância*, aparecem, na prática da pesquisa, como *dados* e não como possíveis *resultados*. Toda interpretação do texto (resultado de uma ação potencialmente significativa) é uma aplicação de uma situação

---

18 RICOEUR, Paul. Du Texte à L'Action.op.cit.p.23. Sobre a questão do reducionismo simbólico ver o debate História e Cultura Material. In: Anais do Museu Paulista, nova série nº1. São Paulo, 1994.

19 EAGLETON, Terry. A Ideologia da Estética.Trad.Mauro Sá Rego da Costa.Rio:Zahar,1993.

presente. Contudo, não há nenhum critério para discernir interpretações válidas das intepretações não-válidas, senão sua capacidade de ativar um diálogo contínuo e inconcluso com o "outro", de dar lugar, enfim, a novos processos de compreensão histórica.

Não há como, nesse passo, não estabelecer um paralelo da História com a Literatura. O argumento de que a realidade não é mais que a rede imaterial e transitória de nossa linguagem descritiva já foi formulado das mais variadas maneiras, por vários e importantes pensadores. Para a História, tanto quanto para a Literatura, não há mais *realidade essencial*, o social e o psiciológico tornaram-se "falácias referenciais" – a busca de significações essenciais ou de universos criadores de cultura, que se supõe tarefa do historiador, aparece agora, como na epifania proustiana, algo inesgotável, apenas momentaneamente causador de conforto e deleite.

Mas, a emergência de uma outra racionalidade não deve servir de "álibi para a nossa preguiça epistemológica" e sim para estimular a busca de outros tipos de fontes e outros procedimentos heurísticos. Acreditamos que, no caso da História, seria necessário continuar a crítica da linguagem, mostrando que a historiografia é uma prática narrativa composta por um jogo prévio de convenções, recursos retóricos e efeitos calculados – apenas achamos que esta crítica deveria se fazer mais ligada a problemas concretos de procedimentos e técnicas de investigação.

Marc Bloch escreveu, em 1943, algo que seria uma espécie de vaticínio do que ocorre hoje com os livros de História. "Todo livro de História digno deste nome", escreveu Bloch, "deveria incluir um capítulo, ou, se quiserem, uma série de parágrafos que se entitularia mais ou menos: 'Como pude apurar o que vou dizer?'. Estou persuadido de que ao tomarem conhecimento de tais confissões, até os leitores que não são do ofício experimentariam um verdadeiro prazer intelectual. O espetáculo da investigação, com os seus sucessos e os seus reveses, raramente enfastia. A coisa passada é que provoca a frieza e o tédio".[20]

Como alguns trabalhos recentes têm apontado, tanto o romancista quanto o historiador reagiram a esta crise das formas narrativas através de uma confissão radical da subjetividade. Afinal, o historiador, como o romancista, também cria o mundo, com a diferença que o historiador, seja por tradição, seja por vício, seja por

[20] BLOCH, Marc. Apologie pour l'Histoire ou métier d'Historien. 7.ed.Paris: Armand Colin, 1974.p.67-68.

necessidade de reciclagem de métodos, seja ainda e sobretudo, por buscar a identidade de sua disciplina, tem que apresentar suas credenciais, deixar transparecer ao máximo suas regras – para que se visualize afinal que, por trás delas é o *presente* que conta, não o passado.

Se falamos, desde o início, de crise de paradigmas, das representações e de identidade, talvez seja melhor concluir maltratando possíves vestígios de ilusão. Com os avanços combinados da astrofísica, das ciências da terra, da biologia e da paleontologia, a carta da identidade terrena foi radical e brutalmemente alterada.[21] Nossa percepção desta nova consciência planetária ainda é reduzida, talvez porque nossa filosofia esterilizou em nós o assombro do qual ela própria emergiu. Assim, os paradigmas perdidos não vão ser reconstruídos, temos que rever a nossa própria racionalidade.

Na crise das formas de representação temos que estar aptos a reavaliar o papel da teoria. Um dos caminhos desta reavaliação consiste em ver as representações como parte da realidade, o *logos* invadindo o *ontos*, como hóspede intruso, forjando uma noção completamente alterada da "realidade".

Nossa identidade virá, como diziam os românticos, pelo reencatamento da vida e do mundo – este mundo já meio desencantado forjado pela lógica da modernidade. Não se trata aqui, ingenuamente, de abolir a tecnologia e o maquinismo, mas de submetê-los a uma outra lógica social, de reestruturá-los em função de critérios outros, que não meramente o da circulação de mercadorias ou simplesmente do "mercado". Senão estaremos de novo, como Panuphtius, o príncipe da fábula de Hoffmann, por um decreto inútil, expulsando as fadas de um mundo já demasiado cinzento e sem futuro.

---

21 Sobre o tema ver MORIN, Edgar e KERN, A. Brigitte. A carta de identidade terrena.In: Margem, n.3.São Paulo: EDUC/PUC/SP, 1994.

Técnica, Imaginário e Modernidade na Primeira República: o valor simbólico da construção da Ponte Hercílio Luz

*Tamara Benakouche**

Resumo: Tendo como referência a Ponte Hercílio Luz, o artigo trata das relações entre a idéia de modernidade e o desenvolvimento tecnológico, considerando as representações presentes no imaginário social frente a essas questões.
Palavras-chave: Tecnologia – Imaginário – Modernidade – Urbanização
Abstract: Taking the Hercilio Luz Bridge as a point of reference, the article exams the relations between the idea of modernity and that of technological development, considering the representations present in the social imaginary in regard to these questions.
Key-words: Technology – Imaginary – Modernity – Urbanization

Por razões históricas, ligadas ao seu processo de ocupação e povoamento, Florianópolis, capital do Estado de Santa Catarina, desenvolveu-se adotando uma configuração espacial particular: uma parte da cidade está localizada na Ilha de Santa Catarina – que possui uma área de 410 km² – e outra está no Continente (distante da Ilha cerca de 600 metros, no trecho mais estreito). Ligando estas duas partes, existem três pontes, das quais a mais antiga, a Ponte Hercílio Luz, hoje desativada, data de 1926.

* Professora Titular do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal de Santa Catarina.

A construção da Ponte Hercílio Luz representou um marco na história da cidade e, certamente, na história da tecnologia no Brasil. Sua viabilização demandou um formidável investimento financeiro e, com seu vão central de 340 metros, exigiu a adoção das mais modernas técnicas de engenharia civil disponíveis na época.

A concretização desta "grande obra", situada na periferia dos grandes centros nacionais, teve de enfrentar ainda problemas de natureza política. Com efeito, com Florianópolis registrando uma população de apenas 41.500 habitantes, em 1920 (São Paulo, a título de referência, já contava então com 580.000 habitantes), e diante de outras demandas urgentes no âmbito do Estado, o governador Hercílio Luz, o grande idealizador da obra, teve que usar todo o seu prestígio pessoal e político para assegurar a sua construção.

Um elemento que certamente teve um peso decisivo nas negociações foi o apelo à modernidade representada pelas próprias características técnicas da Ponte. Efetivamente, não é apenas hoje, com o advento das chamadas *novas tecnologias*, que a técnica interpela o imaginário social. De uma maneira geral, o desenvolvimento tecnológico está historicamente associado à ideologia do progresso. Acrescente-se a isto, o "culto" à modernidade difundido no Brasil urbano do início do século e, mais especialmente, nos anos 20.

Assim sendo, tendo como referência a construção da Ponte Hercílio Luz, o tema que se quer tratar aqui diz respeito às relações entre a idéia de modernidade e o desenvolvimento tecnológico, considerando ainda as representações presentes no imaginário social frente a essas questões.

A construção da Ponte: um projeto de afirmação política

A construção da Ponte Hercílio Luz impôs-se, já nos finais dos anos 10, como uma condição necessária à manutenção de Florianópolis como capital de Santa Catarina. Até então, todo o transporte de pessoas, animais e mercadorias, entre o Continente e a Ilha, era feito através de barcos. A travessia nem sempre se realizava de forma tranqüila e regular, dependendo das condições climáticas e, mais especialmente, do regime de ventos e marés.

Diante das freqüentes interrupções nos serviços de barcos, e dos problemas que isto trazia, surgiu, no Planalto Catarinense, um movimento reivindicando a transferência da capital para essa região, no caso, para a cidade de Lages, então o seu principal centro urbano.

Apesar da sua condição de centro político-administrativo do Estado, Florianópolis era sem dúvida bastante pequena, mas este não era o seu único problema: de colonização açoriana, comandava um território de marcante colonização européia, o que favoreceu a emergência de alguns preconceitos relativos à ausência de dinamismo das populações litorâneas[1]; faltava-lhe também uma base econômica sólida, na medida em que vivia apenas do comércio e das atividades ligadas à burocracia estatal, e a oferta dos serviços urbanos se fazia de forma ainda muito incipiente[2].

Diante dessas circunstâncias, a construção da ponte representou não só um desafio técnico e financeiro, mas também político. Vejamos como cada um desses desafios foi vencido.

O desafio técnico

Apesar de algumas realizações isoladas – em especial na construção de ferrovias – o desenvolvimento da engenharia civil, envolvendo o uso de tecnologia, no Brasil, no início do século, era ainda incipiente[3]. Assim sendo, o principal recurso utilizado para superar esta limitação foi recorrer aos serviços de firmas estrangeiras.

O projeto de construção da Ponte foi elaborado pela firma norte-americana Robinson & Steinmann, tendo sido julgado como o mais apropriado às condições locais por uma comissão da qual fez parte o conceituado engenheiro carioca Paulo de Frontin[4]. Optou-se, no caso, por uma ponte

1 ARAÚJO, Hermetes R. de. A Invenção do Litoral. Reformas Urbanas e Reajustamento Social em Florianópolis da Primeira Republica. Dissertação de Mestrado em História, PUC/SP, 1989.

2 As primeiras redes de água encanada datam de 1909; a de iluminação pública por meio de energia elétrica, de 1910; e a primeira rede de esgotos, do período 1913-1917.

3 A esse respeito, ver as recentes coletâneas com trabalhos bastante interessantes e oportunos sobre a história da técnica e da tecnologia no Brasil: VARGAS, Milton (org.). História da Técnica e da Tecnologia no Brasil, São Paulo: Ed. da UNESP, 1994; e MOTOYAMA, Shozo (org.). Tecnologia e Industrialização no Brasil. Uma Perspectiva Histórica. São Paulo: Ed. da UNESP, 1994.

4 PAULI, Evaldo. Hercílio Luz, Governador Inconfundível. Florianópolis: Edição do Governo do Estado de Santa Catarina, 1976, p. 351.

pênsil, haja vista a profundidade da parte média do canal separando a Ilha do Continente[5]. Segundo a historiografia catarinense, seria a primeira ponte desse tipo na América Latina[6].

Conforme descreve Djanira Andrade, o projeto, que foi integralmente obedecido, estabelecia as seguintes características:

> "A ponte suportaria o tráfego de trens elétricos, veículos e pedestres. Mediria 821 metros de comprimento e seria formada de dois viadutos. Teria dois pilares mestres, apoiados por dois pilares de ancoragem. Os trechos entre os pilares mestres e os encontros da ponte seriam, respectivamente, de 222 metros do lado do Continente e 259 metros do lado da Ilha. O vão central, que seria livre, teria um comprimento de 339 metros; devido à extensão do seu vão, teria correntes de aço que seriam a suspensão para as vigas mestras. As torres suportariam as correntes; as correntes substituiriam os cabos, tradicionalmente utilizados em pontes de suspensão, para melhor enfrentar as vibrações causadas pela passagem de tráfego."[7]

As torres em questão mediriam 75 metros de altura sobre a maré média, e os pilares destinados a apoiá-las deveriam ser de concreto, atingindo uma profundidade de 16 metros abaixo do nível do mar. Os pilares para a ancoragem das correntes seriam também de concreto, estando previsto um volume de 3 500 metros cúbicos no lado da Ilha e 5 000 no lado do Continente.

---

5 Observe-se que, nessa época, o uso do concreto apenas se iniciava no país. Segundo VARGAS, "foi com o advento do concreto armado no início do século que se constituiu, no Brasil, a indústria de construção civil, a qual reclamava, para o seu sucesso, a participação da tecnologia civil; pois, no caso do concreto armado, é muito importante tanto o conhecimento das propriedades tecnológicas do cimento e do aço utilizado, como a perfeita organização da obra e o controle tecnológico da mesma." Cf. VARGAS, op.cit.p.226.

6 Do porte previsto, isto é certamente verdadeiro. No entanto, conforme documentação cedida pela historiadora Virgínia Pernambucano de Mello (Anais Pernambucanos, vol. 9, p. 509), existiu uma ponte pênsil construída em 1844, nos arredores de Recife, com base num projeto e sob a direção do engenheiro L.L. Vauthier. A referida documentação também a registra como a primeira ponte pênsil do Brasil e talvez da América Latina. A mesma ligava as duas margens do rio Capibaribe na localidade de Caxangá, e tinha um vão de 55 metros. Uma grande enchente ocorrida em 1869, porém, veio a destruí-la.

7 ANDRADE, Djanira Maria Martins de. Hercílio Luz: uma ponte integrando Santa Catarina. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1981, p. 83.

Para a construção da Ponte, foi escolhida uma firma também norte-americana – a Byington & Sundstron – tendo os seus proprietários, Alberto Byington e o engenheiro Sundstron, deslocado-se para o Brasil e fixado residência na cidade. Com eles vieram ainda 19 operários especializados. A estrutura de aço, que pesava 5.000 toneladas, foi adquirida junto à U.S. Steel Products Co., com sede em Nova York e as tintas para pintá-la também foram adquiridas nos Estados Unidos. Parte do material pesado necessário à montagem do canteiro de obras veio da Dinamarca, país que também forneceu 4 000 barricas de cimento para as bases de sustentação[8].

Para a supervisão dos trabalhos, foram contratados pela firma construtora os italianos Remo e Ormano Corsini. Estes, posteriormente, instalariam-se em Florianópolis, como responsáveis pelo serviço de conservação da Ponte e da exploração de uma primeira linha de auto-ônibus entre a Ilha e o Continente.

Apesar de haver sido previsto um prazo de 24 meses para a conclusão dos trabalhos de construção, estes duraram quatro anos. Ocorrida em 13 de maio de 1926, a solenidade de inauguração da Ponte não pode contar com a presença de Hercílio Luz, falecido em 20 de outubro de 1924, vítima de uma enfermidade. Em sua homenagem, a obra recebeu o seu nome, em lugar de Ponte da Independência, como era seu desejo.

Um pouco antes da inauguração, surgiram rumores colocando em dúvida a solidez e o grau de segurança da Ponte. Para esclarecer a questão, o governador em exercício, coronel Pereira Oliveira, solicitou de Paulo de Frontin, então presidente do Club de Engenharia, no Rio de Janeiro, a indicação de profissionais capacitados a inspecionar a obra e dar um parecer técnico. Os nomes escolhidos foram os dos engenheiros Oscar Machado da Costa e Mário de Faria Bello, que elaboraram um relatório de 147 páginas baseado em cálculos e análises: os resultados apresentados foram totalmente conclusivos a respeito da qualidade dos trabalhos realizados[9].

---

8 Idem, p. 87-88.

9 Parte desse relatório foi publicado na Revista Técnica, n. 14-15, janeiro-junho de 1948, Tomo IV, e reproduzido na revista Santa Catarina Filatélica, Ano II, maio de 1951, n. 7 (Edição em Homenagem ao 25º Aniversário da ponte Hercílio Luz).

O desafio financeiro

Se o desafio técnico parecia grandioso, o desafio financeiro apresentava-se igualmente fantástico. A soma de recursos necessários para levar à frente tal empresa era, sem dúvida, bastante alta. A saída encontrada por Hercílio Luz foi, tal como no caso da técnica, apelar para o estrangeiro, ou seja, para um empréstimo externo. Neste sentido, foi montada uma complexa operação destinada a captar a quantia de cinco milhões de dólares junto a banqueiros americanos. Para se ter uma idéia do significado deste valor, basta dizer que o mesmo eqüivalia a aproximadamente vinte mil contos de réis, e que a arrecadação estadual, em 1920, não havia chegado a cinco mil réis[10].

Este empréstimo, aprovado pela lei 1 240 de 16/08/1919[11], foi obtido junto aos banqueiros Imbrie & Co., de Nova York, que, no entanto, requereram falência já no ano seguinte, antes mesmo de efetuarem a totalidade do pagamento devido. Ou seja, apenas uma parcela da soma contratada chegou aos cofres estaduais. Tal incidente, porém, não abalou o ânimo de Hercílio Luz, que logo obteve outro empréstimo do mesmo valor, assinado em 1922, junto aos banqueiros Halsey Stuart & Co., também norte-americanos.

O pagamento desse empréstimo teria de ser feito em 20 anos, e para efetuá-lo foi aprovada a cobrança de pedágio para todos os veículos que cruzassem a Ponte. Até a Revolução de 1930, esse compromisso foi cumprido; no entanto, uma mudança na legislação federal determinou uma suspensão dos pagamentos, que depois de alguns acertos, passaram a ser feitos pela União.[12]

---

10 SILVA, Mário Cândido. Ponte Hercílio Luz.In: Santa Catarina Filatélica, op.cit.p.8.

11 Na verdade, ele se destinava não só à construção da Ponte, mas também para outras obras de infra-estrutura urbana na Capital, tais como uma rede de saneamento e a implantação de um sistema de transportes.

12 A história desses empréstimos ainda está por merecer um estudo mais detalhado, pois os poucos dados até agora disponíveis são em geral contraditórios. Para uma abordagem preliminar, ver ANDRADE, op. cit., Cap. III.

O desafio político

Sem a ação voluntarista do governador Hercílio Luz, idealizador incontestável da obra, dificilmente a Ponte teria sido construída à época. Sem pretender resumir aqui toda a riqueza da biografia desse eminente político catarinense, torna-se indispensável retraçar alguns aspectos da sua trajetória pessoal e do seu estilo de governar, pois sem essas referências não é possível entender as razões que o levaram a enfrentar o desafio representado pela construção da ponte.

Tendo cursado engenharia na Escola Politécnica do Rio de Janeiro e realizado estudos nessa área na Bélgica, Hercílio Luz iniciou sua vida pública exercendo cargos junto a Comissão de Terras e ao Departamento Estadual de Obras Públicas. Com o advento da República, entrou para a política e, já em 1894, foi eleito Governador, o primeiro do Estado em pleito direto.

Já nesse primeiro mandato, Hercílio Luz revelou toda a sua capacidade política, seja apaziguando os ânimos exaltados pela Revolução Federalista de 1893, seja promovendo a reestruturação administrativa e financeira do Estado. No exercício do poder, logo compreendeu a força dos meios simbólicos, pois só isto explica seu empenho em trocar a denominação da Capital – que até então se chamava Desterro, nome que considerava inexpressivo –, em criar as Armas e a Bandeira do Estado, em aprovar o Hino de Santa Catarina e em executar uma ampla reforma no Palácio do Governo.

No que diz respeito à realização de obras, foi um fervoroso adepto da modernidade, dando especial atenção ao sistema estadual de comunicação, seja abrindo ou melhorando estradas e portos, seja estimulando a construção de linhas telegráficas. Dentre suas inúmeras iniciativas, criou um serviço de estatística, estabeleceu uma Carta Topográfica do Estado e deu novo impulso à colonização estrangeira; fundou o Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina e reorganizou a Biblioteca Pública do Estado[13].

Depois de eleger-se senador, exerceu seu segundo mandato de governador entre 1918-1922, em decorrência de um acerto político com Lauro Muller. Eleito governador, Muller renunciou ao cargo, assumindo então Hercílio Luz, que fora escolhido para vice-

13 Cf. PAULI, op.cit.

governador. Nesta segunda gestão, repetiu o mesmo dinamismo anterior e ampliou ainda mais o seu prestígio. Assim é que, ao assumir seu terceiro mandato, em 1922, era um político de grande aceitação popular – apesar da crônica local fazer referência às suas práticas autoritárias –, tendo-se tornado um líder quase inconteste.

Sempre um entusiasta da modernização e grande responsável pela expansão do sistema viário estadual, já há algum tempo a ligação entre a Ilha e o Continente vinha se constituindo numa de suas preocupações. A evolução dos meios de transporte, porém, veio tornar esta ligação ainda mais necessária, como lembra com bastante propriedade Peluso Júnior:

> "A idéia de construção de uma ponte era mais antiga, porém não se impunha com a força que possuiu após o aparecimento do automóvel e do caminhão. Antes, somente a elite mais esclarecida podia aspirar a esse melhoramento; depois que se abriram estradas, os resfolegantes motores a gasolina encurtaram as distâncias, a necessidade da ponte era sentida por todos."[14]

Na verdade, a unanimidade a esse respeito não era total. Por um lado, a demanda local dirigia-se mais para a melhoria dos serviços marítimos, que funcionavam de forma bastante precária[15]; por outro, havia um movimento pressionando pela transferência da Capital para a cidade de Lages, no Planalto Catarinense. Seus partidários viam a construção da Ponte como uma obra faraônica.

Assim é que, em discurso feito por ocasião da assinatura do contrato para a construção da obra, Hercílio Luz procurou responder aos opositores que o acusavam de privilegiar a Capital em prejuízo

14 PELUSO JR., Antônio Vitor. A Ponte Hercílio Luz e a Expansão de Florianópolis. Santa Catarina Filatélica, op.cit. p.13.

15 A esse respeito, ANDRADE (op. cit. p. 47) reproduz algumas das reclamações publicadas nos jornais locais. Uma delas é bem ilustrativa: "Os que se acham já nas embarcações têm de se sujeitar, humildes e resignados, a esse duelo de badalados, arriscando-se a ficarem surdos, e invejando os peixes lestos e luzidios que podem atravessar o canal quantas vezes queiram, sem terem de ouvir sinos e pragas e sem perder tempo que, afinal de contas, é dinheiro." (O Estado, 22/05/1923)

do atendimento às necessidades das demais regiões do Estado, deixando claro seus objetivos:

> "A ponte sobre o estreito, velha aspiração dos catarinenses, e cujo decreto hoje assinarei, não é uma obra de vaidade que pareça preferência pela Ilha e Capital, em detrimento das demais zonas do Estado. É uma obra, reconhecidamente, de interesse geral e que, por ocasião de nosso centenário [da Independência], afirmará praticamente a união e a integridade do nosso território, e das nossas aspirações, evitando que a cabeça mutilada continue fora do corpo."[16]

Na verdade, a Ponte não era uma obra isolada, mas integrava uma série de outras intervenções ocorridas na Capital – tal como a implantação de um sistema de saneamento e a construção de uma primeira avenida – destinadas a promover um amplo reordenamento do espaço local e tornar a cidade um centro moderno.

Neste sentido, Hercílio Luz contava com o efetivo apoio das elites locais.

Técnica, imaginário e modernidade

As inovações tecnológicas que marcaram a passagem do século XIX para o século XX – revolucionando não só a construção civil, mas os meios de transporte, de comunicação, de difusão do som e de imagens, dentre outros exemplos – tiveram uma especial repercussão na organização das cidades e nas práticas urbanas, logo se tornando símbolos de modernidade, no sentido expresso por Giddens: "(...) estilo, costume de vida ou organização social que emergiram na Europa a partir do século XVII e que posteriormente se tornaram mais ou menos mundiais em sua influência".[17]

---

16 Publicado no jornal Republica de 28/09/20 e reproduzido na revista Santa Catarina Filatélica, op.cit.

17 GIDDENS, Anthony. As Conseqüências da Modernidade. S.Paulo:UNESP, 1991, p.11.

De fato, implantadas inicialmente nos grandes centros europeus e norte-americanos, tais inovações pouco a pouco se difundiram pelas outras regiões do mundo. No Brasil, o Rio de Janeiro e São Paulo, então os principais centros do país, foram especialmente receptivos às novidades, como mostram trabalhos feitos sobretudo por historiadores. A emergência da modernidade em São Paulo, por exemplo, foi brilhantemente analisada por Sevcenko[18]. Tendo como referência transformações ocorridas especialmente na Europa, o autor considera como a chegada de novas tecnologias (energia elétrica, automóvel, avião, etc.) repercutiu nas práticas sociais (de lazer e de consumo, por exemplo) e culturais (artes plásticas, formas de expressão literária) na São Paulo dos anos 20. Todo esse conjunto de mudanças, por um lado, deveu-se certamente ao dinamismo econômico local – de base cafeeira, associado à industrialização emergente – e ao processo de rápido crescimento demográfico sofrido pela cidade; mas, por outro, também tem a ver com uma espécie de culto ao novo, ao imaginário "moderno", que passa então a vigorar. A esse respeito, afirma Sevcenko:

> "A palavra 'moderno', de recente fluência na linguagem cotidiana, em particular através da presença crescente da publicidade, adquire conotações simbólicas que vão do exótico ao mágico, passando pelo revolucionário. (...) a palavra moderno se torna algo como uma palavra fetiche que, quando agregada a um objeto, o introduz num universo de evocações e reverberações prodigiosas, muito para além e para acima do cotidiano dos homens e mulheres comuns."[19]

Assim, lembra o autor, os anúncios das aspirinas Bayer ressaltam serem as mesmas um resultado dos avanços da ciência *moderna*; o Mappin insiste no caráter *moderno* do seus artigos; as alfaiatarias enfatizam a excelência do corte *moderno*; os principais fabricantes de veículos automotores se digladiam indo mais além do *moderno* e propagando o *supermoderno* e o *ultramoderno*.

---

18 SEVCENKO, Nicolau. Orfeu Extático na Metrópole. São Paulo: Sociedade e Cultura nos Frementes Anos 20. São Paulo: Companhia de Letras, 1992.

19 SEVCENKO, op. cit. p. 227-228.

"(...) 'Moderno' se torna a palavra-origem, o novo absoluto, a palavra-futuro, a palavra-ação, a palavra-potência, a palavra-libertação, a palavra-alumbramento, a palavra-reencantamento, a palavra-epifania. Ela introduz um novo sentido à historia, alterando o vetor dinâmico do tempo que revela a sua índole não a partir de algum ponto remoto no passado, mas de algum lugar no futuro."[20]

Numa outra perspectiva, procurando analisar as relações entre técnica e literatura no Brasil da passagem do século até os anos 20, Sussekind traça também um quadro bastante eloqüente dos modos como as inovações de ordem tecnológica foram percebidas tanto por autores do período, como por seu público. Tomando como ponto de referência sobretudo a cidade do Rio de Janeiro, considera a chegada do cinematógrafo, do gramofone, do fonógrafo, da máquina de escrever, bem como os usos da fotografia.

"(...) no caso do Brasil pré-modernista a entrada quase simultânea de diversos aparelhos (cinematógrafo, gramofone, fonógrafo) e transformações técnicas (da litografia à fotografia nos jornais, por exemplo) indica significativa alteração nos comportamentos e na percepção dos que passaram a conviver cotidianamente com tais artefatos."[21].

Assim, ora com entusiasmo, ora com resistência, algumas vezes de forma mais rápida, outras mais lentamente, a modernidade decorrente da difusão de inovações técnicas foi-se generalizando nas cidades brasileiras. Florianópolis não ficou à margem desse processo.

Referindo-se às inovações introduzidas por Hercílio Luz na Capital, já na sua segunda gestão – tal como a avenida prevista para se chamar do Saneamento, mas que também recebeu o seu nome – Araújo afirma:

"O único elemento que se mostrava comum a Florianópolis e aos outros centros urbanos – especialmente no que se refere a

20 Idem, p. 228.

21 SUSSEKIND, Flora, Cinematógrafo de Letras. Literatura, Técnica e Modernização no Brasil, São Paulo: Companhia de Letras, 1987, 170, p. 26.

outras capitais estaduais – era constituído pelo anseio das elites locais em promover um amplo reajustamento social de sua população aos imperativos e às territorialidades burguesas de organização social."[22]

É ainda Araújo que registra o júbilo relativo às transformações locais, expresso nas páginas de um jornal da época, antes mesmo do início da construção da Ponte:

> "Florianópolis, que num surto admirável de Progresso em doze anos conseguiu enriquecer-se dos melhoramentos que representam a prova evidente do adiantamento e da civilização de uma localidade; Florianópolis, que de uma velha cidade sem estética e sem conforto, uma verdadeira aldeia carregando desajeitadamente o pomposo título de capital, sem ruas calçadas, sem telefones, sem bancos, sem luz, sem água, sem esgotos, sem requisito algum de uma cidade *moderna*, sob um sopro vitalizador de energia e civilização, realizou uma miraculosa transformação, que a veio colocar ao lado das mais adiantadas, confortáveis e belas cidades brasileiras."[23]

Tanto entusiasmo, além de razões de ordem política – afinal, tratava-se de um jornal republicano – está certamente ligado ao culto à idéia de progresso, bastante forte na época. De conteúdo positivo, na medida em que expressa a passagem de uma situação de vida "inferior" para outra "superior", esta idéia tem significado, historicamente, um acúmulo continuado de conhecimento e, ao mesmo tempo, uma melhoria do bem-estar humano[24]. Nesse sentido, está intimamente ligada à difusão da técnica em geral e ocupa no imaginário social um lugar de destaque, tanto ontem como hoje.

---

22 ARAÚJO, Hermetes R. de. A Invenção do Litoral. Reformas Urbanas e Reajustamento Social em Florianópolis da Primeira Republica. Dissertação de Mestrado em História, PUC/SP, 1989, p.11.

23 Jornal A República, 30/01/1920, citado por ARAÚJO, op. cit. p. 18.

24 Se bem que nem sempre de forma inabalável, pode-se afirmar que a idéia de progresso conseguiu manter-se valida no mundo ocidental ao longo de dois mil e quinhentos anos, já estando presente no pensamento grego, através do mito de Prometeu. A esse respeito, ver o magistral trabalho de NISBET, Robert, História da Idéia de Progresso. Brasília: Ed. da UNB, 1985.

Scardigli, sociólogo francês que tem se dedicado à analise das relações entre inovação técnica e sociedade, procurou identificar as fontes do imaginário coletivo a esse respeito nos tempos atuais. Segundo ele, haveria três categorias de fontes: os discursos desenvolvidos pelos "promotores" das tecnologias, ou seja, inventores, empresas e poderes públicos; as pesquisas de opinião sobre as motivações e medos expressos pelo público ou seus representantes; e as mensagens que circulam entre esta "oferta" e esta "demanda", sob a forma de publicidade e de informações fornecidas pelos meios de comunicação de massa[25].

No que diz respeito à primeira categoria, deve-se de fato ao Estado e aos industriais muito da revitalização atual da ideologia do progresso. Para justificar as enormes somas que destinam aos programas de desenvolvimento tecnológico, os planejadores estatais são obrigados a elaborar toda uma argumentação favorável à inovação, dando destaque aos benefícios da tecnologia e aos riscos a que está sujeita a sociedade que se atrasar na corrida pelo acesso à mesma. Na construção desse discurso, trabalham em estreita colaboração, seja com os fabricantes responsáveis pelo desenvolvimento dos novos produtos, seja com os pesquisadores envolvidos na mesma tarefa. Uma exposição de motivos baseada nos argumentos de pesquisadores renomados, por exemplo, adquire uma legitimidade dificilmente contestada.

No entanto, esta não se constitui numa estratégia contemporânea. Mantidas as devidas proporções, pode-se afirmar com segurança que a mesma foi utilizada com sucesso por Hercílio Luz, no início do século, de modo a capitalizar o apoio das elites locais às suas propostas inovadoras. A partir da constituição de uma verdadeira cadeia de interesses gerais e motivações particulares – mas intimamente articulados – ele atingiu seus objetivos.

Infelizmente, Hercílio Luz não pode ver a sua grande obra concluída. O povo, porém, sempre atento ao valor dos símbolos, providenciou para ele, um pouco antes de sua morte, no seu retorno da Europa – onde tinha ido em busca de tratamento para sua doença – uma surpresa à guisa de reconhecimento a sua ação renovadora: o trapiche em que ancorou o seu barco, reproduzia, pitorescamente, as formas da Ponte.

---

25 SCARDIGLI, Victor. Les sens de la technique. Paris: PUF, 1992, p. 44.

Fragmentos de vida: Carl Hoepcke e a germanidade em Santa Catarina

*João Klug**

Resumo: Aborda a relação do empresário alemão Carl Hoepcke com a manutenção da germanidade em Santa Catarina, explorando facetas de sua vida fora da atividade empresarial.

Palavras-chave: Alemães – Santa Catarina – Germanidade – Educação

Abstract: It approaches the relationship of the german undertaken Carl Hoepcke with the maintenance of the germanity in Santa Catarina, exploriang facets of his life, not in business activity.

Key-words: German – Santa Catarina – Germanity – Education **

Avaliar e tecer comentários a respeito de determinado personagem da história, implica incorrer no risco de erigir demasiadamente ou derrubar este personagem. É necessário, portanto, ter em mente que a história não é feita apenas por grandes vultos, homens notáveis e cultos a personalidades. Isso nos coloca diante da complexa discussão teórica no que diz respeito ao papel do indivíduo na história. Afinal, quem faz a história, o indivíduo ou as forças coletivas, econômicas, sociais? Frente a esta questão, às vezes, as posições são irreconciliáveis.

* Professor do Departamento de História da Universidade Federal de Santa Catarina.

** A tradução é de Bruno Germer Moraes.

Entendo que em determinados momentos na vida de uma sociedade, surgem líderes que catalisam as necessidades daquele instante, tomando iniciativas que imprimem certo ritmo à história, deixando profundas marcas naquele período. É assim que entendo a ação de Carl Hoepcke em Desterro/Florianópolis entre 1866/1924 (datas da sua chegada a Desterro e da sua morte) e a partir destas considerações e com cautela, pretendo discorrer sobre este personagem, enfocando de modo especial sua atuação em favor da cultura alemã em Santa Catarina.

Podemos afirmar que a germanidade[1] em Santa Catarina é tributária em grande medida à ação desse empresário alemão. Ao lado de sua atividade empresarial, manifestava sensibilidade para uma série de problemas que afetavam a germanidade catarinense, apontando para facetas que merecem ser exploradas, pois é através da análise desses fragmentos que podemos conhecer melhor o indivíduo, sua época e a sociedade da qual faz parte. Este texto, portanto, é resultado parcial de um trabalho que tem por objetivo compreender as escolas alemãs em Santa Catarina entre 1871 e 1937. Trata-se de um *aproveitamento* de importantes fontes, a maioria inédita, que me foi possível consultar em Berlim e Potsdam, na Alemanha. Saliento que a tradução dessas fontes é feita de forma livre, sem transcrição do texto original, a não ser num ou noutro momento, para reforçar uma informação ou idéia. Considerando que todo historiador é um selecionador, trata-se aqui de uma seleção de fragmentos. Outros poderiam ter sido selecionados e explorados, tarefa esta que será feita na medida em que os documentos forem analisados.

No dia 13 de Junho de 1863, aos 19 anos de idade, *Carl Franz Albert Hoepcke* embarcou no porto de Hamburgo com destino ao Brasil. Junto, embarcaram a mãe viúva, um irmão de 14 e uma irmã de 13 anos. Era o início difícil de milhares que vinham tentar construir um sonho, cada vez mais distante da velha pátria. Alguns anos depois ele escrevia uma carta com boa dose de humor ao seu amigo Palm, na qual Carl Hoepcke descreve seu *début* no Brasil. Entre outras coisas afirma:

1 O termo é aqui empregado numa perspectiva etnocultural. Seu conceito está relacionado basicamente com a preservação da língua e costumes trazidos da Alemanha (*Deutschtum*). Para preservar a germanidade, algumas instituições foram fundamentais, tais como a escola alemã, a igreja (principalmente a luterana), os clubes recreativos e a imprensa em língua alemã. Em Santa Catarina, a germanidade foi fortalecida após a unificação dos Estados alemães. A partir daí, o *Reich* adotou uma política mais agressiva, visando a manutenção dessa germanidade, através de apoio financeiro e humano. No final do século passado e início deste, em alguns círculos este apoio extrapolou a dimensão cultural, adquirindo uma conotação político/ideológica.

"(...) meu objetivo era tornar-me independente, fundando uma pequena economia doméstica (...) Meu tio presenteou-nos com um pedaço infértil de terra, a qual todos os proprietários anteriores haviam abandonado (...) Ao lado, porém, havia uma fração de terra muito fértil, a qual meu tio comprou e eu assumi as prestações. A história aí andou de forma diferente (...) Para essa propriedade transportamos nossas caixas e baús, numa carroça. A situação da chegada em minha 'propriedade' não esquecerei em toda minha vida. Era uma tarde; a 100 passos da estrada, no meio de moitas de bananeiras e de uma capoeira tropical, havia dois ranchos, cuja construção fora feita sem um único prego, ferro, cal, pedra, tijolo ou telha. Muito poético, se a gente mesmo não precisasse morar ali. Tudo é feito com tronco de palmeiras (...) tudo amarrado com cipós. O piso era como Deus o havia feito (...) o vento açoitava pelas frestas, onde cabia um dedo (...) quando o carroceiro tomou seu rumo de volta, depois de ter-me ajudado com suas mãos grosseiras, porém práticas, sentei-me sobre um toco entre os dois ranchos e observei a silenciosa atividade da natureza (*stille wirken der Natur*). Pessoalmente, não me sentia derrotado, mas ao perceber minha mãe idosa e minha irmã de 14 anos, tive a sensação de abandono e medo e lastimava por não ter vindo antes sozinho. Todavia, a fome e o amor mantêm a engrenagem da vida (*der Hunger und die Liebe erhält das Weltgetriebe*) e a primeira se anuncia para mim de forma veemente (...)"

E prossegue em sua carta Carl Hoepcke:

"Quando num dia comíamos feijão preto com farinha de mandioca e carne seca, o dia seguinte comíamos carne seca, farinha de mandioca e feijão preto (...) Tomar pé firme por aqui, é algo muito difícil (...) Minha mãe cozinhava para nós e tomava conta dos animais, aves e porcos. Minha irmã trabalhava como se fosse a melhor diarista. Eu mesmo derrubava o mato como se fosse o melhor empreiteiro. Meu primeiro inspetor e último criado era

eu mesmo. Sapatos, meias, paletó, gravata, tinham que ser abandonados como um luxo inconveniente."[2]

Nesse contexto e dessa forma, Carl Hoepcke viveu seus três anos iniciais no Brasil. Em 1869, transferiu-se com a mãe e irmãos para Desterro, à convite do tio Ferdinand Hackradt, que possuía uma casa de comércio. Aí Carl Hoepcke iniciou o trabalho de "guarda-livros", abandonando o machado e a enxada. Dado a sua argúcia e tino comercial, em poucos anos chegou à posição de sócio da referida casa comercial. Alguns anos depois, tornou-se finalmente proprietário, transformando a casa comercial numa conceituada empresa de projeção não só no contexto catarinense, como também no cenário nacional.[3]

Em 15.10.1885 foi nomeado Cônsul Honorário do Reino Alemão.[4] A vida da colônia alemã, especialmente em Desterro e arredores, tinha uma ligação muito estreita com Carl Hoepcke. Foi através do apoio de sua empresa e de seu empenho e atenção pessoal, que algumas instituições teutas foram fundadas ou fortalecidas. Foi notória a sua atenção com teutos em situações desfavoráveis. Destaco uma matéria publicada no jornal *Berliner Tagesblatt*[5] de Berlin, em 10.11.1897, baseada numa carta enviada àquele jornal por um professor de Desterro (Roman Sieber), denunciando maus tratos a grupos ou indivíduos alemães aqui residentes. Este professor menciona em sua carta-denúncia o fato de que, em Palhoça, indivíduos alemães são molestados em suas casas com pedras e laranjas podres, de que crianças teutas são perturbadas em seu trajeto para a escola etc e que essa situação, além de gerar insegurança para os alemães, é uma clara infração às leis do próprio país. Afirma ainda a matéria, que Carl Hoepcke tem tentado fazer algo para que cessem estas molestações, mas que, por não ser ele cônsul de carreira, não pode agir com mais energia junto às autoridades brasileiras. Casos assim, bem como tantas

---

2 ENTRES, Gottfried. Der Staat Santa Catarina in Vergangenheit und Gegenwart unter besonderer Berücksichtigung des Deutschtums. Gedenkbuch zur Jahrhundertfeier Deutscher Einwanderung in Santa Catarina. Florianópolis: Livraria Central. Alberto Entres & Irmão, 1929. p. 282-84.

3 Sobre a história da empresa Carl Hoepcke, ver dissertação de mestrado de Lígia de Oliveira Czesnat, UFSC, 1980. Ainda sobre a mesma empresa, a pesquisa está sendo retomada a partir de novas fontes não exploradas.

4 Bundesarchiv Abteilung Potsdam - Auswärtiges Amt - Nr. 38770.

5 Idem, Nr. 53937 - Jahresbericht das Kaiserlich Konsulat in Desterro. Vol. 1 - von März 1887 bis Dezember 1903.

outras situações semelhantes, justificariam, segundo esse jornal, a instalação de um consulado de carreira em Desterro, argumentando ainda que em Santa Catarina vivem mais de 60 mil alemães, que não contam com proteção consular oficial.

Maria Luíza Renaux Hering menciona que em 1896 se estabelecera em Benedito Novo (*Russembach*), a família Julius Haacke, tecelão oriundo da Polônia. Em função do terreno muito acidentado que lhe coube, não poderia sobreviver com o trabalho na terra.

> "Decepcionado e sem perspectiva de trabalho na lavoura, dirigiu-se ao comerciante alemão da capital Carl Hoepcke, em busca de informações sobre emprego (...) Hoepcke como cônsul e amigo de Carlos Renaux, além de revendedor de seus tecidos, deu a Haake carta de apresentação. No dia seguinte, toda a família Haake, com exceção dos filhos menores, foi empregada na fábrica Renaux."[6]

Parece-me que episódios como este evidenciam a atenção dispensada por Carl Hoepcke em favor dos imigrantes. No caso relatado por Maria L. R. Hering, cabe a pergunta: Como este recém-imigrado foi bater às portas de Hoepcke? Provavelmente corria a notícia de que ele poderia fazer algo em favor de pessoas nessa situação. Conforme foi possível perceber na análise documental, não se tratava de um caso isolado.

Em Florianópolis, Carl Hoepcke foi figura fundamental na história da Escola Alemã. O fomento à educação no meio teuto foi uma marca de sua personalidade. Não sabemos, até o atual estágio da pesquisa, quando Carl Hoepcke assumiu a presidência dessa Escola em Florianópolis. Conhecemos, no entanto, um documento da diretoria da mesma, presidida então por Carl Hoepcke, datado de 04.01.1902 e endereçado ao cônsul geral Von Zimmerer.[7] Trata-se de um arrazoado expondo a real situação da Escola e o que deveria ser feito para reverter o quadro desanimador da mesma. Afirma que a situação da escola, os seus

6 HERING, Maria Luíza Renaux. Colonização e Indústria no Vale do Itajaí. Blumenau: Ed. da FURB, 1987, p. 148-49.

7 EZA-Evangelische Zentral Archiv - 5/2474. Die Kirchlichen Angelegenheiten der deutschen evang. Gemeinde in Florianópolis (Desterro) Bd. 1-4 - ab August 1866.

alvos e aquilo que pode ser efetivamente conseguido já é do conhecimento do cônsul, o que nos leva a entender que houve um relatório anterior, no entanto desconhecido. O maior problema da escola, segundo o relato que analisamos, era a grande rotatividade de professores e o seu despreparo para a função. Os que haviam passado por Desterro não corresponderam à expectativa. Nesse aspecto, fica claro que Carl Hoepcke na presidência tinha como alvo reverter esse quadro da Escola Alemã, contratando um profissional devidamente capacitado e preparado. Sua experiência pessoal recomendava essa postura.

Segundo informações contidas na obra de Apolinário Ternes[8], o interesse em conseguir um bom professor para seus filhos, levou Carl Hoepcke a contratar na Alemanha o professor e ex-pastor luterano João Leonardo Harger, intelectual com formação humanística na melhor tradição acadêmica alemã, que dominava, além do alemão, inglês, francês, holandês e grego. O objetivo, portanto, da diretoria presidida por Carl Hoepcke era efetuar uma reorganização da escola, de tal forma que atingisse estabilidade e excelência. Para isso, fundamental seria um bom professor para coordenar as atividades.

O referido documento menciona ainda que, no caso de Florianópolis, o ideal seria uma pessoa com formação em teologia e pedagogia, pois a diretoria entendia que dessa forma estaria suprindo duas necessidades simultâneas: a Escola e a Comunidade Eclesiástica Luterana. A existência de uma dependia da outra, mesmo que a escola, estatutariamente não fosse confessional. Em função disso, há uma clara advertência de que esse professor/teólogo não poderia influenciar teologicamente na escola, pois ela era confessionalmente neutra e assim deveria continuar. O fundamental seria boa educação aos teutos sem fazer diferença entre confissões. Dessa forma, a postura desse professor não poderia ser nem ortodoxa, nem fanática, caso contrário não encontraria *chão* em Florianópolis.

Outra exigência da diretoria era que o professor tivesse uma razoável formação musical, alegando que a música era um importante meio pedagógico e que aqui isto seria muito importante. Um mês após, em 05.02.1902, o cônsul geral Von Zimmerer escrevia ao Consistório Eclesiástico Superior de Berlim, solicitando um professor que atendesse ao perfil desejado, enfatizando os nobres objetivos da diretoria presidida por Carl Hoepcke e que a escola alemã em Florianópolis necessitava, de fato, de uma reorganização se não

8 TERNES, Apolinário. História Econômica de Joinville. Joinville: Associação Comercial e Industrial, 1986, p. 47-48.

quisesse definhar completamente, o que significaria o naufrágio da germanidade nessa cidade (*Untergange des Deutschtums in hiesiger Stadt*).[9] O cônsul elogia ainda a postura da diretoria, que decidiu empreender todos esforços para reverter o quadro, começando pela contratação de um bom professor. Alcançado esse objetivo através da contratação de um pastor/professor (Otto Oswald Richard Schulz), Carl Hoepcke lidera uma campanha visando construir prédio próprio para a escola, incluindo nessa construção, além das salas de aula, um auditório e residência para o diretor. Para dar início à campanha, doou 25 % do valor orçado para a construção, estimulando, assim, a comunidade alemã a mobilizar-se. Dessa forma, o prédio foi iniciado em fevereiro de 1905 e concluído em novembro do mesmo ano, sendo um dos prédios mais vistosos em Florianópolis naquele tempo.[10]

É interessante o fato de que Carl Hoepcke dedicava especial atenção às escolas localizadas no Sul de Santa Catarina. Nesta região havia se formado uma Associação de Professores Alemães (1912), para, entre outras coisas, ter força de reivindicação junto ao consulado alemão de Florianópolis. Por razões diversas, o cônsul de carreira Von Grienke entendia que esta região não era prioritária para a germanidade em Santa Catarina. Dessa forma, o apoio do consulado às escolas alemãs dessa região, se fazia "à conta gotas", indispondo a Associação contra o referido cônsul.[11] Nesse contexto, o cônsul Von Grienke viaja à Europa, permanecendo alguns meses, quando então os professores buscam apoio em Carl Hoepcke. Tal foi o "assédio", que o levou a escrever ao Ministério de Relações Exteriores do Reino Alemão, pedindo que este enviasse um cônsul de carreira, sob o argumento de que o movimento do consulado havia aumentado muito, que 80 escolas encaminharam pedido de subsídio financeiro e que todos os pedidos precisavam ser examinados com atenção. Argumentava ainda que sua profissão era ser empresário e não cônsul de carreira.[12]

Conforme vimos, uma grande preocupação de Carl Hoepcke dizia respeito à falta de professores para as escolas alemãs catarinenses, bem como ao despreparo da grande maioria dos que aqui atuavam. Essa realidade punha em risco o futuro da cultura alemã em Santa Catarina.

9 EZA-Evangelische Zentral Archiv - 5/2474, op. cit.
10 KLUG, João. Imigração e Luteranismo em Santa Catarina. A comunidade Alemã de Desterro-Florianópolis. Florianópolis: Papa-Livro, 1994, p.115.
11 Bundesarchiv Abteilung Potsdam - Auswärtiges Amt - Nr. 38747.
12 Politisches Archiv - Auswärtiges Amt - Bonn - Nr. 141745.

Visando suprir esta necessidade de professores, o reitor da *Neue deutsche Schule* de Blumenau (professor Strothmann) em 1907 iniciou um curso preparatório para professores que viessem ocupar escolas no interior das colônias alemãs (*Pikadenschulle*). Esse curso preparatório (*Lehrerpräparande*) era um apêndice da *Neue deutsche Schule*, tendo iniciado com três alunos. O Consulado Geral Alemão de Petrópolis, RJ, aplaudia a iniciativa, prometendo apoio e recursos financeiros. Estranhamente, à primeira vista, Carl Hoepcke elabora um documento datado de 18.01.1908, no qual questiona esta prontidão do consulado em apoiar a iniciativa do reitor Strotmann. Sua argumentação era de que o projeto se baseava mais na euforia momentânea do que num plano devidamente amadurecido e que nada garantia, por exemplo, que esses três alunos iniciais viessem abraçar a carreira de professor ou que, após receber o devido preparo (subsidiado pelo consulado alemão), se ocupassem com outra função qualquer mais rentável e que nesse caso, o investimento não traria o retorno desejado. Apesar de sua preocupação com a educação alemã, Carl Hoepcke recomendava, nesse caso, cautela.[13]

Teria sido este fato uma evidência de rivalidade ou de falta de sintonia entre a Escola Alemã de Blumenau, seu reitor e o cônsul honorário Carl Hoepcke? A análise dos documentos até o momento não permitem afirmação nesse sentido. A cautela preconizada por Carl Hoepcke, no entanto, tinha razão de ser, pois um ano após só havia dois alunos, sendo que o projeto não logrou êxito naquele momento.[14]

Na qualidade de presidente do Clube Germânia, Carl Hoepcke empenhou-se também na construção da sede própria, cabendo-lhe proferir o discurso inaugural em 15.09.1900.[15] A análise de sua fala naquela ocasião mostra importantes aspectos, e parece-me apontar para o perfil de sua mentalidade e do grupo que ele presidia em torno dessa instituição. Inicia com uma retrospectiva histórica, apontando para a origem do Clube Germânia em 16.05.1866, quando um grupo de homens se juntou para cultivar o canto masculino alemão. Naquele momento, essa associação de homens recebeu o nome de *Euterpe* e se reunia na própria residência do seu dirigente, Sr. Hautz,

13 Bundesarchiv Abteilung Potsdam - Auswärtiges Amt - Nr. 38783.
14 Idem, Nr. 38785.
15 Festrede zur Einweihung des Hauses der Germânia am 15. September 1900 gesprochen von Carl Hoepcke. Documento traduzido por Vera Molenda, gentilmente cedido de seu acervo particular.

passando depois para o estabelecimento do Sr. Tobias, na Praia de Fora, que se tornava "um templo de musas" às quartas-feiras e sábados. Posteriormente, afirma Carl Hoepcke, foi alugada uma sala pequena e barata. Em 1870 o grupo alugava uma casa inteira, contratando inclusive um ecônomo. No discurso Carl Hoepcke afirma que "(...) quando as gargantas paravam de cantar e quando terminava a última canção, o nosso amigo Thomsen, benquisto como cantor e anfitrião, levava a sua cesta de cervejas vazias e a chave de nossa casa consigo".[16]

Menciona, ainda no mesmo discurso, que na velha Europa "(...) levantava-se o nosso povo, a nossa Alemanha, depois de anos de dilaceramento e desagregação, para atingir a unidade, poder e prestígio".[17] Lembra os poetas e pensadores alemães, afirmando que os sonhos destes tornaram-se realidade, incendiando a velha pátria com entusiasmo, que se alastrou sobre o globo terrestre, contagiando onde pulsava o sangue alemão. Para Hoepcke, esses ecos chegaram de tal maneira a Florianópolis que "a nossa Associação tornou-se portadora do sentimento pátrio." Foi nesse contexto de euforia pela unificação da Alemanha que a comunidade alemã de Florianópolis solidificou o Clube, trocando seu nome de *Euterpe* para *Germânia.* A seguir, faz uma afirmação em seu discurso que se reveste de significação especial:

> "São de estirpe alemã os membros do Germânia! A luta pela sobrevivência nos separou da terra pátria e nos jogou em um país estranho. E nós criamos raízes firmes neste novo país. O que o homem almejou e concretizou em lutas de muitos anos, isto a ele se torna mais do que pertences materiais, com isso ele se solidifica. Lá, onde ele por força própria formou sua casa, lá é a sua pátria – tanto faz se sob o ramalhar dos carvalhos, ou se são as palmeiras que farfalham sobre o seu telhado! A maioria de nós tornou-se cidadão de nosso país, assim como nossos filhos o são, cidadãos do país que nos recebeu com hospitalidade, e daqui em diante os teutos e os luso-brasileiros devem conviver e trabalhar em amizade e harmonia, para a grandeza e a honra do país, cujos cidadãos em comum somos."[18]

16 idem.
17 idem.
18 idem.

Compara ainda essa situação, na qual se adota uma nova pátria, à mulher que se casa e sai do lar paterno para formar um novo lar, no entanto, não se esquece da casa paterna, ao contrário, dela se lembra com orgulho, levando consigo tudo o que lhe foi dado e ensinado. "Assim também nós, não devemos jogar fora o que é símbolo da estirpe alemã".

Finalizando seu discurso, Carl Hoepcke chama a atenção para os propósitos do Clube Germânia: preservar e cultivar o caráter alemão, língua e costumes alemães, formando, no entanto, bons cidadãos brasileiros de formação e conteúdo alemão.

Uma utopia? Parece-me que esta proposta representa bem a mentalidade da maioria dos alemães e teuto-brasileiros aqui residentes. Queriam ser cidadãos brasileiros, observando deveres e direitos de um cidadão brasileiro, pois um novo lar fora construído sob o "farfalhar das palmeiras", não esquecendo, no entanto, que sua origem foi formada na Alemanha, sob o "ramalhar dos carvalhos". Este projeto, de ser bom cidadão brasileiro de cultura alemã, foi bandeira e legenda entre os teutos em Santa Catarina, muitas vezes gerando tensões entre os próprios teutos e as autoridades brasileiras.[19]

Não foi intenção fazer um trabalho biográfico sobre Carl Hoepcke e sim abordar algumas facetas, entre as muitas possíveis, complexas e até contraditórias. Quando na historiografia catarinense encontramos referências a este personagem, elas o fazem na perspectiva da história econômica, empresarial, que, aliás, foi sua principal atividade. Entendo, no entanto, que a entrada pela *porta dos fundos* é uma importante via para melhorar conhecer um determinado personagem, bem como a sua época. Através de fragmentos de vida, creio ser possível perceber os canais com os quais o indivíduo se comunica com a sociedade na qual vive e as motivações que o levam a agir desta ou daquela forma.

19 Sobre este assunto, consultar as obras de Giralda Seyfert (Nacionalismo e Identidade Étnica), René Gertz (O Perigo Alemão; O Fascismo no Sul do Brasil) e Marionilde Dias Brepohl de Magalhães (Alemanha, mãe-pátria distante: Utopia pangermanista no sul do Brasil. Tese de Doutorado, UNICAMP, 1993).

Bibliografia e Fontes

ENTRES, Gottfried. Der Staat Santa Catarina in Vergangenheit und Gegenwart unter besonder Berücksichtigung des Deutschtums. Gedenkbuch zur Jahrhundertfeier Deutscher Einwanderung in Santa Catarina. Florianópolis: Livraria Central - Alberto Entres & Irmão, 1929.

GERTZ, René. O Perigo Alemão. Porto Alegre: Ed. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1991.

HERING, Maria Luíza Renaux. Colonização e Indústria no Vale do Itajaí. Blumenau: Ed. da FURB, 1987.

KLUG, João. Imigração e Luteranismo em Santa Catarina. A Comunidade Alemã de Desterro-Florianópolis. Florianópolis, Papa-Livro, 1994.

MAGALHÃES, M. Dias Brephol. Alemanha, mãe-pátria distante: Utopia pangermanista no sul do Brasil. Campinas: UNICAMP, 1993 (Tese de Doutorado).

TERNES, Apolinário. História Econômica de Joinville. Joinville: ACIJ, 1986.

EVANGELISCHES Zentral Archiv - EZA - Bestand 5
5/2471 - Die Kirchlichen Angelegenheiten der deutschen evang. Gemeinde in Florianópolis (Desterro), Bd. 1-4, ab August 1866.
5/2472 - idem
5/2474 - idem

BUNDESARCHIV Abteilung Potsdam - Auswärtigen Amts
52642 - Das Konsulat in Desterro. 1868 - 1900.
53937 - Jahresbericht das Kaiserlich Konsulat in Desterro. Vol. 1, März 1887 - Dez. 1903.
38766 - Deutsche Schule in Santa Catharina.
38747 - idem
38783 - idem

POLITISCHES Archiv des Auswärtigen Amts - Bonn - Nr. 141745.

Encantamento e espanto: O que (Não) Sonharam os Homens

*Marlene de Fáveri**

"Cada época sonha a seguinte".
Michelet.

Resumo: Os projetos de modernidade que os articulistas dos jornais e das elites sonharam para si, a partir das idéias européias, também aconteceram em Itajaí, buscando criar novas condutas e comportamentos, e vistos aqui na perspectiva de espanto e encanto.
Palavras-chave: Cidade – Modernidade – Encanto/espanto – Sociabilidades
Abstract: The projects of modernity dreamed for themselves, based on European ideas, by articulators of the newspapers and the elites also happened in the city of Itajaí. They tried to develop new patterns of behavior and social customs, seen here in the perspective of shock and enchantment.
Key-words: City – Modernity – Shock/ enchantment – Sociabilities

O século XX chega a Itajaí enleado em brisas do rio meio-mar como a prenunciar um tempo em que o novo viria para burilar o imaginário e o vivenciar daqueles sujeitos, sonhadores em transformar sua "(...)grande aldeia de pescadores"[1], num lugar de progresso, civilização e riqueza.

Sim, no salão do "Grêmio Três de Maio", enfeitado com palmas e iluminado com lanternas, após entoarem o Hino Nacional, procederam

* Cursando Pós-Graduação em História, nível de Mestrado, na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), orientada por Profa. Dra. Joana Maria Pedro.

1 LINHARES, Juventino. O que a memória guardou - Coletânea de Artigos - Livros 1 e 2. (s/p) Acervos do Arquivo Histórico de Itajaí.

oratórias de enlevo à centúria que se finda, esta que "se pode chamar com toda razão o século do trabalho, pela tenacidade e esforço com que o homem lutou para progredir, inventar e aperfeiçoar todas as descobertas anteriores"[2], com votos de venturoso futuro ao Brasil e aos citadinos. Só então a Banda estonteou os ânimos e comoveu os olhares enamorados. Nas ruas, entre foguetes e aclamações, "foi passada a noite que antecedeu o primeiro luzir d'alva do século XX num vaivém desusado"[3] até romper a aurora, e com ela as esperanças de muitos em um futuro progressista que tirasse a cidade do marasmo em que se encontrava.

O salão do Grêmio, também salão principal da Intendência Municipal, por certo reunia, naquela noite de hinos e versos recitados, uma plêiade de pessoas importantes da cidade, que possivelmente esperaram o "luzir d'alva" do outro século projetando para si as novidades e o progesso que este lhes traria. Os discursos foram enfáticos, e a noite, glamourosa! Mas, quem tomaria parte no "vaivém desusado"? Quantos desavisados transeuntes sequer se emocionaram com a data? E quantos outros sujeitos pernoitaram em seus lares humildes, descansando o corpo da labuta sem se dar conta que o tempo contado mudaria os algarismos no dia seguinte?

A "fantasmagoria" da modernidade, seus encantos e espantos já foram vistos em produções sobre lugares diversos, e aqui lembrando Nicolau Sevcenko que com tanta maestria o fez sobre São Paulo nos "frementes anos 20"[4]. Entretanto, às especificidades e temporalidades, pode o olhar atento elaborar narrativas de minúcias que, como num teatro, mudando os atores provocam novos suspiros. E em Itajaí, como em tantos outros lugares, o teatro da vida se fez de sonhos, sim, mas também de resistências que diferentes sujeitos protagonizaram nas suas relações. Para perceber estes embates, foram utilizados principalmente os jornais da época, documentos e as memórias de um cronista, Juventino Linhares, cujo olhar para a cidade do seu passado, o lê testemunhando desejos que ele e seus iguais perseguiram, sem se preocupar com as exclusões aí contidas.

Por essa via de análise, pensar o novo/velho implica coexistência e enfrentamentos. Implica também experiência dos perigos/possibilidades de

---

2 Jornal "O PROGRESSO", 05/01/901.
Todos os textos transcritos dos jornais tiveram sua grafia atualizada.

3 Id. Ibid. .

4 SEVCENKO, Nicolau - Orfeu extático na metrópole: São Paulo, sociedade e cultura nos frementes anos 20. SP: Cia de Letras, 1992.

um tempo e espaço que promete aventuras, transformações, poder, mas ao mesmo tempo destrói, ameaça, assusta. Marshal Berman ajuda a pensar a modernidade nesse redemoinho de contradições ou, ao mesmo tempo em que destrói a paz do passado, dá de presente a aventura, torna-a desejada.[5] E é esse desejo de alguns homens e mulheres que os fará apreender, aspirar e querer realizar mudanças, os mesmos cujos projetos ansiaram por distinções e forjaram para si um lugar sano e alinhado: as elites.

Para situar tais embates/seduções é preciso lembrar o processo que se desencadeia no aquém-mar a partir de uma matriz européia, trazendo à cena outros atores sociais, os quais, portadores de novas crenças e idéias, vão permitir-se a reelaboração daqueles discursos e torná-los aparatos para que esta sociedade "tupiniquim" voltasse suas práticas para maneiras mais refinadas de comportamento e valores, instaurando aqui certos códigos de civilidade que se fizeram presentes em outros espaços.

Vale lembrar que esta era ainda uma pequena vila, se comparada aos centros maiores; entretanto, sendo um Porto, as viagens, principalmente ao Rio de Janeiro, eram freqüentes, portanto, provavelmente a bordo, além de presentes dentre os quais estariam revistas, chapéus, folhetins, tecidos e encomendas, vinham também os desejos, deslumbramentos, ao que o viajante recém-chegado por certo relatava pontuando as maravilhas que por lá vislumbrara!

Cidade portuária que era (é), Itajaí agregava nas suas entranhas diferentes classes sociais, onde pululavam tensões e resistências. Sim, porque excluída, a maioria se "ajeitava" na geografia da pequena-quase-cidade com os ganhos do comércio informal – vendeiros, carregadores, prostitutas, pedintes, lavadeiras, e toda sorte de despossuídos. Que sonhos teriam estes?

Os discursos de "estar em dia com" pontuavam os editoriais dos jornais, ao que os cronistas não cansavam de exaltar. Ao provocarem sonhos de uma época, comportavam também desejos e utopias, cuja vivência implicava ainda a construção de um imaginário coletivo. Ou, como quer Walter Benjamin, a imprensa "(...)organiza os mercados dos valores espirituais"[6], porque incita ao moderno, aos prazeres da técnica-movimento-moda-máquina-mercadoria.

---

5 BERMAN, Marshal - Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade. S.P: Cia de Letras, 1986.

6 BENJAMIN, Walter - Paris, Capital do século XIX. In KOTE, Fávio (org.) Walter Benjamin . Sociologia . S.P: Ática, 1985. p. 40.

Ora, ao adentrarem-se os referenciais de modernidade, Itajaí se configurava como centro administrativo de todo o Vale, facilitando a ascensão social de uma elite ligada ao comércio. Assim, o processo de acumulação de riquezas, com a importância comercial que adquiriu o Porto, também diversificava as atividades na área central da cidade, mobilizando sujeitos ao redor do comércio informal e do mercado – e lembro que o Mercado Público de Itajaí (1915) também vai possibilitar um espaço de trocas, embora os maiores negócios devessem acontecer em função do Porto. A esse processo, a nova classe social ascendente, a elite, vai procurar reformular o espaço urbano de acordo com os novos pressupostos burgueses, delimitar espaços sociais e inventar formas de distinção, como também aconteceu em Desterro no final do século XIX, como percebeu Joana Maria Pedro[7].

Para além disso, Itajaí, ponto estratégico geográfico – saída de um rio navegável e propício a um grande porto – recebendo a imigração européia do século XIX e virada deste, algumas destas famílias, principalmente alemãs, se instalaram na cidade, estabelecendo aí algum tipo de negócio. Ora, sendo um lugar majoritariamente habitado por lusos, os alemães e teutos vão se "misturando" à comunidade local, embora cultivassem sua cultura, como o Clube Caça e Tiro (dentre outros) que aqui organizaram. Isso se faz possível perceber através das práticas sociais, pois que nos clubes e associações, germânicas ou não, tanto teutos quanto lusos aí participavam das diretorias, o que pode ser elemento de integração (inclusive através de ralações matrimoniais, como foi o caso de Marcos Konder e Adelaide Flores, em anos anteriores). Entretanto, a questão étnica[8] existiu, meio que "surda", e o processo de integração não foi isento de tensões, mesmo porque enfrentamentos ocorreram, sobretudo no calor da "guerra"[9].

É bom lembrar que várias destas famílias alemãs e seus filhos vão se projetar na política local (Asseburg, Malburg, Müller, Konder) bem como, após os anos 20, na política estadual. Pode-se inferir que isso se dá através da ascensão econômica com os negócios no comércio e atividades industriais, com a instalação do mercado[10]. Pensando assim, o projeto de modernidade

---

7 PEDRO, Joana Maria - Mulheres honestas e mulheres faladas: uma questão de classe. Florianópolis: Editora da UFSC, 1994.

8 Sobre esta questão, são ainda necessárias pesquisas empíricas e aprofundamentos.

9 Ver FALCÃO, Luiz Felipe - Itajaí vai à Guerra. Texto apresentado no XVIII Simpósio Nacional de História/ANPUH, Recife/PE, 1995.

10 BARRETO, Cristiane Manique - Eles estão em festa: "o lado não sério das elites germânicas na virada do século XIX em Itajaí". Itajaí: UNIVALI/Centro de Pós Graduação, 1993. (Monografia)

destas elites possivelmente tenha passado por relações interétnicas, à medida em que estas se afirmam economicamente, se constróem na esfera social e passam a conquistar espaços na esfera pública política.[11]

Conformando-se a cidade e afirmando-se as elites, no contexto que aqui estamos estudando, também implica uma ampla rede de transformações materiais e sociais que se estende à cultura, e que adentram-se num emaranhado de informações, quando preocupações com as condutas e sociabilidades estão no calor da hora. Sim, a exemplo de outras cidades[12], pretendiam também em Itajaí disciplinar as maneiras de ser das pessoas tanto na sua *privacy* como nos espaços de domínio público. Os Códigos de Posturas Municipais tentaram pôr ordem na vida da cidade e das pessoas, e os discursos de aformoseamento e remodelamento urbano estavam presentes no vivenciar dos itajaienses, como, por exemplo, a criação do "Centro Aformoseador do Itajaí"[13]. Encurtar caminhos, abreviar o tempo, controlar espaços, disciplinar: eis o ideal dos estrategistas urbanos aos se debruçarem sobre a construção da cidade nos séculos XIX e XX.

Ora, a rua aparece no cenário urbano como um espaço público por excelência, lugar de relações sociais, culturais, econômicas, de enfrentamentos e circulação. Se a nova imagem da rua é lugar de passagem para uns, para outros é lugar de sobrevivência e resistência. E o Projeto Higienista, por mais que tenha tentado, não conseguiu "limpar" de "miasmas" e gentes, pois "(...) os espaços públicos são eternamente reivindicados, repossuídos, reinventados, por aqueles que dele fazem o jogo da vida"[14], ao que não faltaram leis para disciplinar e/ou proibir os pobres de "adotarem" a rua como lugar de trocas e pequenos comércios. Portanto, é a artéria viva da cidade, "(...)onde viceja a pobreza, onde chafurdam os miseráveis em busca das 'sobras' da sociedade para seu sustento"[15]. Sim, em 1929, os jornais dão publicidade aos

---

11 Jürgem Habermas fez um estudo instigante percebendo a construção da esfera pública burguesa a partir da esfera social, onde as discussões (nos salões) alcançam o domínio do público e vão reivindicar a esfera pública política (Mudança Estrutural da Esfera Pública. R.J: Tempo Brasileiro, 1984.)

12 Existe vasta literatura sobre estas transformações, que podemos, por exemplo, ver em SEVCENKO, Nicolau - Op. Cit.; RAGO, Margareth - Do cabaré ao lar. (2a ed.). R.J: Paz e Terra, 1987, dentre outros.

13 Os Estatutos do Centro Aformoseador do Itajahy encontra-se nos Acervos do Arquivo Histórico de Itajaí.

14 PECHMAN, Robert Moses - Os excluídos da rua: ordem urbana e cultura popular. In: BRESCIANI, M. Stella (org.) - Imagens da cidade: séculos XIX e XX. S.P: ANPUH/Marco Zero, 1993. p. 33.

15 Id. Ibid. p. 31.

regulamentos e proibições da mendicância[16]. E, claro, foram os jornais que clamaram por condutas e distinções. No "O Novidades" (31/07/1904), observa-se um reclame acirrado contra os "maus costumes" de algumas famílias de "(...) estenderem a coarar sobre a grama, nas ruas públicas onde moram, a roupa suja que lavam (...) e sobretudo se forem de uma senhora."

Se há lei, há trangressão. Em 1909, o mesmo jornal noticia a apreensão de um porco solto nas ruas, e em 1923, uma Lei é criada para aplicar multa "por animal recolhido" [17]. Ora, os embates entre aquilo que é preciso modificar e os costumes arraigados da população deixam ver que não se "criam mentes" da noite para o dia; é um processo lento, e que recursos de toda ordem (econômicos, políticos, urbanísticos) foram exaustivamente lançados mão pelos burgueses na construção da "cidade ideal", e que não conseguiram desqualificar a "cidade real" – hoje ainda, e talvez mais do que nunca, a "cidade real" desafia portões e grades.

Se os jornais acompanhavam o processo que se desencadeava lá fora, reclamando melhorias para a cidade, outros sujeitos que ali viviam também almejavam os mesmos projetos. Dentre estes, Juventino Linhares, memorialista que vivenciou mudanças em Itajaí nas primeiras décadas deste século, escreveu, já nos anos 60, uma coletânea de artigos[18] que foram publicados em jornais locais. O que e como escreveu mostra como a memória seleciona o que lhe convém, vulnerável aos seus usos, e sintonizado à classe a qual pertencia – filho de comerciante local, classe média, tendo sido Diretor de Jornal – vai pontuando, repetindo muitas vezes as maravilhas que, segundo ele, foram tão desejadas.

Nessa perspectiva, e ainda no vislumbre do encantamento, Linhares nos diz que "(...) de todas as descobertas que vinham chegando até nós, a que mais interessava era, sem dúvida, a iluminação elétrica"[19], esta que, tendo-a já instalada, Blumenau e Joinville cresciam a olhos vistos, e, portanto, anseio que norteava discursos e eram discutidas suas dádivas nos círculos restritos de conversas da cidade. Sim, para o memorialista, Itajaí sofria "com os inúteis lampiões a querozene (...) esfumaçando e negrejando ambientes"[20]. Eis que, como que presenteada, na noite de Natal do ano de 1909, a luz vem

16 Jornal "O PHAROL", 10/08/29.

17 Lei Municipal n 125, de 15/10/23 - Atas do Conselho Municipal (Fundo PMI).

18 Os artigos estão dispostos em dois volumes, intitulados "O que a memória Guardou", nos Acervos do Arquivo Histórico de Itajaí, sendo um rico material para análise.

19 LINHARES, Juventino - Op. cit.

20 Id. Ibid.

"ofuscar para sempre a tristonha e enfumaçada luz do petróleo"[21], e colocar Itajaí ao alcance das coisas modernas, sendo o que faltava para a criação e ampliação de empresas rumo ao progresso, como queriam as ilustres personalidades no ato de inauguração. Presente natalino, sim, mas, para toda a população?

Com a instalação da iluminação elétrica, no mesmo ano, Itajaí presencia "outra maravilhosa conquista da civilização: o cinema"[22], que iria povoar definitivamente o imaginário de muitos itajaienses. Interessante que a apresentação dos primeiros espetáculos não surtiu o efeito esperado – "o salão ficava às escuras, o que era inédito nas diversões conhecidas e causava sensação desagradável (...). O expectador chegava ao fim da função meio estonteado, com os olhos lacrimejantes"[23] -, mas mesmo assim, os curiosos não deixavam de conferir! Passado algum tempo, por empenho de Félix Busso Asseburg[24], visto como cidadão de empreendimentos arrojados, foi instalado um dínamo no edifício do "Clube Guarani", e ali ficou permanente, ocupando o palco onde apresentavam-se também peças teatrais. E, assim, uma parcela do público foi "educado" para esta "maravilha da civilização", com a ajuda dos articulistas que divulgavam a preferência que as telas vinham despertando nas grandes cidades do país e do exterior.

Faz-se de bom alvitre lembrar que ao redor do cinema surgia uma nova subjetividade: veículo de massa que passa a criar mitos, introduzir comportamentos, ditar modas que, claro, são articuladas em função de um sistema de significações que cada sociedade, e cada classe elabora seus próprios conceitos, apoiados na sua racionalidade[25]. É a técnica na sua reprodutibilidade – a atração sobre o homem moderno que criou a ilusão da aparência, do impressionismo. Walter Benjamin vê essa metamorfose como "(...)um novo processo de seleção, uma seleção diante do aparelho, do qual emergem, como vencedores, o campeão, o astro, o ditador"[26]. É arte sem "arte", mas arte da sedução/espanto/encanto!

Ainda, o cinema foi também lugar de mostrar-se em público, dar-se

---

21 Jornal "O PHAROL", 31/12/1909.

22 LINHARES, Juventino - Op. Cit.

23 Id. Ibid.

24 Félix Busso Asseburg era filho de Guilherme Asseburg, imigrante que se estabeleceu em Itajaí em meados do século XIX, onde fez fortuna (Firma Asseburg & Cia.). Deixou os negócios a cargo do filho, que tudo fez pela modernização da cidade.

25 CASTORIADIS, Cornelius - A instituição imaginária da sociedade. R.J: Paz e Terra, 1982.

26 BENJAMIN, Walter - Obras escolhidas: magia e técnica, arte e política. (3a ed.). S.P: Brasiliense, 1987. p. 183.

visibilidade, provocar encontros, portanto, lugar de sociabilidades das elites, e, possivelmente, lugar de encontros de populares nos dias em lhes era "permitido" apreciar[27]. Fora dele mas em sua função, outros códigos eram criados: iniciava com o *footing*; prosseguia a dança; seqüenciava o filme. Portanto, o cinema está em acordo com as subjetividades que vão sendo formadas.

O espanto:

> "O interessante é que se ouve tudo nitidamente, tão nítido como se estivéssemos no próprio lugar onde a cena está passando. O ruído dos passos nos passeios das ruas ou dentro de casa, no assoalho, numa porta que se abre, o rodar de um automóvel na rua, o trilar do apito do inspetor de veículos, na grande e Majestosa Brodoway, tudo se ouve com uma clareza absoluta...É forçoso confessar que esse invento é espantoso de perfeição"![28]

A admiração do cronista com a notícia, chegando do Rio de Janeiro e anunciando o cinema falado! Já em 1931, chega em Itajaí, "cantado, musicado, sonoro, colorido, sincronizado" – era "O General Crake" para o encanto/susto dos itajaienses![29] Colorido? Talvez por conta da novidade...

Outra "descoberta" marcante para os anseios daqueles itajaienses possuidores de distinção social e econômica, para quem as novidades significavam progresso, e alargando seus sonhos, foi a chegada do automóvel. Juventino Linhares nos conta que, quando garoto (possivelmente em 1910), em viagem a Florianópolis acompanhando o pai, vira um automóvel na praça – que até então só presenciara em revistas. O pai pareceu-lhe não ter "a nítida compreensão daquela novidade, o que supuz na sua exclamação de espanto, que me fixou na lembrança: 'Como é que pode aquela caranguejola andar sem cavalos?"[30]. Sim, compreender a novidade também exige aprendizado, e as pessoas de Itajaí vão, na década de 10, "aprender" a

---

27 Irene Boemer, primeira radialista de Itajaí, quando iniciava em estação experimental o Serviço de Rádio Difusão, em 1945, na Rádio Difusora, nos diz que "(...) tinha sessão de segunda-feira, era matinê, e iam pessoas mais assim (pobres), né."

28 Jornal "O PHAROL", 06/07/29.

29 Jornal "O COMMERCIO", 24/05/31.

30 LINHARES, Juventino - Op Cit.

dividir as ruas com carros, que ainda dividiam com carroças, que ainda dividiam com animais soltos, que dividiam com gentes, que ainda não havia calçamento... Lugar de passagem, mas também de encontros e trocas. Lugar de "flanar", mas também de meio de vida. De anônimos e transeuntes, que um observador atento por certo leria nas feições e trajes a classe social a qual pertenciam os diferentes sujeitos.[31]

E, outra vez, foi Félix Busso Asseburg quem trouxera para Itajaí os dois primeiros carros, imortalizados no instante captado pelo fotógrafo num domingo à saída da missa: em primeiro plano aparecem os dois "Orix" em meio aos passantes, "o que conferia uma visão progressista e movimentrada à nossa principal rua (...), evidente confirmação de nosso desenvolvimento"[32], nas lembranças de Linhares.

Ao final da década de 10, Cabeçudas (praia) já ia se tornando recanto apreciado para o descanso[33] das elites, e as estradas esburacadas reclamavam a perícia à passagem dos automóveis, o que desencadeia um conjunto de reclames na imprensa escrita para a melhoria das mesmas. Nos anos 20, com a crescente procura daquele lugar benfazejo por esta classe que se distingue, a Administração Municipal cria Leis para arborização, saneamento, canalização de água e construção da Avenida Atlântica em Cabeçudas, que em 1927 é transformada em perímetro urbano[34], transformando-se, portanto, em um espaço privilegiado de sociabilidades para as elites de Itajaí, ao que também não faltaram "medidas moralizadoras" para o uso de trajes decentes nos banhos.[35]

Dentre os poucos registros que captaram a imagem, no Arquivo Histórico de Itajaí existe uma fotografia onde senhoras (senhoritas?) "molham os pés", roupas folgadas à meia-manga e meia-perna, protegida a cabeça com lenços e chapéus! Ora, como lugar onde também se criam novas sensibilidades, a praia surgiu como outro espaço público, além do que também ditou modas e transformou conceitos, ou lugar onde as pessoa elegantes dela pudessem

---

31 Ver POE, Edgar Alan - O homem da multidão. In: Os melhores contos de Edgar Alan Poe. S.P: Círculo do Livro, s/d.

32 LINHARES, Juventino - Op. Cit.

33 O descanso aqui não tem o significado de lazer, pois lazer está ligado as práticas institucionais que chegam com a industrialização e urbanização. Itajaí é ainda uma cidade se conformando, numa temporalidade ainda não ligada às práticas exaustivas de trabalho (capitalismo). Ver DUMAZEDIER, Jofre - Lazer e cultura popular. S. P: Perspectiva, 1973.

34 Atas do Conselho Municipal - Arquivo Histórico de Itajaí.

35 Como informa o Jornal "ITAJAHY" - 27/02/27.

usufruir[36]. Em 1928 foi inaugurado o Hotel Cabeçudas (propriedade de José Zwölfer), ao que no ano seguinte o cônsul do Brasil em Baden-Badem (Alemanha) veraneia em Cabeçudas, motivo então de orgulho para os articulistas dos jornais[37]. Os espaços vão, na Itajaí daqueles anos, paulatinamente sendo ocupados, alargados, higienizados com as modernas idéias que aí medram, instigados pela imprensa e por comerciantes. Aos reclames constantes de novas condutas, somam-se os projetos arquitetônicos que visam configurar a geografia do centro da cidade, com a instalação de colégios, linha de bondes, o Mercado Público (1915)[38], construção da Sede do Poder Municipal (1925), redes de esgoto e água, etc.

Entre reordenamentos, desapropriações, construções, a cidade foi tomando novos ares, e no meio disso, o desejo por colocar Itajaí em sintonia com "(...) a rota de civilização e de aperfeiçoamento", nas palavras de Marcos Konder, conferenciando por ocasião do Centenário de fundação de Itajaí[39]. E nessa busca de progresso, o telefone foi clamado pelos jornais como a mais econômica das conquistas pela rapidez e comodidade que poderia oferecer, tanto para os negócios como para as "urgências" da vida privada.

É ele, o telefone,

> "(...) como o telégrafo, a luz e a água, igualmente necessário ao homem na época de intensa atividade e grandes ocorrências que atravessamos. No comércio, na indústria, na agricultura, na burocracia, em todos os ramos, enfim, de atividade a que se entrega o homem, no 'struggle for life' é o telefone um dos meios mais rápidos de comunicação de que nos socorremos para uma oferta, um pedido (...). Tivéssemos telefone em casa, evitaríamos tudo isto e muitos outros contratempos. Diz-se por aí que o telefone é um dos melhores fornecedores dos manicômios. Talvez seja verdade, mas só perdem a paciência aqueles que não sabem falar ao telefone ou não tem suficiente cavalheirismo para esperar

36 Sobre o assunto, ver FERREIRA, Sérgio Luiz - O banho de mar na Ilha de Santa Catarina (1900-1970). Florianópolis: UFSC. 1994.Dissertação de Mestrado.
37 O PHAROL, 09/01/29.
38 SILVA, Afonso Luiz de - Itajaí de ontem e de hoje. Brusque: Gráfica Mercúrio Ltda. s/d.
39 KONDER, Marcos - A pequena pátria. S.P: Cia de Melhoramentos, 1923. p. 16.

que as telefonistas procedam a comunicação."[40]

Economia de tempo e rapidez: o telefone aparece como um "jeito" moderno de chegar mais perto do tão precioso progresso. Fábrica de loucos? Por certo o cronista também sonhasse com um aparelho menos complicado – mas por ora era preciso pacientar-se!

Dentro ainda da perspectiva da modernidade no rol do "torvelinho entontecedor" das conquistas, o espanto e o encanto, que teriam imaginado os incautos transeuntes quando, em 1927, um hidroavião pousou sobre as águas do Rio Itajaí?

Sim, trazia a bordo o Sr. Victor Konder (Ministro da Viação) para a cerimônia de enlace matrimonial de sua irmã Marieta com o Sr. Irineu Bornhausen, e outra vez um fotógrafo capta o instante em que o Sr. Ministro acena para seus conterrâneos que, às margens do rio, acotovelam-se para o melhor lugar na platéia.[41] Inesquecível ou assustador? A maioria da população talvez desconhecesse aquelas "asas móveis"!

E por falar em espanto/encanto, o avião, ao chegar na cidade e passando "por cima da residência Konder o ilustre escursionista deixou cair um molho de hortências, colhidas no Rio no mesmo dia, para ofertá-las a Exma. viúva Adelaide Konder", e na volta, "atirou grande quantidade de pequeninos boletins", contendo saudações e cumprimentos ao povo da cidade.[42] Quem não se sentira curioso e encantado?

Sim, o vislubre do novo e a luta por suas entradas permitiram que sonhos de alguns se realizassem, sim, mas para que isso acontecesse não só "maquinarias" eram necessárias. Para além disso, foi preciso construir os sujeitos, e sujeitos que "comprassem" as novas idéias, pois, na construção da sociedade está a construção das subjetividades: uma esfera que se distingue se constrói em relação a outra, ou seja, a construção do sociedade intimista está na fronteira de quem está fora dela.

São, então, os membros da elite que em Itajaí vão fundar associações e clubes recreativos, jornais, grupos teatrais, enfim, formas de permitirem-se o divertimento e construtores de novas subjetividades.[43] Também as senhoras

---

40 Jornal "ITAJAHY", 14/01/23.

41 A fotografia (ampliada) faz parte dos Acervos do Arquivo Histórico de Itajaí.

42 Jornal "ITAJAHY", 05/01/27.

43 Existem as Sociedades Guarani, Atiradores, Estrela do Oriente, Literária Patriótica, Germânia, Clube 20 de Julho e, em 1929, fundam o Bloco dos XX.

e senhoritas fundaram associações culturais,[44] nos primeiros anos deste século, num momento em que, para essas mulheres, a educação tornava indispensável o recato, o pudor e os bons costumes na preservação do bom nome de suas famílias, e sobre as quais possivelmente recaísse com mais força o cuidado e a guarda de si em função daquilo que delas era esperado no preparo para um bom casamento.

Ora, os populares também criam seus espaços próprios para diversões e confraternizações, como por exemplo o "Clube de Regatas Cruz e Souza" (1920), do qual faziam parte apenas sujeitos negros.[45] A primeira Diretoria deste último foi formada somente por mulheres, ao que podemos ver, trata-se de uma novidade, pois dificilmente nas outras sociedades, mulheres, e ainda mais negras, teriam tido acesso. Além do que essas mulheres devem ter exercido aí seus poderes, suas formas de resistências, num momento em que mulheres das camadas médias e da alta, brancas, pouco participam do espaço público. Essas mulheres negras por certo não estavam seguindo as regras definidas pela ideologia burguesa, divulgadas pelos jornais e memorialista pesquisados, vivenciando assim mais liberdades.

Mas, os projetos de modernidade, lá como cá, e que devem ter sido mais dos articulistas dos jornais e de uns poucos sonhadores, construíram apenas em parte a cidade idealizada; o espaço da cidade continua também sendo o espaço dos populares, da resistência e sobrevivência. A governabilidade não se saiu totalmente vitoriosa, e as ruas continuam sendo também lugar dos excluídos, e não apenas da minoria que a quis saneada e embelezada. E para os que sonharam com distinções, resta o encarceramento no espaço privado da casa. Portões e alarmes, grades e trancas fazem dos donos do poder prisioneiros em sua liberdade. Inventam "camelódromos", delimitam espaços, aplicam leis, acirram práticas de policiamento sem que os enfrentamentos estanquem. Basta que entremos na "selva" urbana para percebermos que eles continuam lá, trancando as ruas e dividindo espaços.

E, na Itajaí de hoje, embora cidade de pequeno porte, em relação aos grandes centros, os embates aí candentes estão em conformidade com outros centros maiores – a prostituição continua nas ruas centrais, mendigos e pedintes contrastam com os edifícios modernos, crianças dormem ao relento,

---

44 Havia a Edelweis, Estudantina Iracema, Perseverança e Estudantina das Magnólias.

45 Fonte: Fundação Genésio de Miranda Lins/Arquivo Histórico de Itajaí. Exposição Histórica: "O negro de Itajaí: imagens, personagens e notícias históricas". De 13 a 29/05/88.

a violência está posta, além de que, cidade portuária que é, o tráfico de drogas e a AIDS a colocam entre as cidades mais problemáticas atualmente. De quais sonhos vivem os homens? E, somado a isso, existe ainda uma fração de classe que se diz portadora dos bons costumes, que convive com os "iguais" nos espaços privados dos clubes elitistas, que mantém formas de distinções...

Enfim, percebendo os sonhos/encantos/desencantos/espantos, somadas as condutas e práticas à entrada do novo nos primeiros trinta anos deste século, em Itajaí, num processo de formação de "almas", muito há ainda que ser buscado, e tantas são as histórias quantos forem os olhares que sobre a História desta cidade se debruçarem!

O Separatismo em Santa Catarina

*Luiz Felipe Falcão**

Resumo: O artigo propõe-se a analisar a emergência dos movimentos e sentimentos de caráter separatista do sul do Brasil, em especial no estado de Santa Catarina, buscando compreendê-los a partir da extrema diversidade cultural aqui existente.

Palavras-chave: Separatismo – Identidade – Diversidade cultural

Abstract: The article intends to analyze the emergence of movements and desires for separatism in the south of Brazil, especially in the State of Santa Catarina. It tries to understand them starting with the extreme cultural diversity existent at the State.

Key-words: Separatism – Identity – Cultural diversity

A divulgação, pelos meios de comunicação de massa, da existência de movimentos separatistas no Sul do Brasil, objetivando a independência dos estados sulinos em relação ao restante do país, provocou manifestações de desconforto e de repúdio em variados segmentos da população brasileira. Afinal, a história oficial tende a considerar como resolvido o problema da unidade nacional desde meados do século passado, quando as tropas imperiais sufocaram revoltas, em várias das então províncias, que visavam, entre outros objetivos, a formação de Estados independentes do Brasil.

* Professor do Departamento de Estudos Geo-Históricos da Universidade do Estado de Santa Catarina.

Nestas condições, idéias e movimentos organizados que difundem a secessão, no final do século XX, tendem a ser encarados como algo regressista e exótico. Como a comprovar a correção deste entendimento, o personagem que os meios de informação colocaram à frente das aspirações separatistas – Irton Marx, um pequeno empresário do interior do Rio Grande do Sul – formula sem maiores rodeios proposições racistas e mesmo de nítida inspiração nazi-fascista.[1] Haveria, então, melhor evidência da matriz intelectual daqueles movimentos, e, sobretudo, justificativa mais propícia para a ação das autoridades encarregadas de reprimir aquelas iniciativas, que ferem diretamente os preceitos constitucionais?

Amparada nesta lógica, a reação governamental, associada à maneira caricata como foram apresentados os separatistas, fez com que os movimentos refluíssem. As suas publicações tornaram-se mais esparsas e muitos dos seus simpatizantes dispersaram-se. Os movimentos, contudo, não deixaram de agir. A título de exemplo, o autodenominado Comitê Central da República do Pampa está convocando (NE. Este artigo foi escrito no primeiro semestre de 1995), através de panfletos, um encontro em Santa Cruz do Sul para outubro de 1995, e adverte que "se julga no direito de criar suas próprias patentes militares e suas divisões em caso de represália do Brasil". Muito mais significativo do que estas bravatas, entretanto, foi a Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina, no dia 14 de dezembro de 1994, ter aprovado a sugestão, originada no movimento *O Sul é o meu País*, o mais importante do estado, de realizar-se um plebiscito no qual a população escolheria entre a manutenção do regime federativo ou a instauração de uma confederação (decisão esta barrada no Tribunal Regional Eleitoral).

Na época em que estes movimentos foram objeto de maior divulgação, os analistas que se dedicaram ao tema perceberam duas de suas principais motivações: por um lado, a acentuada concentração da arrecadação fiscal em mãos do governo federal, que devolve parte destes recursos aos estados mediante critérios muitas vezes extra-econômicos (segundo prioridades definidas por projetos governamentais, por grupos de pressão política ou por situações emergênciais); e, por outro, a distorção existente no sistema de

1 Na publicação em que apresenta de modo mais sistemático seu pensamento, Irton Marx faz afirmações como as seguintes: "O negro deve partir para a busca de novos conhecimentos e abandonar costumes e hábitos medievais.(...) O negro deve orgulhar-se de sua raça e buscar na sua própria gente o seu companheiro ou a sua companheira de vida". Ver MARX, Irton. Vai nascer um novo país: República do Pampa Gaúcho.Santa Cruz do Sul: Excelsior, 1990.

representação política, que privilegia os estados menos populosos na composição do Congresso Nacional.[2] Repararam também aqueles analistas que, muito embora esta concentração fiscal e esta distorção da representação política não sejam uma novidade no Brasil, elas foram fortemente incrementadas pelo regime militar que vigorou no país entre 1964 e 1985, sem no entanto sofrerem maior alteração no processo de redemocratização.

Esta realidade, aceita durante anos, mesmo pelas elites dirigentes, sem maior contestação, passou a ser alvo das críticas de lideranças políticas e econômicas a partir do desalento provocado pela aguda crise econômica e pelo fracasso de seguidos planos de estabilização da economia, implementados nos anos 80 e 90 pelos sucessivos governos federais. Mais ainda, tudo leva a crer que este desalento foi incrementado pelas denúncias sobre corrupção envolvendo órgãos e personalidades públicas, as quais chegaram a provocar o *impeachment* do presidente Fernando Collor de Mello em fins de 1992.

É difícil mensurar o impacto que todos estes fatores provocaram no comportamento da opinião pública. O que, entretanto, pode-se afirmar, é que os noticiários produziram (ou acentuaram), entre largas parcelas da população sulista, um sentimento de que ela estava sendo injustamente prejudicada por toda aquela situação. Para agravar ainda mais este quadro, os primeiros anos da década de 90 trouxeram consigo diversos indícios de uma forte crise dos modelos de Estado-Nação. A reunião de populações com distintas culturas, incluindo aí, por vezes, diferenças de língua e de religião, revelou guardar em si tensões até então insuspeitas. Como exemplos, o poderoso império soviético desmoronou como um castelo de cartas, a antiga Iugoslávia defrontou-se com uma violenta guerra civil e ambições separatistas foram detectadas na Espanha, Itália e Bélgica. Por sua vez, a chamada globalização da economia não apenas atenuou as fronteiras entre os países, reduzindo a eficácia dos centros de decisão no nível nacional, como também impulsionou a formação de mercados de integração regional.[3]

---

2 Para Aspásia Camargo, por exemplo, "temos de partir para a federação o mais rápido possível, com uma profunda reforma fiscal, na qual o governo central apareceria reduzido nas suas funções e os governos estaduais emergeriam manipulando as cordas da distribuição e dos investimentos públicos" (*Isto É/Senhor* n. 1235. São Paulo, 2 de junho de 1993).

3 Para uma análise mais ampla dos nacionalismos, ver HOBSBAWM, Eric J. Nações e nacionalismo desde 1780. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991. Para uma discussão do separatismo no Rio Grande do Sul, ver PINTO, Celi Regina Jardim. Brasil: a unidade nacional ameaçada em tempos de integração continental - o caso do Rio Grande do

Neste ambiente, as motivações dos movimentos separatistas no Sul do Brasil afiguravam-se bem evidentes. Primeiro, o descontentamento com as distorções da concentração fiscal e da representação política, em meio a uma crise econômica e a uma perda de prestígio das instituições federais. Segundo, a realimentação de preconceitos regionais e raciais, onde valores simbólicos como origem e trabalho estariam contrapondo populações com diferentes culturas. E, terceiro, as evidências de crise do Estado-Nação em várias partes do mundo ocidental, em meio ao fenômeno da globalização.

Porém, em termos de Brasil, e especialmente de sua Região Sul, a situação não pode ser compreendida apenas segundo estas linhas gerais. Seria decerto um erro considerar que as populações residentes nos estados sulinos formam um todo homogêneo, contando com as mesmas tradições e possuindo aspirações inteiramente comuns. Da mesma forma, seria um exagero visualizar nestas populações uma nacionalidade oprimida por suas especificidades em termos de língua, costumes ou religião.

Na verdade, compreender a emergência do separatismo no Sul do Brasil neste final de século XX exige que se deixe de lado qualquer simplificação ou comparação apressada com outras partes do mundo. Antes de tudo, o separatismo sulista não pode ser confundido com os movimentos separatistas surgidos na região. Mais ainda, não se deve pensar que este separatismo tem, em todas as circunstâncias, um mesmo e único significado. Finalmente, muito embora possa ser confortável atribuir ao separatismo uma inspiração regressista, ou mesmo nazi-fascista, tomando como referência as posições de algumas de suas lideranças, tal atitude não ajuda a entender as razões daquela proposição, nem muito menos a enfrentar publicamente os problemas de uma sociedade complexa como a do Brasil contemporâneo.

De imediato, é necessário salientar a presença de um forte sentimento de distinção cultural entre largas parcelas da população sulista, o qual é muito mais extenso e profundo do que os movimentos separatistas conseguiram expressar até aqui. Isto é, para além das distorções econômicas e políticas eventualmente existentes no regime federativo brasileiro, um grande número de indivíduos na Região Sul acredita existirem nítidas diferenças entre eles e o restante do país. Segundo este ponto de vista, estes traços distintivos não se limitariam a meras

Sul. Trabalho apresentado no 48°. Congresso Internacional de Americanistas (ICA). Estocolmo/Uppsala, 4 a 9 de julho de 1994. cópia datilografada.

manifestações de regionalismo, mas indicariam a existência de hábitos, tradições e mesmo tipos étnicos peculiares. A imigração européia e a prosperidade alcançada na produção econômica, lado a lado com a preservação de certos costumes, evidenciariam os elementos diferenciadores da população sulista em comparação com a de outras regiões brasileiras.

Por sua vez, esta percepção realimenta uma memória de injustiças reais ou imaginadas de que teriam sido vítimas seus ancestrais em vários momentos da história do Brasil. Como exemplos, são evocados, entre outros, os casos da Revolução Farroupilha e da Revolução Federalista, nos quais a população sulina teria se unido em torno de aspirações de autonomia e liberdade. Ou seja, tudo se passa como se aqueles conflitos tivessem mobilizado para suas respectivas causas todos os sulistas, independentemente de suas preferências políticas e de suas tradições culturais.

No Rio Grande do Sul, esta imagem de insurgência contra a situação vigente no país tem sido recuperada com freqüência pelas elites estaduais, para esmaecer disputas políticas ou sociais internas e ampliar espaços de negociação no nível nacional. Porém, o mesmo não se pode dizer de Santa Catarina. Aqui, tais revoluções obtiveram um número de adesões bem menor, uma vez que a problemática que as suscitou tinha pouca relevância no nível local.

Entretanto, permanece muito viva em Santa Catarina uma memória das dificuldades encontradas pelos imigrantes no processo de sua integração à sociedade brasileira. Para além dos problemas iniciais de adaptação, as perseguições sofridas por alemães e italianos ou seus descendentes, sobretudo durante o período das duas grandes guerras (1914-1918 e 1939-1945), deixaram marcas que ainda são bem visíveis. E, quanto a isto, cabe recordar que, em meados da década de 1930, o integralismo parece ter representado uma possibilidade concreta de inserção na vida nacional para muitos descendentes de imigrantes, o que lhe garantiu uma ampla difusão, a ponto de vencer as eleições municipais de 1936 em Blumenau, Joinville, Jaraguá do Sul, São Bento, Rio do Sul, Timbó e Hamonia (além de Rodeio, posteriormente desmembrado de Timbó).

Mais ainda, a campanha de nacionalização, iniciada igualmente em 1938, amplificou as repercussões da supressão do integralismo, sobretudo entre os descendentes de alemães. Dentre as diversas providências legais ou

extralegais então adotadas, figuraram a utilização exclusiva da língua portuguesa em público, a proibição de jornais em língua estrangeira e, em especial, o fechamento das escolas que não estivessem em condições de ministrar suas aulas em português, o que levou centenas delas a cerrar suas portas (reproduzindo assim, numa escala maior, e de maneira mais decisiva, o que já havia acontecido entre 1917 e 1919).[4]

Por sua vez, a proximidade do Rio Grande do Sul acrescenta outros elementos ao problema da integração nacional de populações catarinenses. Apesar de não ter sido o centro de revoluções como a Farroupilha ou a Federalista, Santa Catarina foi também palco de episódios com elas relacionados. Assim, não é surpreendente que a sede do mais representativo movimento separatista no estado seja a cidade de Laguna, onde foi proclamada a República Juliana em 1837, ou que agora tenha surgido em Florianópolis o *Movimento 100 Anos de Humilhação*, para protestar contra a mudança do nome da cidade em 1894, na esteira da derrota dos federalistas e dos revoltosos da Armada que a tinham ocupado.[5]

Mais ainda, um dos fenômenos culturais mais notáveis atualmente em Santa Catarina diz respeito à presença dos Centros de Tradição Gaúcha – CTG'S tanto em número como em promoções, mesmo em regiões cuja ocupação pouca ou nenhuma interferência recebeu do Rio Grande do Sul.

Seria, porém, muito precipitado pretender que este conjunto de fatores permitiu a constituição de uma "identidade sulina". O integralismo não alcançou maior repercussão nas áreas coloniais do Rio Grande do Sul, nem tampouco a campanha de nacionalização parece ter sido vivida ali com a mesma dramaticidade. Também, a memória das revoluções Farroupilha e Federalista não é a mesma nos dois estados: o 20 de setembro, data em que é comemorada a Revolta dos Farrapos, não desperta nenhuma simpatia especial em Santa Catarina. E, de seu lado, se a expansão do tradicionalismo gaúcho pode ser atribuída ao que os antropólogos chamam de "desterritorialização", ou seja, ao deslocamento espacial de populações que partilham certas referências culturais para locais

4 Uma descrição sucinta da política de nacionalização do ensino em Santa Catarina pode ser encontrada em FIORI, Neide Almeida. Aspectos da evolução do ensino público. Florianópolis: Edema, 1975, e em MONTEIRO, Jaecyr. Nacionalização do Ensino. Florianópolis: UFSC, 1983.

5 Ver Memória (informativo do Movimento 100 Anos de Humilhação) nº. 2. Florianópolis, 1 de junho de 1995.

estranhos a elas, isto não é suficiente para compreender a sua atuação em Florianópolis, Balneário Camboriú ou Blumenau, onde a população partilha de outras referências culturais.

Em termos mais gerais, se o processo de construção da identidade regional no Rio Grande do Sul assumiu muitas vezes a feição de contraposição a uma identidade nacional brasileira, o mesmo não se pode dizer de Santa Catarina. Aqui, inexistem práticas e representações coletivas capazes de expressar, no nível simbólico, valores culturais comuns ou aceitos por um número expressivo de seus habitantes, a ponto de constituir uma identidade própria, catarinense.

Além disto, o que dá um caráter particular a esta diversidade cultural é, por um lado, a ausência de um centro de poder em condições de convergir para si as principais decisões que influenciam as atividades desenvolvidas no estado, e, por outro lado, a recorrente preocupação em afirmar as diferenças de hábitos e costumes relacionados com os grupos de origem. Assim, muitos descendentes de imigrantes europeus assumem como um traço distintivo o valor que atribuem ao trabalho, diante do qual os luso-brasileiros não teriam um maior apreço. Estes, por seu turno, encaram os primeiros com certa dose de desconfiança, por considerá-los excessivamente avarentos. Todavia, seria ingênuo supor que teuto-brasileiros e ítalo-brasileiros não possuem também suas desavenças, onde a ascendência latina destes presta-se a manifestações de preconceito nem sempre muito sutis por parte daqueles. E isto, para não falar das culturas de origem africana ou daqueles que se reportam como privilegiados portadores das tradições gaúchas.[6]

Este quadro poderia ser ainda mais recortado, a fim de melhor evidenciar a diversidade econômica, política e cultural de Santa Catarina. O que, entretanto, importa ressaltar é o fato que, neste cenário muito segmentado, o separatismo pode representar desde a insatisfação com as distorções fiscais e políticas no plano federal, até o receio diante das conseqüências de uma recessão econômica prolongada; desde o desprestígo das instituições da União, até a reelaboração de uma memória coletiva que

6 Para uma análise da dispersão sócio-econômica catarinense, ver SOUTO, Américo Augusto da Costa . Evolução histórico-econômica de Santa Catarina: estudo das alterções estruturais (século XVII-1960). Florianópolis: CEAG, 1980. Para uma discussão histórica da diversidade cultural no estado, centrada nas populações luso-brasileiras do litoral, ver FLORES, Maria Bernardete R. Teatros da vida, cenários da História (a farra do boi e outras festas ma Ilha de Santa Catarina. São Paulo: PUC, 1991. Tese de Doutoramento.

realça as dificudades do processo de integração nacional.

Neste amplo arco de aspirações, é curioso observar que tais movimentos procuram sublinhar uma similaridade que seria comum aos três estados do Sul, tornando então viável a sua separação do Brasil. Assim, a *Carta de Princípios* do movimento *O Sul é o meu País*, depois de salientar que seu objetivo é "levantar dados e informações sobre as possibilidades de emancipação administrativa e política, que deverá ser alcançada através de revisão constitucional ou de plebiscito, (...) buscando a plena autonomia da Região Sul", justifica a secessão, entre outras coisas, pelo seguinte:

> "(...) Com uma miscigenação de raças composta por europeus, africanos, americanos e asiáticos em menor escala, somos detentores de uma diversificadíssima cultura, que se expressa através dos costumes e das tradições que esta região cultiva, de onde se projetaram expressões artísticas para o mundo inteiro."

Para as lideranças do movimento, a separação expressa também, com mais fidelidade, o que julgam ser a tendência contemporânea da formação de pequenos países. Em sua argumentação, a região pode ser equiparada, em termos de indicadores econômicos, demográficos e sociais, aos países do Primeiro Mundo, sendo freqüente o exemplo da Suíça:

> "Os brasileiros do Sul carregam nas costas em média nove brasileiros do Norte e Nordeste. Um fardo muito pesado, aumentando ainda mais este peso em períodos de crise e recessão. Enquanto no Sul empresariamos festas típicas para superar tragédias e engrandecer ainda mais nosso povo, ficamos boquiabertos com os longos carnavais do Nordeste. Apesar dos inúmeros incentivos fiscais para a industrialização daquela região, empresários do Sul desistiram e voltaram para a terra onde o povo se identifica com o trabalho e se diverte de vez em quando. (...)Não é justo que continuemos em último plano lá em Brasília (...) Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul formariam uma

nação que em poucos anos se tornaria a Suíça da América Latina."[7]

Cabe notar que, para contornar as acusações que associam o separatismo a manifestações de preconceito racial ou regional ou a inspirações nazi-fascistas, suas lideranças têm procurado afirmar o caráter democrático do movimento. A sua já mencionada *Carta de Princípios*, por exemplo, repudia "o emprego da violência ou de grupos paramilitares", e recusa "qualquer forma de discriminação, seja ideológica, teológica, de sexo, de cor ou de raças".

Em função disto, a reação governamental contra o movimento foi apresentada como mais uma demonstração da falta de consideração com que o Sul tem sido tratado ao longo do tempo. E, de acordo com seus líderes, outras dificuldades estão ainda por vir, como as proporcionadas pela adesão do Brasil ao Mercosul, que, nos termos atuais, favoreceria sobretudo aos políticos de Brasília e às grandes empresas de São Paulo, deixando para os agricultores e empresários catarinenses o risco da competição estrangeira.

O envolvimento de pequenos e médios empresários, bem como de profissionais liberais, com o separatismo, é aliás bastante visível. Por meio de suas publicações, é possível saber quem são algumas das lideranças locais do movimento *O Sul é o meu País*: Jeremias Felski, advogado (Blumenau); Altamir Andrade, empresário (Joinville); Samuel Rodhen, industrial (Rio do Sul); Celso Primann, comerciante (Jaraguá do Sul); Aldo Sandri, hoteleiro (Itajaí); José Sampaio Meses, engenheiro (Criciúma); enquanto que Adilcio Cadorin, presidente da Comissão Estadual, é advogado e proprietário de uma imobiliária em Laguna. E, nas várias edições do *Jornal do Movimento*, encontram-se anúncios de empresas como Confecções Love Story, de Tubarão; Madereira Fontana, de Sombrio; Conservadora de Elevadores Castelo, de Criciúma; Entel (telecomunicações), sediada em São José e com filiais em Blumenau, Joinville, Criciúma e Lages; entre outras.

Assumindo funções de responsabilidade no movimento ou contribuindo para sua sustentação financeira, estes empresários e profissionais liberais garantiram audiência e respeitabilidade para suas idéias nos municípios aonde atuam. E aqui, uma importante rede de difusão do separatismo pode ser percebida: como vários deles são também professores de fundações de

7 'Suiça da América Latina', publicado no Jornal do Movimento, nº. 4, janeiro de 1993.

ensino superior no interior do estado, estas mostraram-se lugares propícios para a realização de encontros e conferências sobre o tema, sempre com grande audiência. Assim, no primeiro semestre de 1993, ocorreram debates sobre o assunto na Universidade de Joinville, na Universidade do Contestado (Curitibanos), na Universidade do Planalto Catarinense (Lages), na Fundação Universidade Regional de Blumenau, na Universidade do Vale do Itajaí (Itajaí), na Universidade do Oeste Catarinense (Joaçaba) e na Universidade do Sul de Santa Catarina (Tubarão).

Uma outra rede de difusão do separatismo, mas de caráter informal e não-oficial, parece existir junto aos Centros de Tradição Gaúcha. Em várias de suas atividades e promoções acontecem conversas e mesmo distribuição de propaganda do movimento (ainda que sem um endosso explícito dos dirigentes daqueles centros). A razão disso, talvez, resida na circunstância de que muitos de seus freqüentadores são indivíduos oriundos de pequenas cidades do interior ou de zonas agrícolas, que vêem no cultivo do tradicionalismo um meio de reatar laços culturais e que, por esta via, encontram no discurso separatista um conjunto de argumentos articulados que dão substância e coerência para antigos ou novos ressentimentos e preocupações.

A adesão ou colaboração de políticos do estado também é bastante evidente. Deputados estaduais, como Gilmar Knaesel (PPR) e Vanderley Rosso (PMDB), manifestaram-se abertamente a favor da transformação do Brasil numa confederação. E, antes da repressão desencadeada pelas autoridades governamentais, este apoio era ainda mais ostensivo, incluindo deputados federais (como Cesar Souza, do PFL), deputados estaduais (como Rivaldo Macari, do PMDB), prefeitos (como Luiz Dario Rocha, de Imbituba, e Hilmar Rubens Hertel, de Pomerode) e vereadores (em Brusque, oito dos 15 vereadores haviam assinado a filiação, enquanto que todos os vereadores de São Ludgero e a maioria de Botuverá e Salto Veloso adotaram a mesma posição).[8]

Seja como for, para além dos objetivos imediatos almejados pelas lideranças do movimento, o separatismo em Santa Catarina parece se constituir num caudal onde seria possível diluir, mesmo que provisoriamente, a acentuada diversidade cultural que subsiste no estado. Sim, pois a atração exercida por uma identidade mais homogênea e compacta,

8 Jornal do Movimento, várias edições, várias datas, de julho de 1992 a fevereiro de 1995.

em meio a uma situação nacional saturada por desequilíbrios pronunciados e por alterações repentinas no curso da vida quotidiana, tende a se revelar como uma alternativa convincente e promissora. E isto é ainda mais reforçado pelo fato do discurso separatista virtualmente silenciar diante dos problemas sociais e das distorções existentes na própria Região Sul ou atribuir a eles motivações quase que exclusivamente externas.

Porém, o separatismo tem trazido à tona sentimentos e pontos de vista que demonstram a complexidade de problemas como o da construção da unidade nacional e o da integração, nesta unidade, de tradições culturais muito diversificadas. Claro está que, nas condições atuais, ele não representa uma ameaça iminente à integridade do Brasil, e que seria um despropósito tecer previsões sombrias sobre isto. Todavia, ignorar sua a existência não é uma atitude muito prudente, uma vez que torna obscuro o elenco de questões relacionado com a criação de vínculos mais efetivos de parte da população com uma comunidade imaginária de nação.[9]

Nestes termos, nem a afirmação de particularismos regionais, nem a negação das diversidades culturais, proporcionam um alargamento da discussão pública voltada para a superação das distorções existentes. Ao inverso, tais atitudes tendem a inibir o potencial de uma convivência democrática e solidária, único meio de garantir o reconhecimento da pluralidade cultural e de, ao mesmo tempo, sugerir alternativas confiáveis para o enfrentamento das desigualdades sócio-econômicas. E, desconhecer isto, numa época plena de instabilidades, contempla riscos que são no mínimo inquietantes, para não dizer perigosos.

9 Ver ANDERSON, Benedict. Nação e consciência nacional. São Paulo: Ática, 1989.

Escravos e a Justiça: As Ações de Liberdade no Rio Grande do Sul, 1865-1888

Maria Angélica Zubaran *

Resumo: Reinterpretar o impacto político das iniciativas legais e culturais dos escravos(as) e contratados(as) no contexto da transição do trabalho escravo para o trabalho livre no RS.

Palavras-chave: Lei de 1871 – Apropriação Cultural – Resistência

Abstract: To reinterpret slaves' and contratados' political and cultural practices within the context of the transition from slave to free labor in Rio Grande do Sul, from 1865 through 1888

Key-Words: 1871 Law – Cultural Apropriation – Resistance.

Direito, Dominação e Liberdade

O acesso do escravo à justiça tem sido objeto de controvérsia nos recentes debates da historiografia brasileira sobre a escravidão. Duas são basicamente as concepções teóricas que têm dominado esta polêmica. De um lado, a idéia de que o direito e a lei, como partes integrantes da superestrutura da sociedade, são instrumentos que servem necessária e exclusivamente aos interesses das classes dominantes, como instrumento de dominação dos grupos subordinados.[1] Por outro lado, temos

* Mestre e Doutoranda em História pela State University of New York.

1 As críticas de Gorender à nova historiografia brasileira sobre a escravidão enquadram-se nesta postura. Cf. GORENDER, Jacob. A Escravidão Reabilitada. São Paulo: Ática, 1991.

os estudos de Rebecca Scott, Sidney Chalhoub e Keila Grinberg sobre as iniciativas legais dos escravos durante a transição do trabalho escravo para o trabalho livre, considerando a lei como uma instância de conflito que permitiu aos escravos aceder a importantes conquistas individuais. Para estes autores, a via judicial foi um componente essencial na luta contra a escravidão e, portanto, um instrumento político de limitação da dominação senhorial. Estes historiadores incorporam as concepções teóricas da lei e do direito desenvolvidas por Thompson, que afirma que "a lei como tal, tem sido não apenas imposta sobre os homens de cima para baixo, mas tem sido também um meio através do qual outros conflitos sociais têm se manifestado".[2]

Thompson e Genovese têm enfatizado ainda que o domínio da lei constitui não simplesmente um poderoso instrumento hegemônico, mas também um fundo de crenças e valores dos quais os menos poderosos podem tirar proveito.[3] De acordo com a notação conflitiva da lei em Thompson, também consideramos os processos judiciais como campos de luta; no entanto, a fim de evitarmos uma reconstrução dos esforços políticos e culturais dos escravos no âmbito das oposições binárias, dominantes versus subordinados, enfatizaremos a diversidade de conflitos, de acordo com os diversos interesses dos agentes sociais que os utilizaram. Neste sentido, concordamos com James Scott que "devemos considerar o discurso dominante como um idioma plástico, capaz de carregar uma enorme variedade de significados, incluindo aqueles que lhe são subversivos".[4] Pretendemos, pois, considerar os múltiplos pontos de vista expressos nas ações de liberdade, expediente que, conforme Peter Burke, "permitiria uma interpretação do conflito em termos de um conflito de interpretações".[5]

---

2 THOMPSON, E. P. Whigs and Hunters: The Origin of the Black Act. New York: Pantheon Books, 1975, p. 267.

3 Genovese demonstrou como os códigos sulistas e a ideologia do paternalismo foram utilizados pelos próprios escravos para reclamarem melhores condições de subsistência, tratamento humano e a preservação da família escrava. Cf. GENOVESE, Eugene. Roll Jordan Roll: The World The Slaves Made. New York: Pantheon Books, 1974.

4 Cf. SCOTT, James. Domination and the Arts of Resistance. New Haven: Yale University Press, 1990.

5 BURKE, Peter (org.). A Escrita da História: Novas Perspectivas. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992, p. 336.

A Estrutura Jurídica das Ações de Liberdade

O escravo na Lei Civil do império era considerado "rês", simultaneamente coisa e pessoa, em conseqüência, não tinha direitos, não podia em geral figurar em juízo, testar, contratar, exercer tutela, ou possuir propriedade.[6] Todavia, em alguns casos, lhe era permitido testemunhar, como quando nas causas espirituais, nas concernentes a sua liberdade, nas que fossem de evidente interesse público, como informante.[7]

As ações de liberdade consistiam em processos judiciais onde o escravo através de um curador[8], entrava com uma petição legal para o encaminhamento de sua liberdade contra seu senhor. Os juízes que julgavam esses processos eram preferencialmente os juízes de Órfãos, mas também os juízes Municipais e de Direito. Não se pode precisar o período em que se originaram as ações de liberdade no Brasil, contudo os primeiros processos datam do início do séc. XIX.[9] Estas ações sofreram modificações jurídicas ao longo do século XIX. Na primeira metade do séc. XIX e até a Lei do Ventre Livre (1871), a escravidão podia terminar por morte natural do escravo, por ato voluntário do senhor (manumissão voluntária), por determinação da Lei.[10] Para fins deste trabalho, interessa-nos a terceira forma de extinção da escravidão, qual seja, aqueles casos em que a liberdade vem de disposições legislativas, a fim de ser alguém declarado livre, mesmo contra a vontade do senhor.[11] Nesses casos, por falta de um Código Civil, aplicavam-se as Ordenações Filipinas,[12] Avisos e Alvarás elaborados após a independência do Brasil. Os curadores e juízes baseavam seus argumentos nas diferentes interpretações das leis, nos costumes e nos debates políticos da época, em

---

6 Cf. MALHEIRO, Perdigão. A Escravidão no Brasil, Ensaio Jurídico, Histórico, Social. Petrópolis: Vozes, 1976.

7 Cf. MALHEIRO, op. cit., p. 67.

8 De acordo com Lenine Nequete, nesta espécie de ações é quase imprescindível a nomeação de um curador, que alegue os direitos do escravo, o qual não pode fazer-se representar por procurador ou advogado, por depender ainda de reconhecimento a sua capacidade jurídica. Cf. NEQUETE, Lenine. O Escravo na Jurisprudência Brasileira. Porto Alegre: Ed. do Tribunal de Justiça, 1988, p. 294.

9 Cf. GRINBERG, Keila. Liberata: a lei da ambigüidade: as ações de liberdade da Corte de Apelação do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

10 MALHEIRO, op. cit., p. 82.

11 MALHEIRO, op. cit., pp 94-102.

12 Segundo Grinberg, as Ordenações Filipinas – código produzido em fins do séc. XVI, em Portugal, como reforma às Ordenações Manuelinas – já teriam nascido ultrapassadas e pressupunham o recurso aos costumes. Cf. GRINBERG, op. cit., p. 87.

particular nas interpretações em favor da liberdade, baseadas no Direito Natural.[13] Quanto ao acesso do escravo aos curadores, parece ter ocorrido antes na prática costumeira e posteriormente na lei positiva. O recurso jurídico que garantiu o acesso de escravos a curadores foi o Aviso de 1843, porém já desde o início do séc. XIX, temos conhecimento da presença do curador nas ações de liberdade. É importante destacar ainda, como já o fez Grinberg, que as relações pessoais aparecem também como condições fundamentais para o início das ações de liberdade, uma vez que, em muitos casos, quem assinava a petição inicial não era um curador, mas uma pessoa livre. Apesar de um certo grau de institucionalização, a política das alforrias concentrava-se majoritariamente na decisão do senhor. Esta política foi alterada com a Lei do Ventre Livre, de 28 de setembro de 1871, que estabelecia novas condições para obtenção legal da liberdade, mesmo contra a vontade do senhor. Definiam-se como regras legais favoráveis à liberdade: a liberdade pelo Fundo de Emancipação, a liberdade por exibição de pecúlio, a liberdade por contratos com terceiros, a liberdade aos escravos da nação, aos escravos dados em usufruto à Coroa, aos escravos das heranças vagas, aos escravos abandonados por seus senhores, aos escravos que não forem dados à matrícula até um ano depois do encerramento desta.[14] Ainda, de acordo com a Lei de 1871, revogava-se um importante mecanismo de controle social dos alforriados, aquele que permitia a reescravização sob a alegação de ingratidão.[15] Como já alertou Grinberg, tudo indica que após a lei de 1871 as sentenças tornaram-se mais precisas, eximindo juízes e magistrados de dúvidas na emissão das sentenças de liberdade.

As Ações de liberdade no RS, de 1865 a 1888

Foram selecionadas 110 ações de liberdade acionadas por escravos no Rio Grande do Sul, nos Juízos de primeira instância, entre os anos de 1865, por ocasião da Guerra do Paraguai, até 1888, quando da abolição legal da

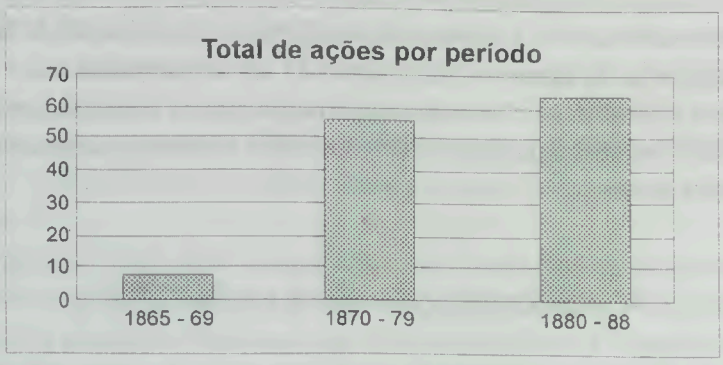
13 Segundo Grinberg, de acordo com a teoria do direito natural, tal como foi formulada nos séculos XVII e XVIII, existiriam leis universais, acima de qualquer decisão estatal, às quais dever-se-ia recorrer em caso de conflito de opiniões. Entre estas leis, está a da liberdade natural do homem. Op. cit., pp. 76-77.

14 Cf. Lei N. 2040, de 28 de setembro de 1871. Colleção das Leis do Império.

15 Cf. Lei N. 2040, de 28 de setembro de 1871, art. 4°, parágrafo 9. Colleção das Leis do Império.

escravidão. Nosso objetivo é, por um lado, enfatizar o impacto político das iniciativas legais dos escravos(as) no processo de abolição gradual da escravidão no Rio Grande do Sul. Demostraremos que o acesso dos escravos à justiça possibilitou-lhes o desenvolvimento de novas táticas de luta que resultaram em uma crescente capacidade de defesa de seus interesses e, particularmente, da sua liberdade, minimizando os aspectos coercitivos da lei e desafiando as relações de dominação escravistas.[16] Por outro lado, interessa-nos investigar as práticas culturais dos escravos(as) durante o processo de abolição gradual. Em primeiro lugar, evidenciar a capacidade do escravo(a) desenvolver concepções alternativas às de seus senhores, ao invés de se espelharem na visão de mundo dos mesmos. Em segundo lugar, gostaríamos de investigar de que forma escravos(as) e contratados(as) apropriaram-se[17] do discurso legal e/ou senhorial e os revestiram com seus próprios significados.

Verificamos, que o número de ações de liberdade aumentaram a cada nova década, particularmente na década de 1880.

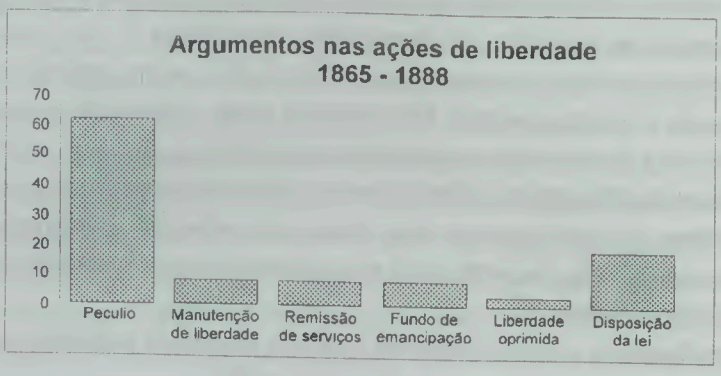


Como já evidenciaram outros autores, parece-nos também que o movimento abolicionista alterará o equilíbrio de poder na sociedade escravista e facilitará o acesso dos escravos à justiça. Quanto aos argumentos jurídicos

16 Nossa abordagem sobre o tema segue, em linhas gerais, a posição de Rebecca Scott sobre o impacto político das iniciativas legais dos escravos no processo de abolição gradual da escravidão em Cuba. Cf. SCOTT, Rebecca. Slave Emancipation in Cuba. Princeton, NJ: Princeton University Press, 1985.

17 Refiro-me aqui ao conceito de apropriação cultural desenvolvido por Roger Chartier, a saber, os usos diferenciados e múltiplas apropriações dos mesmos bens, mesmas idéias, mesmas ações. Uma perspectiva deste tipo não ignora as diferenças sociais, mas ao contrário visa uma descrição das práticas contribuindo para diferenciar usos dos materiais culturais. Cf. CHARTIER, Roger. The Cultural Uses of Print in Early Modern France. Princeton: Princeton University Press, 1987.

utilizados pelos escravos nas ações de liberdade, podem ser divididos em seis categorias: ação de liberdade oprimida (1.9%), exibição de pecúlio (60%), manutenção da liberdade (6.7%), remissão da cláusula de prestação de serviços (6.7%), fundo de emancipação (6.7%) e ação de liberdade por disposição da Lei (18.1%).[18]



A maioria dos argumentos jurídicos utilizados nas ações de liberdade referiam-se à lei de 1871. Apenas em dois casos, nos de ação de liberdade oprimida e nos de ação por disposição da lei, a referência era a uma lei anterior, a Lei de 1831. De onde se deprende que os recursos jurídicos da Lei de 1871 foram amplamente utilizados pelos escravos gaúchos nos juízos de primeira instância.

A Apropriação da Lei de 1831

A Lei de 7 de novembro de 1831, que versava sobre a abolição do tráfico de escravos, na verdade, jamais fora cumprida, mas tampouco fora revogada e dela se valeram os curadores abolicionistas para provar a ilegitimidade da escravidão no caso de escravos entrados no Brasil após aquela data. As ações de Jerônimo e de Felícia são ilustrativas, e demonstram que a própria noção de direito do escravo estava sendo construída, apropriando-se do texto da Lei. Vejamos a seguir:

"Diz o preto Jerônimo, que tendo incontestável direito a sua

18 Para maiores detalhes sobre os argumentos jurídicos a favor da liberdade, ver NEQUETE, op. cit.

> liberdade, visto ser natural da Costa da África, e ter vindo para o Brasil no ano de 1846 e achando-se em poder de Manoel Porto Alegre, por ter falecido ultimamente seu ex-senhor, a bem da segurança de sua pessoa e liberdade da defesa de seus direitos" requer a V. Exa. nomear-lhe depositário e curador".[19]

O pedido de Jerônimo para a nomeação de um curador "a bem da segurança de sua pessoa e liberdade da defesa de seus direitos" pode ser lido como uma descrição da percepção do escravo da ameaça que a morte do senhor representava para seu direito de liberdade, significando um período que incluía a possibilidade de alforria como também a possibilidade de reescravização. Era relativamente comum alguns senhores determinarem que seus escravos ficassem livres após seu falecimento, mas era também extremamente difícil para os escravos fazerem valer os direitos conquistados ao falecido senhor.

> "Diz a preta Felícia que tendo incontestável direito a sua liberdade, visto ser natural da Costa da África e ter vindo para o Brasil no ano de 1836 e achando-se em poder de Cândido Antônio Lopes que se inculca seu senhor, a bem da segurança de sua pessoa e liberdade da defesa de seu direito, requer a Va. Exa. nomear-lhe depositário e curador".[20]

A mesma Lei de 1831, passou a ser aplicada nos casos de saída do escravo do Império para países vizinhos onde a escravidão já fora abolida.[21] Os escravos gaúchos residentes nas cidades próximas a fronteira com os países do Prata,[22] com ajuda de curadores, apropriaram-se desse recurso jurídico para obter sua liberdade na década de sessenta, constituindo-se em

---

19 Autos para curadoria e depósito do preto Jerônimo. Primeiro Cartório, Juízo de Órfãos, 1886, Porto alegre, Arquivo Público Estadual do Rio Grande do Sul (abreviado como APERGS, de agora em diante).

20 Autos para curadoria e depósito da preta Felicia, Juízo de Órfãos, 1886, Porto Alegre, APERGS.

21 O Aviso n. 188, de 20/5/1856 e os tratados assinados entre o Brasil e o Estado Oriental em 1857 ampliaram a interpretação da lei de 1831, confirmando o princípio então aceito no Direito Internacional privado, segundo o qual é livre o escravo que esteve em país onde não se admite a escravidão. Cf. Malheiro, op. cit., p. 99.

22 Entre as cidades próximas à fronteira com os países do Prata destacamos Jaguarão, Bagé, Uruguaiana, Rio Grande, Pelotas. A abolição no Uruguai ocorreu em 1842 e na Argentina no ano de 1853.

uma especificidade das ações de liberdade no Rio Grande do Sul. Entre esses casos, estão o do pardo Geraldo,[23] residente em Porto Alegre e que consta ter estado em Montevidéu, o da parda Claudina,[24] nascida no Estado Oriental e conservada em escravidão na cidade de Bagé; e o da escrava Júlia,[25] que em 1855 se apresentou à justiça dizendo que era livre por se achar residindo no Estado Oriental em companhia de seu senhor. Pessoas assim libertas, comprovando por documento serem de condição livre, podiam também requerer Mandato de Manutenção da Liberdade.[26] O contexto da guerra do Paraguai (1865-1870), na qual muitos escravos gaúchos participaram como voluntários ou acompanhando seus senhores, propiciou mais uma possibilidade de utilização da Lei de 1831 para a manutenção da liberdade sob a alegação da residência temporária no Paraguai.

> "O Juiz da Primeira Vara Cível de Pt. Alegre, faz saber que atendendo ao que expôs a parda Romana em sua petição com assistência de seu curador o Dr. Antonio Pereira Prestes de ter nascido na República do Paraguay quando para aí emigrou o finado Gen. Barão do Saycan, então Senhor da sua mãe a parda Thomasia, a mantém na posse da liberdade"[27]

O mesmo juiz passa Alvará de manutenção de liberdade a favor de Alsira,[28] Othilia[29] e José,[30] filhos da parda Romana, também nascidos no Paraguai, quando para aí emigrou o finado Gen. Barão do Saycan, então Senhor da sua mãe.

---

23 Pardo Geraldo, 1867, Juízo Municipal, Arquivo Estadual do Rio Grande do Sul.
24 Claudina, 1867, Juízo Municipal, Arquivo do Estado do Rio Grande do Sul.
25 Júlia, 1869, Juízo Municipal, Arquivo do Estado do Rio Grande do Sul.
26 "Quando alguém está na posse dela e teme ser esbulhado". Cf. MALHEIRO, op. cit., p. 125.
27 Primeiro Tabelionato, Registros Diversos, L 26 (1880-1882), p. 17 verso, APERGS.
28 Primeiro Tabelionato, Registros Diversos, L26 (1880-1882), p. 18, APERGS.
29 Primeiro Tabelionato, Registros Diversos, L26 (1880-1882), p. 18 verso, APERGS.
30 Primeiro Tabelionato, Registros Diversos, L26 (1880-1882), p. 19 verso, APERGS.

Pecúlio e Gênero nas Ações de Liberdade

O argumento jurídico mais utilizado pelos escravos(as) nas ações de liberdade, correspondendo a 60% deles, foi o da exibição de pecúlio[31]. Tal resultado demonstra, em primeiro lugar, a capacidade dos escravos gaúchos em acumularem pecúlio, e em segundo lugar, sua capacidade de auto-manumissão.[32] Naturalmente, uma questão central para a formação do pecúlio é estabelecer quais foram as fontes que permitiram aos escravos acumularem o dinheiro necessário para a compra da liberdade. Diversos estudos têm sublinhado a importância da escravidão urbana e particularmente do escravo de ganho e de aluguel na obtenção da alforria no século XIX.[33] No Rio Grande do Sul, as primeiras evidências da importância destas práticas encontram-se nos registros dos viajantes estrangeiros, como Saint-Hilaire, John Luccock e Hömeyer. Günter Weimer destacou que o aluguel de escravos era feito em casos de serviços temporários e que a maior parte deles envolvia primordialmente mulheres, particularmente nos serviços domésticos (lavar, engomar, cozinhar) e como amas-de-leite.[34] A imprensa destacou ainda, a presença das escravas no pequeno comércio ambulante como quitandeiras, no entanto, a ênfase era na contravenção e na desobediência das quitandeiras ao código de posturas municipais de Porto Alegre. Contudo, essas e outras evidências, demonstram também a capacidade das mulheres escravas de improvisarem novas estratégias de sobrevivência, conquistando novos espaços de relativa autonomia econômica no comércio porto-alegrense. Entre os vários autores que destacaram a importância das atividades econômicas informais dos escravos no processo de transição para o mercado de trabalho livre,[35]

---

31 "Pecúlio diz-se tudo aquilo que ao escravo era permitido, de consentimento expresso ou tácito do senhor, administrar, usufruir, e ganhar, ainda que sobre parte do patrimônio do próprio senhor". Cf. MALHEIRO, op. cit., p. 62.

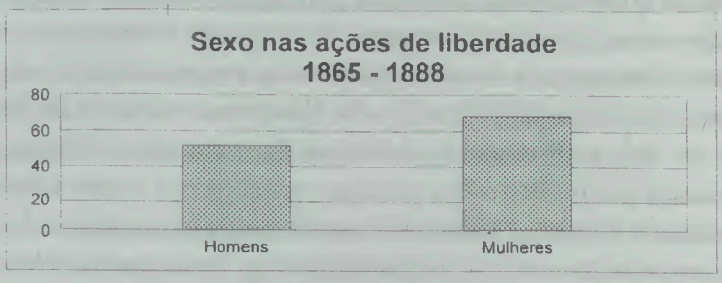
32 Ademir Gebara mostrou na Tabela I - Fundo de emancipação e população escrava no Brasil, no item pecúlio dos escravos, que a maior contribuição de pecúlio entre as diversas províncias do Brasil era a dos escravos do Rio Grande do Sul. Cf. GEBARA, Ademir. O Mercado de Trabalho Livre no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1986, p. 71.

33 Cf. KARASCH, Mary. Slave Life in Rio de Janeiro: 1808-1850. Princeton University Press, 1987; ALGRANTI, Leila M. O Feitor Ausente. Petrópolis: Vozes, 1988; SILVA, Marilene Nogueira da. Negro na Rua. São Paulo: Hucitec, 1988; SOARES, Luiz Carlos. Os Escravos de Ganho no Rio de Janeiro do Século XX. Rev. Bras. de Hist. 8 (1988), pp.107-142.

34 Cf. WEIMER, Günter. O trabalho escravo no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Sagra/Editora da UFRGS, 1991, pp. 68-72.

35 Cf. EISENBERG, Peter. Homens Esquecidos. Campinas: Ed. da Unicamp, 1989; MACHADO, Maria Helena. Crime e Escravidão. São Paulo: Brasiliense, 1982; DIAS, Maria Odila Leite da Silva. Quotidiano e Poder. São Paulo: Brasiliense, 1984.

Maria Odila Dias, enfatizou os vínculos existentes entre o trabalho informal de mulheres escravas e a compra da liberdade. Os dados obtidos com as ações de liberdade no Rio Grande do Sul confirmam também a presença majoritária das mulheres escravas no acúmulo de dinheiro e na compra da liberdade. Sessenta por cento (60%) do total das ações de liberdade foram acionadas por mulheres escravas e também constituíram maioria (68%), entre os escravos que exibiram pecúlio.



Neste contexto, o quase monopólio do pequeno comércio ambulante exercido pelas mulheres escravas e a grande procura de amas-de-leite no mercado de trabalho urbano parece ter-lhes favorecido, tanto o acúmulo de pecúlio como a libertação de seus filhos ingênuos.[36] Do total de ingênuos libertados nas ações de liberdade, 62,5% contaram com o auxílio do pecúlio de suas mães. São ilustrativos os exemplos a seguir:

> "Ação de Liberdade, passada pelo Juiz Municipal a favor da crioula menor de nome Inocencia pertencente a herança da finada Joana Batista Ratto pelo preço de 150$000 rs em que foi a mesma avaliada e por ter assim requerido sua mãe Margarida".[37]

> "Ação de Liberdade, passada pelo Juiz de Órfãos em favor do crioulinho Eusebio, filho da preta forra Esperança. Faz saber que havendo a preta forra Esperança exibido em juízo a quantia de 300$000 rs declara liberto o aludido crioulinho".[38]

36 Neste período o termo "ingênuo" refere-se especificamente aos filhos de mulher escrava nascidos depois de 28 de setembro de 1871, que deveriam obter sua liberdade aos 21 anos.

37 Primeiro Tabelionato, Registros Diversos, L22 (1873-1874), p. 21 verso, APERGS.

38 Primeiro Tabelionato, Registros Diversos, L23 (1874-1876), p. 173 verso, APERGS.

"Ação de Liberdade, passada pelo Juiz de Órfãos, em favor da parda Eulália. Faz saber que tendo Lucinda Maria do Espirito Santo, mãe de Eulália, pertencente a herança do finado José Maria de Camargo exibido a quantia de 800$000 rs valor da avaliação da sua dita filha, a declara livre ".[39]

Parece-nos, portanto, importante ampliarmos o leque de estratégias utilizadas pelas mulheres escravas na luta pela sua liberdade, superando a imagem da escrava-sedutora-prostituta que obtém a liberdade prestando "favores" ao seu senhor. O trabalho cotidiano das mulheres escravas no incipiente mercado de trabalho urbano e como suporte econômico na libertação de seus filhos não pode ser ideologicamente negligenciado.

O preço da indenização a ser paga pelo escravo, no caso de não haver acordo com o senhor, era estipulado em audiência pública, por três avaliadores para evitar embate. Nas ações selecionadas ficou evidente a tentativa de alguns escravos de influenciarem no valor de sua indenização, justificando idade avançada, doença, inaptidão para o trabalho.

A violência e o arbítrio também foram parte integral das ações de liberdade no Rio Grande do Sul. Os testemunhos que seguem, mostram que ao entrar com uma ação de liberdade, o escravo(a) tornava-se vulnerável às retaliações de seus senhores e/ou da polícia.

"Dizem as pretas Carolina e sua filha Luíza ex-escravas de José Carvalho de Miranda, que requerem um curador para representar as ditas enquanto não receberem título de liberdade com que provem serem libertas, visto poder haver dúvida a cerca da condição livre das mesmas, quer por parte da polícia como da municipalidade e sofrerem alguma violência".[40]

"Diz o curador do preto Militão, escravo do capitão Joaquim Salgado, que achando-se pendente apenas de avaliação o preço da liberdade de seu curatelado e constando que sofre ele constrangimento, dando-se mesmo o fato de achar-se hoje nas imediações do edifício da Câmara Municipal um praça da polícia

39 Primeiro Tabelionato, Registros Diversos, L23 (1874-1876), p. 180, APERGS.

40 1876, Juízo de Direito da Primeira Vara Cível, Arquivo Estadual do Rio Grande do Sul.

com intenção de prendê-lo, caso tivesse lugar a avaliação, vem requerer a V.Sa. se digne nomear depositário até a conclusão do processo". [41]

"Diz Esmeralda que querendo tratar da liberdade e não podendo fazê-lo livre de constrangimento e sem receio de sevícias em poder de seu senhor, o coronel Manoel Correa, domiciliado em Belém, vem requerer a V.Sa. digne-se nomear-lhe um curador e um depositário ..." [42]

Percebe-se, no caso de Esmeralda, que a violência apresentava facetas adicionais no caso das mulheres escravas, entre as quais o estupro era a mais freqüente. Diante das arbitrariedades e violências cometidas, parece ter sido mais fácil para alguns escravos iniciar a ação de liberdade, desde a casa onde encontravam-se alugados(as) ou ainda, desde a cadeia:

"Ação de Liberdade passada pelo Juiz de Órfãos ao escravo José, nagô, de cerca de 50 anos de idade, que fugiu da residência de seu senhor em S. Leopoldo para vir requerer a sua alforria ao Juiz de Órfãos de Pt. Alegre". [43]

"Diz Maria Felicidade, pertencente a Francisco Rodrigues, morador no distrito da Barra, que tendo este há tempos abandonado a suplicante nesta cidade, depois de a ter colocado alugada, aconteceu que com tal procedimento adquiriu a suplicante direitos a gozar de plena liberdade acrescendo ainda mais que aquele intitulado seu possuidor, nunca a vestiu nem alimentou-a como assim são obrigados por lei os possuidores de ingênuos, pelo contrário a suplicante era continuamente castigada com severidade tal, que conserva os sinais em seu corpo" [44]

41 1884, Juízo de Direito da Segunda Vara Civil, APERGS.
42 1884, Juízo de Direito da Segunda Vara Civil, APERGS.
43 Primeiro Tabelionato, Registros Diversos, L.22 (1873-1874), p. 56, 1873.
44 1886, Juízo de Órfãos, APERGS.

O fato da ingênua Maria Felicidade estar iniciando a ação de liberdade desde a casa onde estava alugada desobrigava o locatário a pagar por seus serviços enquanto durasse a ação judicial, o que certamente funcionava como incentivo para que alguns locatários ajudassem seus escravos de aluguel quando em litigio de sua liberdade.[45] Quanto às suas queixas, reafirmam que os escravos percebiam a escravidão como um sistema de obrigações recíprocas, que, neste caso particular, eram articuladas apropriando-se do que determinava a Lei de 1871 para os ingênuos[46]. Explica-se assim, a ênfase no aspecto severo dos castigos recebidos, uma vez que o sentido de legitimidade da punição senhorial estava ligada à intensidade do castigo aplicado e não ao castigo físico enquanto tal, que não era colocado em questão.

A Resistência dos Contratados

A abolição antecipada da escravidão no Rio Grande do Sul, a sete de setembro de 1884, condicionou o ex-escravo à prestação de serviços pelo prazo máximo de sete anos. O liberto sob prestação de serviços passava a chamar-se contratado. Mas, o que significou esse novo status para o ex-escravo? Confirmando outros estudos, veremos que os contratados continuaram a ser tratados como escravos, alugados, legados em heranças, castigados.[47] Segundo Pesavento, o princípio da prestação de serviços implicava que o senhor permanecesse com o ex-escravo à sua disposição repassando o custo de sua manutenção para o próprio liberto.[48] A estratégia abolicionista das elites gaúchas teve portanto interesses sócio-econômicos precisos: garantir o melhor preço de indenização, assegurar o suprimento de mão-de-obra (especialmente no caso dos charqueadores), evitar a desorganização do trabalho(especialmente nos serviços domésticos) e

---

45 Cf. CHALHOUB,Sidney. Visões da Liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte. São Paulo. Companhia das Letras, 1990. p. 170.

46 A primeira reclamação de Maria Felicidade estava relacionada ao aspecto da lei de 1871, que refere-se a obrigação dos senhores de criar e tratar os ingênuos até os 21 anos. A segunda queixa referia-se à possibilidade da cessação da prestação de serviços dos ingênuos antes do prazo marcado se, por sentença do juiz, fosse reconhecido que os senhores os maltratavam, infligindo-lhes castigos excessivos. Cf. lei de 1871, Coleção das Leis do Império.

47 Cf. MOREIRA, Paulo Roberto. Os contratados: uma forma de escravidão disfarçada. Estudos Ibero-Americanos. PUCRS. v. 16, jul/dez. 1990.

48 Cf. PESAVENTO, Sandra. História do Rio Grande do Sul. P. Alegre: Mercado Aberto. 1985. p. 45.

raramente foi uma demonstração da generosidade dos senhores.[49]

Mas a resistência dos contratados não se fez esperar. Através das ações para Remissão da Prestação de Serviços, os contratados entraram em juízo para resistir ao ônus da prestação de serviços.[50] As ações que seguem são representativas desta amostra e revelam que os contratados também tentaram influir no valor da indenização de seus serviços, usando táticas semelhantes às utilizadas pelos escravos nas ações por exibição de pecúlio.

> "Diz a preta Eva libertada condicionalmente pelo seu senhor Francisco de Souza Leao, residente nas Pedras Brancas, para servi-lo por cinco anos e passando a prestar o tempo de serviço que falta a Jeronimo de Souza, conforme inventário e partilha a que se procedeu por falecimento do dito seu senhor e querendo eximir-se mediante indenização da prestação de serviços, visto ser adoentada, com 45 anos de idade, com sete filhos, sendo dois escravos e cinco livres apresenta o pecúlio de 50$000 rs para indenização e requer curador".[51]

> "Diz Avelino, pardo, de 30 anos de idade, que achando-se liberto com cláusula de prestação de serviços, quer remir-se dos mesmos pelo que oferece o pecúlio de 150$000 rs para completar o prazo de três anos que lhe faltam. Avelino entra com atestado médico de que sofre de laringite de caráter sifilítico e de bronquite. Avaliam seus serviços em 300$000 rs. Diz o escravo que completou a soma. O Juiz homologa o arbitramento e exonera da cláusula de serviços o suplente Avelino. Passa-se Alvará de liberdade".[52]

No entanto, nem sempre os contratados conseguiram remir-se do ônus da prestação de serviços, ou porque foram vítimas de arbitrariedades ou

---

49 Cf. ZUBARAN, Maria Angélica. Os teuto-rio-grandenses, a escravidão e as alforrias. Os alemães no sul do Brasil: cultura, etnicidade e história. Canoas: Ed. Ulbra, 1994. pp. 65-74.

50 "Para a remissão, é suficiente uma petição, na qual, exposta a intenção do peticionário, será solicitada a venia para a citação do possuidor do liberto. Antes da citação, o juiz convidará o senhor a um acordo e só em falta deste proseguirá nos termos ulteriores". Cf. Decreto no. 5135 de 13 de novembro de 1872, art. 84. Coleçãodas Leis do Império.

51 1885, Juízo de Direito da Segunda Vara Cível, APERGS.

52 1886, Juízo de Direito da Segunda Vara Cível, APERGS.

porque a avaliação de seus serviços foi mais alta do que o valor de seus pecúlios.

Outra estrégia de resistência dos contratados(as) foi a fuga ao cumprimento do contrato de prestação de serviços. Ironicamente, encontramos evidências desta tática de resistência, nos processos acionados por ex-senhores para prisão correcional de contratados fujões, como o que segue:

> "O ex-senhor do ex-escravo Adão requer que seja capturado o referido escravo para dar cumprimento ao contrato de locação de serviços por sete anos, visto que o referido liberto se esquiva de satisfazer as cláusulas do contrato constantes do documento junto, e se acha vagabundeando na capital".[53]

Nesse caso, a linguagem senhorial é caracteristicamente escravocrata, não há consistência no tratamento do contratado, ao qual refere-se ora como escravo, ora como liberto. Quando pede a "captura do escravo", invoca as atribuições dos capitães de mato, como seria de praxe nestes casos. Quando identifica o liberto como vagabundo, reafirma o estereótipo do escravo predisposto à marginalidade e delinqüência, especialmente porque longe do controle senhorial. No caso a seguir, é interessante que o ex-senhor reconhece, que a solidariedade entre os escravos urbanos em Porto Alegre era a razão de seu insucesso na "captura" do contratado fujão, e que a fuga era uma estratégia consciente para o não cumprimento da prestação de serviços.

> "Diz Antonio Alves, que Zeferino liberto com a condição de prestação de serviços, fugiu para Porto Alegre, quando lhe faltava cumprir 54 meses de seu contrato. Que o suplicante por diversas vezes tentou trazer o contratado para seu poder a fim de cumprir o tempo que lhe falta, mas seus esforços tem sido infrutíferos em razão deste viver de colaio com escravos naquela capital e que o contratato fugiu com o fim único de furtar-se a cumprir o contrato".[54]

---

53 1886, Juízo de Orfãos de Viamão para o Juízo de Orfãos de Porto Alegre, APERGS.

54 1886, Juízo de orfãos de Conceição do Arroio para Juízo de órfãos desta Comarca, APERGS.

Casos semelhantes são os do contratado Jacintho,[55] da contratada Generosa[56] e da contratada Angélica[57] que também fogem do interior para a cidade de Porto Alegre, representada pelos ex-senhores como a cidade "refúgio" dos contratados fujões.

Epílogo

Ao analisarmos o processo de abolição gradual no Rio Grande do Sul, torna-se evidente que, embora antecipando a abolição, muitos senhores tentaram reter a ordem escravocrata. Entretanto, pressionados pelos escravos, contratados, libertos e abolicionistas, não conseguiram conter as forças que pressionavam por mudanças. As ações de liberdade fazem parte destas pressões, e partiram em geral de escravos urbanos que conseguiram acumular pecúlio e/ou manter uma boa rede de relações e alianças. Verificamos que na prática os escravos e contratados ao acionar a justiça tornavam-se vulneráveis às retaliações de seus senhores e da polícia. No entanto, suas manobras táticas nos tribunais demonstram que eles também possuiam aliados na luta pela liberdade, entre os quais seus familiares, os libertos e advogados abolicionistas. Tais alianças parecem ter facilitado aos escravos e contratados resistirem às ambições escravistas de seus senhores com mais segurança. Essa interpretação do impacto político das iniciativas legais e culturais dos escravos(as) e contratados(as) no processo de abolição gradual no Rio Grande do Sul, vem relativizar a idéia de que a estratégia gradualista de 1871 e, particularmente, a de 1884, garantiram a completa continuidade da autoridade senhorial e evitaram a desorganização do trabalho.[58] Apesar de esta ter sido uma de suas intenções, na prática, os ex-senhores e a polícia viram-se obrigados a conviver com a resistência dos escravos e contratados. Em um contexto de crescente consenso contra a escravidão e constante pressão dos próprios escravos e contratados, a Lei de 1871, ao contrário do que afirma Grinberg, não possibilitou o controle das táticas de alforria.[59] Neste sentido, encerramos com a declaração do ex-senhor da contratada

55 1887. Do Juizo de Orfãos de Viamão para o Juízo de Orfãos da Capital. APERGS.
56 1887. Do Juizo de Orfãos de Viamão para o Juízo de Orfãos desta Comarca. APERGS.
57 1887. Juizo de Orfãos de São Sebastião do Cahy para Juizo de Orfãos de Porto Alegre. APERGS.
58 Cf. GEBARA. op. cit.
59 Cf. GRINBERG. op. cit., p. 99.

Angélica de que "a liberta se recusa a prestar-lhe os serviços a que é obrigada e que para se furtar aos mesmos fugiu de casa e vive presentemente na cidade de Porto Alegre, sem dar-lhe satisfação alguma".

A ciência no Brasil Colonial

*Fernando Dias de Avila-Pires**

...Porque são as necessidades que obrigam o homem a inventar.

G.Freyreiss

Resumo: A análise da contribuição científica do Brasil colonial precisa levar em conta, em primeiro lugar, o que se entende por ciência. Neste artigo, define-se ciência, tecnologia e técnica. Em seguida, ressalta-se a diferença de procedimentos no desenvolvimento da ciência normal, que amplia os conhecimentos dentro dos limites dos paradigmas correntes e nas revoluções científicas, quando novos paradigmas são propostos. Com esses termos de referência, as contribuições feitas no Brasil, durante o século XVIII, devem ser analisadas.

Palavras-chave: História da Ciência – Brasil colonial – Kuhn – Revoluções científicas

Abstract: An analysis of the scientific contribution of colonial Brazil must take into account what is understood as science. Science and technology are defined first. Different procedures developed for normal science amplified knowledge both within the limits of existing paradigms and during scientific revolutions, when new paradigms are proposed. Contributions made in Brazil during the 18th century should be analyzed in this perspective.

Key-words: History of Science – Colonial Brazil – Kuhn – Scientific revolutions

Em abril de 1989 teve lugar, em Belo Horizonte, o *Seminário de Estudos Mineiros*, promovido pelo Centro de Estudos Mineiros da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade Federal de Minas Gerais, para comemorar o segundo centenário

* Depto. Medicina Tropical, FIOCRUZ; Curso de Pós Graduação em História, UFSC

da morte de Joaquim José da Silva Xavier, o Tiradentes.

Uma mesa-redonda discutiu a questão da ciência e das técnicas no Brasil colonial. Coube-me abordar o desenvolvimento científico em Minas Gerais, no século XVII. O texto a seguir resume minha contribuição.

A revolução científica ocorrida na Europa, no século XVII, confrontou três poderosos inimigos: a autoridade religiosa, a tradição e o senso comum. Galileu, um dos fundadores da ciência moderna, empenhou-se na tentativa de substituir a imaginação pelo raciocínio, o que constituiu um de seus crimes. No dizer de Koyré, "(...) é o pensamento puro e sem mistura, e não a experiência e a percepção dos sentidos, que constitui a base da *nova ciência* de Galileu Galilei". Este, quando questionado se havia realizado uma dada experiência, respondeu: "Não, e não preciso fazê-lo, e posso afirmar, sem qualquer experiência, que é assim, porque não pode ser de outra forma". Mas, ao contrário do dogmatismo escolástico, que se exprimia de igual maneira, Galileu baseava suas previsões nas propriedades da matemática e não na revelação divina. "É por isso", explicava ele, "que somos capazes de dar provas, pura e estritamente matemáticas" – e, como dizemos hoje, equacionar um problema e obter sua solução pela resolução das equações (Koyré, 1982).

O renascimento na Europa rompeu com um passado marcado por outros valores, fazendo rebrotar as raízes da árvore do conhecimento, plantada na Grécia clássica, em terras e épocas bíblicas. No Brasil, o pensamento científico, contestador, crítico, criador, inovador, rebelde à própria autoridade científica, precisou ser importado e transplantado com os ventos da independência norte-americana e, posteriormente, da revolução francesa, uma vez que não tinha de onde ressurgir. Não existia tradição clássica capaz de renascer. Assim, o século XVIII foi a nossa idade média alta, quando fermentaram as idéias de reestruturação social e de formação cultural, que marcariam o século XIX.

Saint-Hilaire, em 1817, ao encontrar em Vila Rica um ex-estudante de seu país natal – uma das poucas pessoas que falavam o francês - lamentou a difusão dos maus livros entre nós, que advogavam a filosofia epicurista e o direito absoluto defendidos pelos seguidores da revolução, na França (St-Hilaire, 1974).

Onde havia disponíveis, tais livros subversivos ? Quem os importava e quem os lia, discutia e divulgava ?

É o que tentaremos abordar, a seguir.

Entretanto, para que possamos avaliar o desenvolvimento e a

contribuição científica no Brasil do século XVIII é necessário que se defina, em primeiro lugar, o que se entende por ciência e, em seguida, que se estabeleçam termos de comparação razoáveis com outros países. No decorrer deste processo de análise, devemos avaliar, ainda, a formação e a inserção social do cientista naquela época, quando, na Europa, a pesquisa científica começava a profissionalizar-se.

O século XVIII

Um dos grandes desafios que confrontam o historiador consiste em identificar a interpretação correta dentre alternativas análogas, uma vez que distintas causas podem resultar em uma mesma ação ou solução. A guerra pode ocorrer por disputas sobre fronteiras ou mercados, mas pode ser propositalmente provocada e habilmente justificada para desviar a atenção do povo de problemas políticos ou crises administrativas internas – como o *abcesso de fixação* de que nos fala Gastão Cruls em um de seus melhores contos (Cruls, 1951).

Parece ser regra universal o fato da natureza dispor de um limitado número de soluções para qualquer problema. As leis da física restringem a determinados padrões aerodinâmicos ou hidrodinâmicos, as formas dos animais, plantas e objetos inanimados que pretendam nadar ou voar. Sabem os psicólogos que um acesso de riso é válvula de escape para tensões, traduzindo alegria incontida ou tristeza profunda, choque ou espasmo muscular provocado por cócegas. Os taxonomistas enfrentam a árdua tarefa de distinguir as analogias das homologias, isto é, as semelhanças devidas à convergência pela adoção de soluções superficialmente semelhantes por parte de organismos não relacionados filogeneticamente, dos paralelismos, que resultam de herança genética comum. Problema que também confronta o historiador, no caso presente, ao tentar identificar as razões para o progresso ou atraso da ciência, dentre o universo de tensões sociais, conseqüências históricas de padrões de desenvolvimento e de influências várias, no Brasil barroco.

Espero abordar o tema fugindo à tentação de proporcionar uma visão indutivista da história mineira, o que aconteceria se partisse de documentos, feitos ou fatos, mas sem a diretriz de uma hipótese de trabalho para chegar a uma generalização ampla, no melhor estilo baconiano. Pretendo fazê-lo, ao contrário, avaliando o que se poderia esperar do desenvolvimento científico,

levando em conta os estreitos limites marcados pelas condições sociais e culturais vigentes no Brasil colônia.

Como termo de justa comparação deveríamos tomar as demais colônias portuguesas, na África e Ásia e não a metrópole ou os centros mais desenvolvidos da Europa, como se é tentado a fazer, e necessário mesmo, em certa medida.

Na Europa, o século XVIII foi marcado pela consolidação de associações culturais de livre discussão, em geral dissidentes do pensamento acadêmico oficial e universitário. Movimentos como o que resultou na criação do *Philosophical College*, em Oxford, independente da *Royal Society* (1660), eram extracurriculares. Nas sociedades criadas por governos esclarecidos, incentivava-se a busca de soluções tecnológicas para problemas práticos, muito satirizadas por Swift, nas *Viagens de Gulliver*. Tornara-se rotina publicar artigos em periódicos científicos, os quais se tornaram os principais veiculadores de idéias e de descobertas. Publicavam-se resumos de sessões acadêmicas e divulgavam-se os progressos havidos nas áreas básicas e aplicadas do conhecimento científico e técnico. Estabeleciam-se prioridades e definiam-se especialidades, identificadas por seus métodos, teorias, cultores e periódicos próprios.

O sistema de ciência e tecnologia tornara-se a base do desenvolvimento industrial, que no século XX tomaria feição nova, sendo a própria tecnologia a geradora de outras tecnologias.

O ponto alto do século foi a publicação da *Philosophiae Naturalis Principia Matematica* de Isaac Newton, com a proposta de um novo sistema universal, resultante da aplicação da matemática e do cálculo aos fenômenos naturais. A busca de analogias com as *formas geométricas perfeitas* e a história natural das parábolas e fábulas, mais imaginativa que descritiva, foram substituídas por uma linguagem que implicava a aplicação de um dos mais poderosos métodos heurísticos já inventados, que é a matemática. Não só o cálculo e a estatística revolucionariam a física, a astronomia, a química e, finalmente, a biologia, como a possibilidade da previsão científica substituiria a advinhação, as fórmulas e os vaticínios mágicos.

O século XVIII foi o século da *Encyclopédie Française* deDiderot e D'Alambert; de Lavoisier, Linnaeus, Jussieu, Buffon, Hutton, Dalton, Fourrier, Carnot, Franklin, Galvani, Volta, Leeuwenhoek, De Candolle, Lamarck, Geoffroy-de-Saint-Hilaire, Vicq D'Azyr, Hunter, Kant, Oken, Goethe, Cuvier, Daubenton, Banks, Voltaire, Maupertuis, La Condamine, Celsius, Euler,

Haller, Needham, Bonnet, Desmarest, Black, Spallanzani, Müller, Ingen-Housz, Cavendish, Erasmus Darwin, Lalande, Wolf, Priestley, Watt, Lagrange, Coulomb, Guyton-de-Morveau, Galvani, Haüy, Pinel, Laplace, Boerhaave, Jenner, Rutherford, Appert, Rumford, Nicholson, Zimmermann, Blanchard, Proust, Fourcroy, MacAdam, Gall, Malthus, Humboldt, Ampère, Avogadro, Gauss, Guy Lussac, Humphry Davy, Berzelius, Pestalozzi, Adam Smith.

Foi o século das sínteses, por excelência, quando se tentou ordenar e sistematizar a multidão de descobertas resultantes das viagens de circunavegação que revelaram um novo mundo, desconhecido, de animais, plantas, gentes, costumes e uma diversidade de fatos que excitavam a imaginação e suscitavam dúvidas que não encontravam resposta nos estreitos limites do pensamento medieval.

Ao lado do *Système du Monde* de Laplace, o mundo microbiano revelado pelo microscópio de Leeuwenhoek permitia uma nova concepção da natureza e da vida, conduzindo ao nascimento da microbiologia, da citologia e da fisiologia vegetal.

No século XVIII surgiram os experimentos controlados, as leis científicas em sua concepção moderna, resultantes do raciocínio indutivo e a diferenciação entre as *hard* e *soft sciences*.

O progresso acelerado das ciências e de suas aplicações forçariam sua admissão às universidades, ao lado dos currículos clássicos, e sua entrada nos salões da sociedade, nos gabinetes reais, na literatura, no teatro, enfim, na cultura do século iluminado, caracterizando, com precisão, os limites e a natureza do conhecimento objetivo e dos métodos apropriados para se chegar a ele.

Ciência, técnologia e técnica

Ciência não é relato de expedição científica, inventário de recursos naturais, descrição de experimentos de laboratório ou de observações de campo. Ciência é a *interpretação* de fatos estabelecidos, resultante da aplicação do método científico de comprovação e refutação dos problemas que admitem tal procedimento. Não é o único método heurístico e não pretende responder a todas as questões que confrontam o espírito humano.

O conceito de fato científico tem muito em comum com o de fato histórico e sua descrição está sujeita a distorções semelhantes. Fatos não são ciência,

como também não são história. Para o historiador Walsh, fato é uma teoria que se comprova (Walsh, 1978)

A tecnologia, por sua vez, constitui a poderosa alavanca do progresso material e das revoluções industriais. Consiste na busca dos modos de aplicação das teorias científicas às necessidades práticas ou pragmáticas. O tecnólogo deve ter acesso às fontes primárias de informação científica e atua, como o cientista, nas fronteiras do conhecimento. Tecnologia não se compra, não se importa e não está disponível em pacotes. É ela que reduz a distância entre o que não se sabe para que serve e o que se pode utilizar. É ela que parte da teoria geral dos gases para o projeto de uma caldeira a vapor; da idéia da fissão e fusão nucleares para o desenho de uma bomba atômica ou de hidrogênio; das leis de Mendel para a produção de milhos híbridos de alto teor protéico. Uma vez iniciado, o processo tecnológico se auto-sustenta. Da mesma forma que ciência gera ciência, tecnologia gera novas tecnologias.

A técnica – o como fazer – pode ser desenvolvida pela prática da invenção ou pelo método da tentativa e erro, independentemente do conhecimento das causas primeiras ou dos princípios fundamentais que explicam os fenômenos ou propriedades utilizados ou utilizáveis. O técnico, como o inventor, precisa ser criativo, mas não filósofo ou cientista. Técnicas, processos, fórmulas ou receitas, estas sim podem ser objeto de patente ou de comércio.

A curiosidade é inata no homem e, segundo alguns, provocou a expulsão de Adão do paraíso. Constitui a mola mestra da investigação histórica, policial ou científica. É ela, e não o desejo de ser útil que move o cientista. O tecnólogo, por sua vez, precisa comprovar sua utilidade e tem seu desempenho aferido com maior objetividade e por meios ou instrumentos mais confiáveis. Calder (1963) discutiu muito bem estas definições.

Alguns sistemas educacionais, como o alemão e o francês, preservam, em nossos dias, a dicotomia ciência/tecnologia em instituições distintas: as universidades e os institutos politécnicos. Por outro lado, a antiga distinção dos saberes persiste na expressão *ciência e cultura.*

No século XVIII, o cientista evoluiu da condição de alquimista autônomo e de sábio das cortes e protegido dos nobres – posição que partilhava com os artistas, cronistas e bufões – para a de diletante abastado. Até alcançar o estágio de pesquisador universitário e de funcionário sindicalizado, mais um século teria que passar. Por outro lado, para Locke, no século XVII, "saber e ciência em geral são ocupações apenas daqueles que estão despreocupados

e ociosos" (Eby, 1978).

O cientista isolado em seu própio laboratório só foi viável enquanto não dependeu de bibliotecas e equipamentos sofisticados, complexos e dispendiosos, que já não pode operar sozinho, e enquanto pôde dominar diferentes ramos de conhecimento. O laboratório em que Berzelius revolucionou a química, no século XVIII, era mais pobre do que qualquer cozinha da classe média de hoje. Equipes e corporações, departamentos e institutos surgiram das necessidades impostas pelo princípio da divisão do trabalho (de Adam Smith) e da especialização dos conhecimentos, repartindo funções e custos.

No século XVIII surgiram os primeiros institutos, muitos deles associados a museus de história natural. Entretanto, somente no século XIX as universidades passaram a oferecer currículos incluindo ciências básicas no sentido moderno e passaram a abrigar núcleos de investigação, que se valeram da autonomia e prestígio da academia. Finalmente, em nosso século XX, grandes indústrias deram-se conta do valor econômico potencial das idéias originais e passaram a contratar cientistas, sem exigir que realizassem pesquisas de aplicação imediata previsível, cabendo a outros laboratórios processar e apressar as conexões tecnológicas.

A educação medieval levava ao cerceamento da iniciativa pessoal e à disciplina do espírito, impedindo-o de indagar e de divagar. Educava-se pela retórica e mais pelo *relato* de exemplos edificantes do que por exemplos edificantes. O mundo era visto através de uma limitada ótica tradicional, que não permitia a descoberta das ilusões de ótica nem estimulava o desenvolvimento do senso *in*comum, que caracteriza a visão da ciência.

Autoridades leigas e eclesiásticas concordavam em considerar a educação popular como perigosa e indesejável. Para o cardeal Richelieu, ela tornava as pessoas mais aptas a levantar dúvidas do que a resolvê-las; fomentava a desobediência e a heresia, opinião que perdurou até o século XIX. O *Index* das obras heréticas cerceava a difusão das idéias não-edificantes ou subversivas e a igreja encarregava-se, estrategicamente, de educar os nobres, enquanto o povo era mantido na ignorância e subjugado por ela.

A ciência é existencialista. Em sua versão inicial, fundamentalista e cartesiana, sua prática obedeceu ao primeiro princípio do *Discurso sobre o método*, de não admitir nada como verdade sem saber-se realmente se o é. Ao condenar o preconceito e a conclusão precipitada, baseada no uso dos

sentidos, a submissão à autoridade do saber revelado e a fidelidade às versões oficiais, a ciência nascente tornou-se iconoclasta e herética – uma ameaça às autoridades religiosas e às ordenações do reino. Para que vingasse, exigia uma nova filosofia de educação e um novo método de estudo. Loyola, Lutero e Calvino perceberam o enorme potencial renovador ou refreador da educação. Por outro lado, Comenius e Locke, no século XVII, preparavam o terreno para receber as sementes do ensino liberal, na Europa do século XVIII, cultivadas por Franklin, Rousseau e Pestalozzi. Sementes que produziram as escolas sensorialista, racionalista, naturalista-panteísta (ecológica, no jargão de hoje) e idealista. Rousseau resumiu a educação ideal e o papel do mestre, dizendo: " Ao deixar minhas mãos ele não será, eu suponho, um magistrado, um soldado ou um sacerdote. Antes de mais nada, ele será um homem" . Contudo, considerava ociosa a curiosidade científica e advogava um currículo útil e objetivo. (Eby, 1978)

No final do século XVIII, os conceitos de utilitarismo e diletantismo da atividade científica seriam, finalmente, substituídos pelos de investigação descompromissada e pela profissionalização do cientista.

Mas a ciência é uma atividade social, e a estrutura de sua organização depende e, ao mesmo tempo, reflete o contexto da sociedade na qual se insere, ainda que as idéias inovadoras nasçam de um cérebro privilegiado e não de um comitê.

Que ciência?

Um outro aspecto é de fundamental importância para a correta avaliação do desenvolvimento científico no Brasil setecentista, o qual foi tema de debates na década de 1960.

Esse decênio foi marcado pelas discussões em torno da proposta de Thomas Kuhn no sentido de distinguir o exercício da *ciência normal* da ocorrência periódica de *revoluções científicas*, das quais surgem novos paradigmas (Kuhn, 1978). Assim, Ospovat (1986), comentando o conhecido episódio de Darwin, ao conceber o mecanismo da seleção natural, depois de haver lido o ensaio de Malthus, colocou a seguinte questão:

> *" The question I want to pose (...) is this: Given the fact that Darwin read Malthus and as a result got hold of a new theory,*

to what extent did this cause him to revise his views on harmony and adaptation: and more importantly, to what extent did these views shape his new theory?"[1]

Devemos lembrar que a nova teoria tinha sérias implicações sobre convicções religiosas e demandava uma revisão radical de conceitos e de preconceitos. Assim, prossegue Ospovat:

"The answer I will suggest is that while his reading of Malthus gave Darwin a new theory of organic change and adaptation, it did not immediately alter his conception of nature, nor was his new theory free from the effects of his old assumptions. (...) While it is easy to imagine that a person's sudden insight may produce a new hypothesis, a new way of solving a problem, I find it more difficult to believe that such an insight can with equal speed alter one's entire world view, from one of harmony to one of discord, for instance. It is only in reflecting and on working with a new idea that its wider implications begin to appear. In many, probably most instances of a revolutionary proposal are never recognized by the person with whom it originates."(Ospovat, 1981)[2]

A idéia não é nova, mas sua proposição, na forma apresentada por Kuhn, o é. Em 1890, Cabadé, professor da Universidade de Toulouse já reconhecera que:

"Lorsq'une grande découverte vient brusquement

---

1 A pergunta que quero fazer (...) é a seguinte: dado que Darwin leu Malthus e, como resultado, chegou a uma nova teoria, até que ponto isto fez com que ele revisasse suas idéias sobre harmonia e adaptação; e mais importante ainda, até que ponto estas idéias moldaram sua nova teoria ?

2 A resposta que eu sugiro é que, enquanto que a leitura de Malthus deu a Darwin uma nova teoria de alteração orgânica e adaptação, isso não alterou imediatamente sua concepção de natureza, nem ficou sua teoria livre dos efeitos de suas idéias anteriores. (...) Enquanto que é fácil imaginar-se que uma nova concepção possa levar a uma nova hipótese, uma nova maneira de resolver um problema, eu acho mais difícil de acreditar que tal concepção possa alterar, com igual velocidade, as concepções totais do mundo, de uma pessoa, como por exemplo, da visão de harmonia para a de desarmonia. Somente com a reflexão e a aplicação de novas idéias que suas implicações mais amplas começam a surgir. Em muitas, provavelmente na maioria dos casos de uma proposta revolucionária, suas implicações nunca são reconhecidas por quem a propôs.

transformer une science, on observe toujours, dit M. le professeur Duclaux, une double mouvement qui s'effectue dans les esprits adonnés à cette branche des connaissances humaines. Les uns restent attachés aux idées qu'ils ont considerées comme vraies pendant la majeure partie de leur existence, nient la découverte dans ses consèquences et n'admettent que les conceptions de leur jeunesse. Les autres, qui constituent le plus souvent la génération nouvelle, plus débarassée de préjugés, plus vive dans ses enthousiasmes, plus entraînée vers le progrès, en étendent outre mesure les conséquences et les accèptent toutes sans se montrer trop exigeants sur les preuves". (Cabadé, 1890).[3]

Não cabe, aqui, desenvolver o argumento, mas tão-somente reconhecer o mérito de se distinguir dois tipos de atitudes e de atividades distintas: a daqueles que se dedicam a expandir as fronteiras do conhecimento dentro dos limites impostos pelos paradigmas vigentes e a dos que, deparando-se com discrepâncias de fatos que desafiam as teorias aceitas, revolucionam a ciência com a proposta de paradigmas alternativos. Tais atitudes parecem corresponder às vocações naturais para o raciocínio indutivo ou dedutivo que podemos identificar nos estudantes (Kagan, 1965).

De qualquer forma, o pleno exercício do pensamento científico implica a tentativa de verificar ou contestar teorias. Sua filosofia é baseada na dúvida e não na crença. Não poderia, portanto, florescer nos mosteiros medievais, guardiões do conhecimento revelado, copiado e transmitido intacto ou interpretado segundo certos dogmas. A curiosidade, mola da ciência, era sinônimo de heresia.

Certamente, da pequena elite cultural brasileira que teve a oportunidade de formar-se nas universidades européias, não surgiram proposições originais ou contribuições paradigmáticas. Como bem notou Saramago, "aos povos

---

[3] Quando uma importante descoberta transforma bruscamente uma ciência, sempre se observa, diz o prof. Duclaux, um duplo movimento ocorre no espírito dos especialistas nesse ramo do conhecimento humano. Uns permanecem ligados às idéias que consideraram verdadeiras durante a maior parte de suas vidas, negam a descoberta em suas conseqüências e não admitem senão as concepções de sua juventude. Outros, que constituem geralmente a nova geração, menos presos a preconceitos, mais abertos em seu entusiasmo, mais envolvidos com o progresso, encaram de maneira distinta as consequências e as aceitam sem se mostrarem muito exigentes quanto às provas.

pequenos ninguém dá ouvidos, não é mania de perseguição, mas histórica evidência" (Saramago, 1982). O pouco que se fez resultou do cultivo da ciência normal, rotineira, cumulativa, inspirada nas idéias aprendidas dos mestres e dos livros.

A Reforma Pombalina

A 3 de setembro de 1758 – ano da publicação da 10ª edição do *Systema Naturae* de Linnaeus, base do sistema de classificação e de nomenclatura zoológica, que inspirou os sistemas de classificação em todas as ciências – ocorreu um misterioso atentado contra D.José I, rei de Portugal. Seu primeiro ministro, Sebastião José, que expulsara os jesuítas e secularizara as missões do Grão Pará, no Brasil, expulsou-os agora, do reino e de seus domínios, imputando-lhes a autoria do crime.

Em 28 de junho de 1759 foi editado um alvará proscrevendo as escolas loyolistas e reformando o ensino das humanidades. Em 1770 criou-se a Junta de Presidência Literária que, além do libelo contra a Companhia de Jesus, preparou a reforma geral do ensino.

Ora, reformam-se edifícios ou regulamentos, mas não mentalidades. Como todas as reformas semelhantes, pretéritas ou contemporâneas, o plano foi excelente, a intenção meritória, mas a execução difícil e os resultados pouco animadores. Alterações estatutárias dificilmente repercutem de imediato nos métodos didáticos e nas rotinas pedagógicas arraigadas e ritualizadas. Testemunha disso foi a grande revolução na medicina francesa, que nasceu fora da universidade, extinta e restaurada por Napoleão. No Brasil, as duas grandes *escolas* médicas, a baiana e a de Manguinhos, também formaram-se independentes da Faculdade de Medicina.

A 6 de junho de 1772 editava-se, em Lisboa, o *Plano de Cálculo Geral e Particular de Todas e de cada Uma das Comarcas*, que visava estimar o número de mestres necessários para atenderem a demanda do ensino primário oficial. Mas a lei não previa a formação de professores; o Ensino Normal seria criado na França pós-revolucionária, como modelo que foi seguido no resto do mundo ocidental. Além disso, como escreveu Carrato:

> "Não sei se por ingenuidade, rotina ou inexperiência, o Governo Régio continuou a pensar que não havia necessidade de dinheiro

> para dar escola ao povo, que os professores régios não precisavam de ordenados ou os tiravam de seus próprios recursos, sem incomodar a Real Fazenda".(Carrato, 1968)

Os recursos previstos para custeio dos gastos com ensino foram desviados. Em Minas Gerais, ordenados humildes ficaram sendo devidos por meses, anos e decênios, desconhecendo as autoridades a localização das escolas e seu número, quantos mestres havia e quanto lhes deviam – panorama que não mudou muito nestes últimos duzentos anos.

De fato, o mesmo primeiro ministro, que seria Marquês de Pombal, regulamentara a produção de vinho e estabelecera o princípio da demarcação de regiões, que mais tarde seria adotado por outros países. Um imposto sobre a comercialização de bebidas produzidas em Portugal e colônias deveria custear os gastos com a reforma do ensino. O imposto foi desviado, contudo, para subvencionar os cursos da Aula de Comércio, o Colégio dos Nobres, a Academia de Ciências de Lisboa, a Biblioteca Pública e a Academia da Marinha.

Embora Portugal tenha sido o primeiro nas reformas político-administrativas como conseqüência do iluminismo europeu, não seria a simples concessão de recursos, sem um clima adequado e uma estrutura social compatível, que promoveria a revolução industrial na Inglaterra, França e Alemanha.

Frente às descrições das propaladas riquezas de recursos naturais do Brasil, buscou o governo real extraí-las, sem se preocupar com o baixo rendimento dos métodos empregados ou, no máximo, tentando melhorá-los com tímidas medida.

A expulsão dos jesuítas não significou a liberação dos preceitos e preconceitos filosóficos que caracterizavam a formação dos súditos coloniais. Sir Oliver Lodge chamou a nossa atenção para que:

> "É necessário entender claramente o estado de coisas, pois de outra maneira a atitude dos homens cultos daqueles tempos para com cada nova descoberta parece estúpida e quase insana. Eles tinham um sistema de verdade cristalizado, perfeito, simétrico, que não admitia novidades ou adições; cada adição ou acréscimo era uma imperfeição, uma excrecência, uma deformidade. Progresso era desnecessário e indesejado. A igreja tinha um

rígido sistema de dogma que devia ser aceito em sua totalidade, sob pena de ser tratado como herético. Filósofos tinham um sistema férreo de verdades, um sistema baseado em Aristóteles e tão integrado com os grandes dogmas teológicos que questionar um era quase o mesmo que lançar dúvida sobre o outro".

Sem cursos superiores, sem academias, sem bibliotecas públicas, sem imprensa e sem museus, os poucos homens cultos nas Minas Gerais do século XVIII recebiam poucos visitantes estrangeiros, alguns produtos ingleses e as informações vindas de Portugal. Somente após a independência foi-se à França para estudar, como mostram os trabalhos recentes sobre a presença de alunos estrangeiros nas universidades francesas.

A ciência acumula fatos, mas não teorias: estas são literalmente revolucionárias, substituindo a ordem reinante por outra e, por isso mesmo, são consideradas incômodas, perturbadoras ou inconvenientes, por obrigarem a reformulação de conceitos e sistemas de pensamento já estruturados e coerentes ou, pelo menos, sincréticos. Ackerknecht, analisando a evolução da medicina hospitalar na França e a mudança de paradigmas científicos, citou a descrição deixada por Oliver W.Homes dos últimos e melancólicos dias de Broussais, que ilustra o que disse acima. Membro brilhante da *Académie de Médécine*, escritor prolífico, polemista, defensor, na sua mocidade, de teorias radicais, líder de uma falange de jovens clínicos, tornou-se retrógrado, na velhice.

"En ce temps-là [1834], Broussais ressemblait à un vieux volcan qui aurait presque entièrement dissipé ses flammes et ses vapeurs de soufre, mais qui continuerait de bouillir et de bouillonner à l'intérieur, lançant de temps à autre un jet de lave et une volée de pierres. (...) Les vieilles théories et les vieillards qui s'y cramponnent doivent s'effacer quand la nouvelle génération arrive avec ses idées neuves et ses habitudes de pensée différentes, pour prendre la place de ce qui est en train de disparaître. C'est là une vérité que le vieux et fougueux théoricien trouva bien dure à admèttre, et plus dure encore à supporter, lorsqu'elle s'imposa à lui. Car, à son cours faisait suite un autre cours, donné par un professeur plus jeune et beaucoup plus apprécié (Gabriel

Andral). Tandis que la fin de son cours approchait, les bancs qui n'étaient peuplés que d'un petit nombre d'étudiants clairsemés, commençaient à se remplir; les portes grinçaient en s'ovrant et coignaent en se fermant de plus en plus souvent jusqu'à ce qu'enfin le bruit devint presque continu et la voix du conférencier s'enflait en un rugissement léonin, tandis qu'il s'efforçait en vain de dominer la rumeur des portes et des pas.(Ackerknetch, 1986)[4]

O ambiente colonial foi propício, apenas, para o desenvolvimento da ciência normal.

Dos brasileiros e reinóis que foram estudar à Europa, alguns despenderam seu tempo e mesada na vida noturna das serenatas, dos cafés e estalagens, nos salões e teatros, segundo crônicas da época. Aqueles que se aplicaram em obter uma formação sólida, como Alexandre Rodrigues Ferreira, desencantaram-se, após o regresso ao Brasil, com as condições locais e o ambiente cultural das províncias. Cultivou-se, aqui, alguma botânica sistemática, pouca zoologia, mineralogia descritiva, farmacologia rudimentar, especialmente a fitoterapia, a matemática. Coletou-se material de história natural para os museus estrangeiros.

Os religiosos encontravam suporte e amparo nas congregações e irmandades: destacavam-se no campo da teologia, filosofia, moral, direito e matemática. Dos estudos na Europa, regressavam ao seio de seus conventos e mosteiros, com suas bibliotecas e ambiente propício à meditação e ao cultivo das idéias inócuas à órdem social e religiosa vigentes, mas pouco receptivo às novidades e revoluções científicas. Não há dúvida de que Frei José Mariano da Conceição

---

[4] Naquela época [1834], Broussais parecia um velho vulcão que havia já dissipado quase totalmente suas chamas e seus vapores de enxofre, mas que continuava a ferver e borbulhar em suas entranhas, lançando, de tempos em tempos, um jato de lava e uma saraivada de pedras. (...) As velhas teorias e os idosos que a elas se apegam devem se apagar quando a nova geração chega com suas idéias novas e seus modos de pensar diferentes, para tomar o lugar daqueles que estão prestes a desaparecer. É uma verdade que o velho e fogoso teórico achou difícil de admitir e ainda mais duro de suportar, quando chegou sua vez. Porque seu curso era seguido por um outro, dado por um professor mais jovem e mais apreciado (Gabriel Andral). Quando sua aula se aproximava do final, as carteiras que eram esparsamente ocupadas por um reduzido número de estudantes, começavam a se encher; as portas gemiam ao abrir e fechar cada vez com mais freqüência até que o ruído tornava-se quase contínuo e a voz do conferencista tornava-se um rugir leonino, à medida em que ele se esforçava em vão para dominar o rumor das portas e dos pés.

Velloso, autor da magnífica *Flora Fluminensis* foi mais fortunado do que o baiano Rodrigues Ferreira, que tentou desenvolver ciência básica.

A ascensão da burguesia brasileira no século XIX iniciaria a busca de um ensino mais profissionalizante, seguindo a tendência da Escócia, com sua escola médica, da França e da Alemanha, com o ensino politécnico. Apenas, com um século de atraso.

Em 1746, Luis Antonio Verney editara 16 cartas, sob o título *Verdadeiro Método de Estudar*, onde criticava a pedagogia escolástica e autoritária dos jesuítas, que prevaleceria em Portugal até 1759. No Brasil colonial, o Estado aprendera o que a igreja já sabia: que a educação do povo é uma arma e, como disseram muitos, um perigo para a sociedade conservadora. A educação para a ciência criativa implica a formação do espírito crítico. E nem sempre a universidade é o lugar para isso. A substituição das galeotas por caravelas, que dariam a Portugal o domínio dos mares, não resultou de um projeto de pesquisa universitária, mas arrastou em seu bojo a revisão das noções de cosmologia, de cartografia, de navegação, de ecologia, de antropologia e da visão cosmológica e conceitual do universo.

Mesmo divorciados, o poder do Estado e a tradição religiosa aliaram-se para fazer com que o século XVIII, a meu ver, passasse à história como o correspondente ao final da idade média, no Brasil.

A lição da história

Riqueza não significa cultura, e cultura não é ilustração. Cultura é o conhecimento temperado pela reflexão e integrado a uma concepção holística do universo.

É grande a tentação para reconhecer, nas políticas científica e educacional vigentes no século XX, a cautela cardinalícia e a habilidade política do estadista Richelieu. Dirigir as massas é mais fácil do que argumentar com elas.

A mesma curiosidade que leva o cientista a analisar, testar e contestar teorias científicas, move-o a dissecar e argüir projetos e políticas oficiais.

Conhecimento é poder e poder intrínseco, que não depende de cargos ou posições hierárquicas. A autoridade da opinião culta não se demite por

decreto e não se reduz ou aumenta com o status funcional.

A riqueza das nações não se mede mais pelos números que traduzem suas reservas de recursos naturais, mas pela possibilidade e sabedoria em utilizá-las e transformá-las. Isto é, pelo número de cientistas e tecnólogos incorporados à sociedade (Goen *et ali*, 1990). Cientistas podem ser formados ou importados, mas a ciência só frutifica no solo fértil de uma sociedade organizada e receptiva.

Os primeiros movimentos de independência do jugo político colonial, no século XVIII, resultaram na atual dependência econômica e cultural, mais sutil e aparentemente menos sangrenta. Mas não há independência sem autonomia, nem autonomia sem cultura.

A história do século XX, a ser reescrita no século XXI com a ótica da visão retrospectiva e o benefício do conhecimento dos resultados dos processos agora em andamento possivelmente nos dará razão.

Da derrama, que foi a gota d'água que transbordou no movimento da Inconfidência Mineira, evoluímos para a dívida externa, que representa a sangria das reservas acumuladas pela produção nacional de produtos de tecnologia estrangeira. Da dependência cultural setecentista passamos à dos dias de hoje, quando a velocidade do desenvolvimento científico e sua tradução em novas tecnologias alarga progressivamente o fosso entre as nações desenvolvidas e as que se mantêm, eufemisticamente, em vias de desenvolvimento.

Bibliografia

ACKERKNECHT, E.H. La médecine hospitalière à Paris. (1794-1848). Paris: Payot, 1986. 296 p.

CABADÉ, A. Leçons sur les maladies microbiennes. Paris: Masson, 1890. 642 p.

CALDER,R. Science and man: an introductory essay. In: MÉTRAUX,G.S. & F.CROUZET, eds. The evolution of science. N.York: Mentor, 1963. 432 p.: XVII-XXXII.

CARRATO, J.F. Igreja, iluminismo e escolas mineira coloniais. S.Paulo: Editora Nacional/EDUSP, 1968. 311 p.

CRULS, G. Contos reunidos. R.Janeiro: José Olympio, 1951. 378 p.

EBY, F. História da educação moderna: séc. XVI - séc XX. P.Alegre: Globo,1978. 633 p.

FREYREISS, G.W Viagem ao interior do Brasil. S.Paulo: Itatiaia/EDUSP, 1982. 138 p.

GROEN, J; E.SMIT & J.EIJVOOGEL, eds. The discipline of curiosity. Amsterdam: Elsevier, 1990. 153 p.

KAGAN, J. Personality and the learning process: Daedalus, Cambridge, Summer, 1965 p. 553-563.

KNIGHT, D. The age of science. Oxford: Blackwell,1986. 251 p.

KOYRÉ, A. Estudos de história do pensamento científico. R.Janeiro:.Forense/ Universidade de Brasilia, 1982. 388 p.

KUHN, T.S. A estrutura das revoluções científicas. S.Paulo: Perspectiva, 1978. 257 p.

OSPOVAT, D. The development of Darwin's theory. Cambridge: Cambridge University Press, 1981. 301 p.

SAINT-HILAIRE, A. Viagem pelo distrito dos diamantes e litoral do Brasil. S. Paulo:Itatiaia/EDUSP, 1974. 233 p.

SARAMAGO, J. Memorial do convento. R.Janeiro: Bertrand, 1982. 357 p.

WALSH, W.H. Introdução à filosofia da história .R.Janeiro: Zahar, 1978. 203 p.

Estados Unidos e América latina: o declínio de uma hegemonia

(Parte I*)

Waldir José Rampinelli **

Resumo: A hegemonia norte-americana começa a sofrer seus primeiros questionamentos e desafios da America Latina no final da década de 50. A revolução cubana, os movimentos de enfrentamento, a chegada ao poder de Salvador Allende, a derrota na Guerra do Vietnã e o triunfo dos sandinistas determinam um declínio em sua política externa em toda a região.

Palavras-chave: Estados Unidos – América Latina – Hegemonia – Declínio

Abstract: United States hegemony was questioned and challenged in the end of the 1950's. The Cuban Revolution, demonstrations, Salvador Allende's rise to power, the defeat during the Vietnam War, and the triumph of the Sandinistas determined the decline in US foreign policy in the whole region.

Key-words: United States of America – Latin America – Hegemony – Decline

A política externa norte-americana é formulada por uma "classe superior", cujos membros freqüentam o *social register*[1], estudam em escolas privadas e universidades de elite, participam de clubes exclusivos, mantêm organizações culturais e filantrópicas e têm uma estratégia bem definida: a proteção e manutenção de seus privilégios econômicos. Esta classe quase não ocupa cargos burocráticos no governo

* A parte II será publicada na revista número 5.

** Professor do Departamento de História da UFSC, com mestrado em Estudos Latino-americanos na Universidade Nacional Altônoma do México.

1 Famoso guia social, criado em 1888, que registra os nomes de pessoas e famílias pertencentes à classe superior norte-americana.

pois dispõe daqueles que os exercem na defesa de seus interesses: "a elite do poder".

Portanto, esta "classe superior" detém "uma quantidade desproporcionada da riqueza do país, recebe uma parte desproporcionada da renda anual do país e proporciona um número desproporcionado de membros às funções de governo",[2] ou seja, uma elite que executa os planos do grande capital.

A "classe superior" tem mudado de estratégia e tática na consecução de seus objetivos. No tocante às relações com a América Latina, por exemplo, ela passou da política do *big stick* do início do século para a da "boa vizinhança" na década de 30.

Durante a política da "boa vizinhança",[3] criada e incentivada por Franklin Delano Roosevelt (1933), houve uma atitude mais amistosa com a América Latina, convertendo-se em aliança durante a Segunda Guerra Mundial. A cooperação de alguns governos latino-americanos, permitindo a construção de bases militares estadunidenses em seus territórios ou enviando soldados para lutar na Europa, foi uma prova de que os "bons vizinhos" se haviam tornado "bons aliados". No entanto, esta mudança não significou uma nova perspectiva para as relações interamericanas, já que à medida que avançava o conflito, os Estados Unidos se tornavam mais poderosos e ameaçavam dominar totalmente a região.

1. O imediato pós-guerra

Os Estados Unidos desenharam virtualmente a ordem do pós-guerra, que duraria ao redor de um quarto de século. Na Conferência de Bretton Woods os representantes norte-americanos estruturaram os fundamentos e a racionalidade da ordem econômica internacional, garantindo a primazia do interesse nacional de seu país; criaram o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial, assegurando o domínio de todo o sistema financeiro vigente;

---

2 DOMHOFF, G. William. ¿Quién gobierna Estados Unidos ?. 16ª edição. México: Século XXI, 1988. p. 20.

3 A política da "boa vizinhança" ou do "bom vizinho" foi a expressão pragmática da mudança que os Estados Unidos requeriam para as suas relações com a America Latina, tão violentadas por intervenções armadas, diplomáticas e financeiras, desde 1898, quando Washington transformou-se na capital da república imperial

substituíram a libra esterlina pelo dólar como moeda ordenadora do comércio entre as nações; estabeleceram os mecanismos para influenciar nos processos de reconstrução econômica dos países destruídos, conseguindo que Alemanha, Itália e Japão avalizassem a opção de um sistema capitalista e se tornassem futuros aliados de Washington no novo cenário mundial.[4]

A partir de 1945, com a Europa e o Japão em ruínas, Washington exerceu influência praticamente sobre todo o mundo, à exceção da União Soviética e seus aliados. Incentivado pelo aumento dos gastos de guerra, o PNB, medido em dólares de 1939, cresceu de 88,6 bilhões em 1939 a 135 bilhões em 1954 e a muito mais (220 bilhões) em dólares atuais. Mais da metade da produção total de manufaturas do mundo era feita dentro de suas fronteiras.[5]

Juntamente com os avanços econômicos houve um domínio abrumador de Washington no tocante à defesa e à segurança. Detinha o monopólio nuclear e assegurara tratados e alianças militares em quase todas as regiões do mundo. Criou, por exemplo, o TIAR em 1947, a OTAN em 1948, o ANZUS em 1951, o SEATO em 1953 e o CENTO em 1954.

Os Estados Unidos também garantiram a agenda política e diplomática ao fundar a Organização das Nações Unidas, na histórica Conferência de São Francisco, a partir de interesses e concepções dos países vitoriosos. O Conselho de Segurança, por exemplo, com direito a veto sobre as resoluções da nova entidade, estava integrado pelos Estados Unidos e mais três de seus principais aliados – Grã-Bretanha, França e China –, estando a União Soviética em uma posição isolada. É importante ressaltar que, no contexto da época, pelo reduzido número de países filiados a ONU, as vantagens norte-americanas eram ainda maiores pelo domínio quase total que exerciam sobre os votos latino-americanos.

A América Latina, região de influência hegemônica dos Estados Unidos, foi postergada a um nível inferior, já que Washington estava muito mais interessado na recuperação econômica e militar da Europa para fazer frente a uma possível expansão soviética. Apesar disso, os governos do subcontinente aderiram à Doutrina Trumann e à Guerra Fria, apoiando a estratégia de contenção da política exterior norte-americana. O TIAR e a OEA são

---

4 Veja-se CONNEL-SMITH, Gordon. Los Estados Unidos y la América Latina. México: Fundo de Cultura Econômica, 1977, pp. 217 e ss.

5 Veja-se KENNEDY, Paul. Auge y Caída de las Grandes Potencias. 2ª edição. Espanha: Plaza & Janes Cambio, pp. 443-444

entidades militares e políticas comandadas pelos Estados Unidos, cujo objetivo fundamental é o de reafirmar o domínio de Washington ao sul do rio Bravo.

No entanto, ao final da década dos 50, as relações entre os Estados Unidos e a América Latina se tornaram mais difíceis. Alguns governos latino-americanos estavam cada vez mais descontentes com a política norte-americana para a região. Prova disso foi o fracasso da viagem realizada pelo vice-presidente estadunidense Richard Nixon, em 1958, a sete países do subcontinente. A presença do representante norte-americano despertou o repúdio e a violência popular a tais níveis, principalmente no Peru e Venezuela, que o presidente Eisenhower enviou tropas à região do Caribe para proteger Nixon, caso fosse necessário. Esses acontecimentos foram um sintoma claro do descontentamento geral que permeava o continente latino-americano em relação aos Estados Unidos.

O presidente Juscelino Kubitschek escreveu ao mandatário estadunidense propondo a "Operação Pan-americana", cujo objetivo seria revitalizar o sistema interamericano através de medidas de cooperação econômicas e políticas. Inicialmente Eisenhower não deu muita atenção à proposta de Kubitschek. No entanto, em agosto de 1958, o governo dos Estados Unidos anunciou que estava disposto a considerar a criação de um banco interamericano. Após uma reunião informal dos ministros de Relações Externas da América Latina, realizada em setembro de 1958, pediu-se ao Conselho da OEA que constituísse um "Comitê Especial para Estudar a Formulação de Novas Medidas de Cooperação Econômica", posteriormente denominado "Comitê dos Vinte e Um". Em sua primeira reunião, realizada em Washington, de 17 de novembro a 12 de dezembro de 1958, decidiu-se pela constituição de um Banco Interamericano de Desenvolvimento.

Quando o "Comitê dos Vinte e Um" se reuniu pela segunda vez na cidade de Buenos Aires, de 27 de abril a 8 de maio de 1959, a Revolução Cubana já havia triunfado, marcando uma nova era nas relações dos Estados Unidos com a América Latina. A Operação Pan-americana de Kubitschek logo se transformou em Aliança para o Progresso com Kennedy, e a hegemonia norte-americana sobre o continente latino-americano, até então majoritária, começou a sofrer os primeiros percalços.

2. Os E.U.A. e a América Latina nos anos 60

Se o domínio dos Estados Unidos sobre a América Latina foi quase total desde o término da Segunda Grande Guerra até o final dos anos 50, na década dos 60 começam a surgir os problemas que vão determinar o ocaso da hegemonia de Washington na região.

2.1. A Revolução Cubana

O maior desafio à hegemonia norte-americana foi a Revolução Cubana. Historicamente, Cuba sempre fez parte da estratégia expansionista norte-americana, quer como uma estrela a mais em sua bandeira, quer como um país de soberania limitada. O interesse do presidente Thomas Jefferson (1801-1809) pela aquisição de Cuba; as primeiras gestões anexionistas do general Wilkinson, amigo e homem de confiança de Jefferson em Havana; a política da "espera paciente", "retenção da prenda em mãos débeis", "fruta madura", "destino manifesto"; a intromissão dos Estados Unidos na guerra hispano-cubana quando os mambises praticamente já a haviam ganho; a Emenda Platt; "las carboneras" ou estações navais e a base naval na Baía de Guantânamo,[6] são alguns dos fatos que indicam como aos Estados Unidos sempre lhes interessou Cuba.

Uma vez vitoriosa, a Revolução Cubana passou a questionar a hegemonia norte-americana sobre a Ilha, já que um de seus objetivos era a luta anti-imperialista. Os avanços e aprofundamentos do Movimento Revolucionário, inicialmente com medidas democrático- burguesas para logo adentrar ao campo da nacionalização da economia, foi o maior desafio sofrido até então pelos Estados Unidos na América Latina, e ademais, a apenas 90 milhas do império mais poderoso do mundo.

A partir de outubro de 1960 deu-se início à nacionalização da indústria, do comércio e dos bancos. Praticamente toda a economia passava a ser patrimônio do Estado. Suprimia-se a propriedade privada dos meios de produção, assim como seus correspondentes mecanismos e instrumentos financeiros e de mercado. A burguesia cubana, apêndice da norte-americana,

6 Sobre estes temas, veja-se a obra de Ramiro Guerra, La Expansión Territorial de los Estados Unidos. Havana: Editora de Ciências Sociais, 1975. Existem várias edições.

foi ferida de morte, já que os principais investimentos feitos em Cuba pertenciam a algumas corporações estadunidenses. O açúcar, por exemplo, principal produto de exportação, era controlado por capitais estrangeiros.

> "Se em 1914 o açúcar constituía 54% das exportações, em 1927 representava 88%. Se em 1906 os engenhos norte-americanos produziam 15% do açúcar cubano, em 1920 chegaram a 48% e em 1928, a 75%. Dos 175 engenhos existentes em 1927, 75 eram norte-americanos, 14 cubano-norte-americanos, 10 canadenses e o restante cubanos".[7]

A ruptura desta dependência econômica, de um dia para o outro, afetou interesses norte-americanos e constituiu um exemplo para toda a América Latina. Daí a invasão da Baía dos Porcos, o bloqueio econômico-comercial, a expulsão do governo cubano do sistema interamericano e toda uma campanha ideológica contra Fidel Castro.

Frente a esta mudança radical de Cuba, Washington adotou duas medidas: 1) começou a treinar, planificar, dirigir e financiar mercenários, através da CIA, para sabotar os avanços da Revolução Cubana. Dessa forma, a estratégia para a América Latina de "defesa externa" deu lugar à de "segurança interna", incluindo a imediata preparação dos exércitos para lutar contra a subversão dentro do subcontinente, começando para a região a era da "contra-insurgência" que eqüivale a dizer "contra-revolução"; 2) criou a Aliança para o Progresso que, junto com os programas de ação cívica militar, buscava neutralizar as causas econômicas e sociais que originavam as revoluções libertadoras no subcontinente.

A partir destes fatos, tanto o governo de Eisenhower como o de Kennedy intensificaram sua participação nos assuntos hemisféricos. Fundou-se o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID); aumentaram-se os programas de ajuda bilateral, principalmente com a região do Caribe, para contrastar a presença cubana; lançou-se, na Assembléia de Embaixadores Latino-Americanos, a Aliança para o Progresso e manteve-se uma verdadeira obsessão militar, econômica, ideológica e propagandística contra Cuba.

A Aliança para o Progresso, cujos objetivos eram implementar reformas econômicas para garantir a estabilidade política e militarizar para controlar a

---

7 PIERRE-CHARLES, Gerard. Génesis de la Revolución Cubana. 7ª edição. México: Século XXI, 1987, p. 31.

segurança, pretendia reafirmar a supremacia norte-americana sobre a América Latina na década que começava com um grande desafio: reverter, se possível, a Revolução Cubana, ou na pior das hipóteses, não permitir o surgimento de outra Cuba no subcontinente.

Alguns governos latino-americanos aceitavam a estratégia anticomunista da Aliança para o Progresso, porém, não o seu conteúdo reformista, como por exemplo, a reforma agrária. Daí o boicote ao programa.

Os Estados Unidos utilizaram-se da Aliança para o Progresso para interferir nos assuntos internos dos países, exigindo eleições e, em alguns casos, determinando o resultado das mesmas; implantando nos exércitos latino-americanos programas de ação cívica com o objetivo de mudar sua imagem de "gorilas" e defensores dos interesses oligárquicos e imperialistas; criando comitês nacionais de planejamento e exigindo a desvalorização da moeda; pressionando através dos mecanismos da oferta ou negativa de reconhecimentos diplomáticos; prestando ajuda econômiea e capacitação militar; manipulando os meios de comunicação em favor de seus interesses, enfim, tentando recuperar sua hegemonia, agora questionada pela Revolução Cubana.[8]

A expulsão do governo cubano da OEA[9], em 1962, não conseguiu enfraquecê-lo. Ao contrário, Cuba aproximou-se da União Soviética e do bloco socialista, com um Fidel Castro forte e desafiante à hegemonia estadunidense. Além do mais, à duras penas Washington conseguiu os votos necessários para a exclusão do governo cubano, indicando um enfraquecimento em suas relações com a América Latina.[10]

Durante a crise dos foguetes, em outubro de 1962, da qual Kennedy saiu aparentemente fortalecido, a grande ganhadora foi Havana, que não retrocedeu frente às fortes pressões norte-americanas. Cuba impôs-se como país soberano não permitindo a inspeção estadunidense – resultado dos

---

8 Veja-se LOWENTHAL, Abraham F. La Convivencia Imperfecta - los Estados unidos y La América Latina. Nova imagem, México: 1989. 50-51.

9 A 8ª Reunião de Consulta dos Ministros de Relações Externas celebrada em Punta del Este, em janeiro de 1962, impôs a Cuba sanções limitadas e expulsou o seu atual governo do sistema interamericano. A exclusão de Cuba não foi apoiada por seis países latino-americanos (Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Equador, México e obviamente Cuba) que representavam mais da metade da população de toda a América Latina.

10 À última hora o voto do governo haitiano foi comprado, totalizando os 14 necessários, graças a um empréstimo de 13 milhões de dólares oferecido pelos Estados Unidos. Veja-se BOERSNER, Demetrio. Relaciones Internacionales de América Latina. 1ª edição, São José: (Costa Rica), Editora Nova Sociedade, 1982, pp. 292-293.

acordos EE.UU.-URSS – às bases cubanas[11] e os Estados Unidos assumiram o compromisso com a União Soviética de não invadi-la e tampouco permitir que seus aliados o fizessem.[12] E uma vez passados os momentos de tensão que quase levaram o mundo a um conflito nuclear, Fidel Castro ressurgia mais forte, desafiando e vencendo 150 anos de hegemonia da Doutrina Monroe.

2.2. Movimentos de enfrentamento

Outro questionamento à hegemonia norte-americana foram as grandes manifestações anti-imperialistas de 9 e 10 de janeiro de 1964 no Panamá, com um saldo de 21 mortos e 300 feridos. Tais fatos despertaram o nacionalismo no istmo, sufocado pela oligarquia local e pelos Estados Unidos. Por causa deste incidente o Panamá rompeu relações diplomáticas com os Estados Unidos e os acusou de agressão no Conselho de Segurança da ONU e da OEA. Os Tratados Torrijos-Carter, assinados em setembro de 1977 e aprovados no mês seguinte pelo Senado norte-americano, tornaram-se possíveis graças ao fortalecimento do nacionalismo panamenho a partir dos acontecimentos de 1964, bem como ao incessante trabalho de política externa do general Omar Torrijos, buscando apoio na América Latina à devolução do canal aos panamenhos. Cabe lembrar que também nunca se perdeu a estratégia da possibilidade de destruição da via interoceânica, caso os Estados Unidos se recusassem a negociar.[13]

A invasão dos Estados Unidos à República Dominicana, em abril de

---

11 "Quando se falou de inspeção a Cuba, por causa da crise de Outubro, chegando a um acordo os soviéticos com os norte-americanos, aqueles prometeram a retirada com inspeção *in situ*, e nós dissemos: aqui não inspeciona ninguém e se acabou ! (aplausos). Esse foi um compromisso que se fez sem nos levar em conta e dissemos: Não, aqui não inspeciona ninguém". (discurso pronunciado por Fidel Castro no encerramento do V Congresso da Federação das Mulheres Cubanas em 7 de março de 1990. *Granma* (resumo semanal). 18 de março de 1990, ano 25/número11, suplemento especial, p.

12 "Temos arrancado dos Estados Unidos a obrigação de que não invadam Cuba e não permitam isto a seus aliados dos países da América Latina". KRUSCHOV, Nikita, carta de 30 de outubro de 1962, CARTAS ENTRE FIDEL E KRUSCHOV, publicadas pelo *Granma* (resumo semanal), 2 de dezembro de 1990, ano25/número 48, p. 3.

13 José de Jesús Martínez conta que quando Torrijos teve notícia de que o Senado norte-americano havia aprovado os Tratados Canaleiros apenas por uma diferença de dois votos, no mesmo dia o General panamenho dirigiu-se ao povo por rádio rádio e televisão dizendo que nem as Forças Armadas, nem os estudantes, nem o povo em geral, "devem perder a capacidade de destruir o Canal" Mi General Torrijos. México: Presença Latino-americana, 1988, p. 181.

1965, com mais de 20.000 *marines* para sufocar um possível golpe comunista – assim denominado pelo presidente Johnson – foi a primeira intervenção direta com tropas norte-americanas desde a política de "boa vizinhança" de Franklin Roosevelt. Nas intervenções anteriores (Guatemala em 1954 e Cuba em 1961) o governo estadunidense havia participado preponderantemente com recursos, assessoria, treinamento, planejamento e pessoal especializado no manejo de armas sofisticadas. A invasão a Santo Domingo reavivou o corolário Roosevelt à Doutrina Monroe e toda uma época de intervenções ocorridas na América Central e Caribe.

A nosso juízo, a magnitude da força militar transportada pelos Estados Unidos à República Dominicana; a desproporção militar entre os dois países; a estratégia política de usar o nome do organismo regional – a OEA – para a intervenção e a transformação de um caso local em continental, foram todos acontecimentos que tinham como objetivo fundamental mostrar à América Latina o poderio bélico de Washington e sua disposição de não tolerar outra "Cuba" no subcontinente, contrapondo-se, ao mesmo tempo, à influência de Havana e Moscou na região.

Finalmente, os Estados Unidos impuseram um governo pró norte-americano em Santo Domingo, porém, pagando um preço muito alto, interna e externamente, nas suas relações com a América Latina.

Ainda estavam latentes na memória dos latino-americanos os acontecimentos de Santo Domingo, quando em alguns países da região um grupo de militares nacionalistas chega ao poder: Juan Velasco Alvarado no Peru, em 3 de outubro de 1968; Juan José Torres na Bolívia, em 7 de outubro de 1970 e Guillermo Rodríguez Lara no Equador, em 15 de fevereiro de 1972.

Na realidade, o que caracterizou estes governos foi sua conduta nacionalista frente a uma burguesia-oligárquica *criolla* totalmente dependente dos interesses estrangeiros, incapaz de dar início a um projeto capitalista autônomo e desenvolvimentista e, além do mais, dilapidadora dos recursos de seus respectivos países em favor dos Estados Unidos e de outras potências regionais.

Dos três mandatários, o peruano foi o que mais avançou em seu projeto nacionalista. Velasco Alvarado, no sexto dia de seu governo, tomou militarmente o complexo petroleiro peruano dominado pela *Institute Petroleum Company (IPC)*, o símbolo da dependência do país a uma

empresa estrangeira. Apesar de ser um duro golpe para os interesses norte-americanos, Washington reagiu com cautela para evitar a "cubanização" do governo revolucionário, tentando solucionar as divergências pela via diplomática. No entanto, enquanto se debatia a expropriação da IPC, Velasco prendeu alguns pesqueiros norte-americanos que não respeitavam as 200 milhas marítimas. Frente a esse novo problema, os Estados Unidos aplicaram a emenda Pelly que proibia a venda de armas aos países que capturassem seus barcos fora da zona de 12 milhas. Tal medida levou o governo peruano a exigir a retirada da missão militar norte-americana e a suspender o convite a Nelson Rockefeller, enviado especial do presidente Nixon, para que visitasse o Peru.

Estes conflitos distanciaram os dois governos e o Peru adotou uma política externa mais independente e mais soberana. Sua natureza era terceiro-mundista, não-alinhada e destinada a diminuir a dependência externa. Aproximou-se e aumentou seu comércio com o bloco socialista reatando relações com a China e rompendo o bloqueio imposto a Cuba.

Com estas atitudes o autodenominado Governo Revolucionário das Forças Armadas (GRFA) buscava uma relativa independência dos Estados Unidos e suas corporações. Relativa porque, ao mesmo tempo em que o GRFA questionava a hegemonia estadunidense sobre alguns setores da economia do país, procurava conservar uma relação formal com os Estados Unidos, mantendo abertos os canais de negociação com Washington e os capitais imperialistas.

É importante destacar também que, na década dos 60, o Terceiro Mundo se fortaleceu com o aumento numérico de seus membros e a radicalidade política de suas demandas depois de um processo de descolonização que fez com que mais da metade dos autores nacionais que participavam do sistema de decisões internacionais fossem estados nacionais, recém-independentes, quer na África, Ásia, Oriente Médio e Caribe. A América Latina aproximou-se deste bloco, do movimento dos países Não-Alinhados e do Grupo dos 77. Houve um esforço, por parte da América Latina, para diminuir sua dependência econômica dos Estados Unidos, quer buscando uma frente comum para negociar, quer estreitando suas relações comerciais com outros países fora do hemisfério.

3. Os EUA e a América Latina nos anos 70

Não obstante a mudança substancial na política externa norte-americana com a União Soviética nos 70 – de um antagonismo oscilatório a uma estratégia de distensão – com respeito à América Latina pouco mudou.

Os três acontecimentos políticos mais importantes, relacionados ao declínio da hegemonia, foram a intervenção "encoberta" do governo de Washington na derrubada de Salvador Allende no Chile, a derrota no Vietnã e sua repercussão sobre as relações Estados Unidos–América Latina e, finalmente, a vitória da Revolução Sandinista na Nicarágua. Igualmente contribuiu para debilitar a hegemonia de Washington neste período a grande crise econômica de 1973-1974, a perda da competitividade no comércio internacional de manufaturas, a crise energética com o incremento dos preços do petróleo decretado pela OPEP, o aumento da capacidade militar da União Soviética, a crise de Watergate e, por último, o crescimento das atividades internacionais das nações do Terceiro Mundo exigindo uma nova ordem econômica mundial.

3.1. O caso Allende

O informe apresentado pelo Comitê Seleto de Inteligência do Senado norte-americano sobre o Chile, em 1975, esclareceu muitos pontos obscuros da política externa dos Estados Unidos para com a América Latina.

O documento dizia que durante uma década os Estados Unidos haviam levado a cabo sub-repticiamente uma campanha massiva e sistemática contra Allende e a esquerda chilena, na tentativa de impedir sua chegada ao poder. Igualmente revelava que o governo norte-americano promovera um golpe militar abortado e tentara o suborno para impedir que o Congresso chileno, com atribuições de colégio eleitoral, designasse formalmente a Allende.[14]

Uma vez eleito e designado pelo Congresso[15], o governo de Washington

---

14 Veja-se LOWENTHAL, Abraham F. op. cit. , p. 53.

15 Cabe ressaltar que Salvador Allende, postulado pela Frente de Unidade Popular à presidência da República - que incluía uma aliança de vários partidos políticos onde a hegemonia cabia ao Partido Socialista e Comunista - abria teoricamente um novo caminho, qual seja, o de ser o primeiro marxista em chegar ao poder através de eleições em um hemisfério hipoteticamente dominado pelos Estados Unidos . Foi um feito de transcendência universal e um revés para Washington, que considerava impossível que tal sucedesse.

lançou mão de todos os meios que estavam ao seu alcance para derrocar a Salvador Allende. Conseguiu seu objetivo em setembro de 1973, porém, a um preço muito alto. Os Estados Unidos investiram uma soma quantiosa na queda do governo constitucional do Chile, financiando atividades políticas entre trabalhadores, estudantes, mulheres, organizações profissionais, associações empresariais e outros grupos cívicos. Organizaram uma campanha desestabilizadora, no nível interno e externo, através da imprensa, paga e financiada pela CIA. Além do mais, os Estados Unidos usaram mecanismos para limitar os empréstimos externos dos organismos internacionais nos quais Washington tinha influência, sem deixar de alentar a fuga do capital nacional. O governo norte-americano igualmente passou informações distorcidas aos militares chilenos com o objetivo de alimentar receios e temores acerca de atividades subversivas cubanas. Financiou as atividades da oposição e em parte o terrorismo de direita. Conseqüentemente, Allende tinha uma forte oposição interna alimentada externamente, que foi decisiva para sua queda.

Duas atitudes de Allende desagradaram particularmente ao governo de Washington: as nacionalizações e sua política externa.

Com respeito às nacionalizações do cobre e demais riquezas básicas – como o ferro e o salitre – o governo da Unidade Popular decidiu recuperar para o Chile seu mais importante patrimônio mineral, ferindo profundamente os interesses norte-americanos que detinham o controle da produção. A nacionalização foi uma medida altamente revolucionária – as minas de cobre geravam 80% das divisas do país – pois resgatou das mãos das corporações estadunidenses tamanha fonte de lucros. E, ademais, foi uma expropriação sem compensação alguma àqueles que já haviam obtido lucros abusivos ao explorar a alta produtividade deste setor da economia chilena.

Quanto à política externa, o governo da Unidade Popular pautou-se de acordo com a Carta das Nações Unidas. Apoiou e defendeu os princípios de autodeterminação, de não intervenção, de igualdade jurídica e de respeito à soberania. Por isso, ampliou as relações diplomáticas e comerciais com vários países, como Cuba, a República Popular da China, a República Democrática Alemã, a República Democrática da Coréia e a República Democrática do Vietnã. Na América Latina, defendeu na OEA a redução de armamentos; lutou contra o atraso e a dependência a hegemonias estrangeiras; juntou-se à maioria das nações terceiro-mundistas participando do movimento dos países Não-Alinhados; questionou as relações dos Estados Unidos com a América Latina, expondo a crise insuperável do sistema interamericano e

sua expressão institucional – a OEA – derivada do desequilíbrio de poder existente entre ricos e pobres; denunciou a submissão do continente latino-americano, a qual não se modifica com a igualdade fictícia entre os Estados, já que ela tem uma raiz mais profunda, que arranca da política externa norte-americana ao tratar separadamente com cada um destes países debilitados, impondo desde cima sua vontade; apoiou, na ONU, o reconhecimento dos legítimos direitos da República Popular da China e condenou a guerra contra o Vietnã e sua extensão ao Camboja.[16]

Estas atitudes soberanas e independentes do governo da Unidade Popular causaram mal-estar nos Estados Unidos e em alguns regimes autoritários da América Latina. Daí inclusive a participação de alguns ditadores regionais – como por exemplo, Médici do Brasil – na queda de Allende.

3.2. A guerra do Vietnã

A derrota militar dos Estados Unidos no Vietnã – a síndrome do Vietnã – trouxe sérias conseqüências para o governo de Washington e suas relações com os países latino-americanos. A Casa Branca deixou de ser a "protetora" invencível do continente; alguns países ensaiaram uma política externa mais independente e de aproximação à Europa Ocidental, Oriental, Ásia, e outros começaram a reatar relações diplomáticas com Cuba. Além do mais, toda a campanha interna da sociedade norte-americana contra a guerra asiática passou aos povos da América Latina o quão injusta ela era e quão pesaroso e humilhante seria para um governo perdê-la em tais condições.

> "Fracassar no Vietnã seria para os Estados Unidos uma demonstração de que ainda uma intervenção massiva da nação mais poderosa na história do mundo resultaria insuficiente para deter as revoluções na realidade populares de tipo social e nacional em todo o mundo. O descobrimento desta debilidade norte-americana eqüivaleria a uma degradação dos Estados

16 Veja-se ELGUETA B, Belarmino & CHELÉN R, Alejandro. Breve Historia de Medio Siglo en Chile. In: GONZÁLEZ CASANOVA, Pablo. América Latina: Historia de Medio Siglo. (org.). 6ª edição, México: Século XXI, vol. 1, p. 268.

Unidos em seu presente papel de superpotência dominante no mundo".[17]

O Vietnã deu uma lição ao mundo, e de maneira muito particular aos países pobres, de que a grande superioridade em armas e a grande produtividade econômica não significa necessariamente efetividade militar, sendo possível vencer uma potência, por mais poderosa que seja, quando por detrás de toda esta luta exista um trabalho de convencimento ideológico, como o realizado por Ho Chi Min.

3.3. A Revolução Sandinista

O terceiro acontecimento mais importante dos 70, relacionado com o questionamento à hegemonia norte-americana, foi o triunfo da Revolução Sandinista. Desde a tomada do poder por Fidel Castro, em 1959, não havia acontecido um feito de tão grande transcendência. A posição dos Estados Unidos ficou enfraquecida frente à América Latina com a vitória Sandinista, levando-se em conta que a dinastia dos Somoza, no poder desde 1933, era apoiada e mantida pelo governo de Washington.

Em junho de 1979, quando os representantes dos governos na OEA se reuniram para analisar a crise nicaragüense, o secretário de Estado Cyrus Vance apresentou a posição estadunidense. Pediu o repúdio coletivo à ditadura de Somoza, solicitou que uma comissão da OEA negociasse a transição política na Nicarágua e que uma "força de paz" multilateral restaurasse a ordem no país. Em contraposição ao ocorrido na invasão da República Dominicana, quando a OEA se portou como um organismo a serviço dos interesses hegemônicos de Washington, desta vez, ensaiando uma posição menos dependente, rejeitou a proposta do secretário Vance. Então, o governo estadunidense viu-se obrigado a aderir ao plano opcional dos países andinos,[18] deixando aos sandinistas o caminho aberto para a tomada do

---

17 KOLKO, Gabriel. Raíces de la Política Exterior Norteamericana. Colômbia: Editora A Ovelha Negra, 1972, p. 159.

18 Os países do Pacto Andino [Peru, Bolívia, Equador, Colômbia e Venezuela] apresentaram uma proposta alternativa à de Washington, a qual recebeu o apoio da maioria dos países latino-americanos obrigando o governo dos Estados Unidos a aceitá-la para não ficar isolado. A proposta aprovada pontualizava o princípio da não-intervenção e autodeterminação dos povos e reivindicava o direito dos nicaragüenses de resolver por própria conta a crise que enfrentava.

poder. A posição de alguns governos latino-americanos frente ao caso nicaragüense desestimulou uma possível intervenção armada norte-americana para manter um somocismo sem Somoza.

A Frente Sandinista de Libertação Nacional (FSLN) proclamou no mesmo ano do triunfo o caráter da revolução nicaragüense: democrática, popular e anti-imperialista, questionando a hegemonia estadunidense sobre o país desde meados do século XIX. A Nicarágua Sandinista adotou uma política exterior independente dos Estados Unidos, ingressando no movimento dos países Não-Alinhados e passando a ser uma nação soberana no "quintal" norte-americano.

Em resumo, o investimento aplicado no Chile para derrubar o governo Allende, a derrota no Vietnã com suas repercussões sobre a América Latina e o triunfo da Revolução Sandinista foram acontecimentos que demonstraram a debilidade do império frente às mudanças políticas revolucionárias. Igualmente ficou evidenciado que o cenário, antes tão submisso e dócil aos interesses hegemônicos da Casa Branca, paulatinamente começava a escapar-lhe das mãos.

indicando ser necessária a "exclusão definitiva e imediata do regime somocista" e a instalação de um governo democrático e respeitoso dos direitos humanos. Veja-se LOZANO, Lucrécia. De Sandino al Triunfo de la Revolución. México: Século XXI, 1985, pp. 270-271

O "lugar" do real no pensamento de Baudrillard*

*Cynthia Machado Campos***

Resumo: Este ensaio pretende perceber o lugar que Jean Baudrillard delega às noções de "real"e "realidade", e apreender a maneira pela qual essas duas inter-relacionam-se e vinculam-se ao campo das representações da produção de imagens ou ao imaginário.
Palavras-chave: Imaginário – Realidade – Representações
Abstract: This article seeks to understand the importance that Jean Baudillard places on the notions of "real" and "reality". These two notions are related to the field of representations of the productions of images and imagery.
Key-words: Imaginary – Reality – Representation

Tão logo nos é colocada a proposta de um ensaio que tome como ponto de partida a leitura da obra de Jean Baudrillard, parece-nos um exercício sem sentido aquele que não vincular a discussão em torno dos "simulacros e simulações", com uma preocupação que vem sendo motivo de debates historiográficos que se referem à produção do conhecimento histórico. Nesse sentido, uma série de questões coloca-se no momento em que o historiador vê-se diante da possibilidade de proceder uma pesquisa: O objeto do conhecimento histórico é real ou é construído? O papel do historiador é desvendar o real ou construir uma ficção? A história é um resgate do passado ou uma construção do presente?

* Este texto toma como base de análise o livro BAUDRILLARD, Jean. Simulacros e simulação. Lisboa: Relógio D'água, 1991.

** Professora de História da UFSC e doutoranda em História da UNICAMP

Interessa-nos, sobretudo, quando as preocupações historiográficas deslocam-se para o campo das representações simbólicas, das imagens produzidas e da constituição de uma esfera imaginária; e perceber o lugar que diferentes pensadores delegam às noções de "real" e de "realidade". Motiva-nos apreender a maneira pela qual essas duas noções inter-relacionam-se e como vinculam-se ao campo das representações, da produção de imagens ou, conforme expressão de Castoriadis, da "instituição imaginária".[1]

Quando a preocupação detém-se na esfera imaginária, outras questões aparecem, vinculadas a preocupação em definir se o campo do imaginário é instituído ou instituinte, se contém o real ou se nele está contido, se é efetivamente real ou se o real encontra-se numa outra esfera, conforme noção permanentemente difundida pelo pensamento marxista e por outros pensadores contemporâneos de Marx. Interessa-nos perceber, nos estudos recentes, sobretudo naqueles interessados em investigar a esfera imaginária, se a noção de "real" e "realidade" perde-se ou mantém-se.

A investigação junto ao pensamento de Baudrillard torna-se mais significativa se levarmos em conta a nossa intenção de pesquisa histórica. Pretende-se adotar um procedimento que tenha como ponto de partida a contraposição de textos emitidos por diferentes grupos sociais, evidenciando a possibilidade de perceber os embates entre estes grupos nos parâmetros de lutas de representação. E aqui coloca-se uma outra questão, vinculada às preocupações de caráter teórico, que nos motiva a empreender uma investigação nos estudos procedidos por Baudrillard: as lutas de representação, ou as "lutas simbólicas". Estas lutas poderão ser consideradas nos seus fundamentos "efetivamente reais" e ligadas a "efeitos econômicos"[2]. Nesse sentido, ganha significado a discussão em torno da esfera do real, do seu lugar e do seu estatuto no pensamento contemporâneo e na historiografia recente.

Aparece também, como perspectiva de análise da obra de Baudrillard, a dimensão histórica que perpassa a noção dos "simulacros". Desta forma, é fundamental que tenhamos como referencial as relações da obra do autor com o momento histórico em que foi produzida, e as relações dela com uma época histórica que alguns chamam de "pós modernidade" e que outros negam-se a tomá-la enquanto tal, certamente em razão dos comprometimentos

1 CASTORIADIS, Cornelius. A instituição imaginária da sociedade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

2 BOURDIER, Pierre. O poder simbólico. Lisboa: Difel, 1989. p. 124 - 129.

teórico-metodológicos que envolvem o conceito.

Considerando-se a historicidade da discussão, é possível definir a dominação dos simulacros como um momento "historicamente datável", contemporâneo à conquista do espaço, à utilização da máquina cibernética e do computador e ao domínio da "metatécnica".[3] Indo mais além do que pretende o autor na contextualização da "era dos simulacros", é possível situá-la numa esfera que se relaciona ao império da industrialização sofisticada, à massificação e planetarização do consumo de mercadorias, ao investimento em publicidade para a sedução, e à utilização de variadas técnicas de envolvimento afetivo entre consumidor e produto.[4]

Para Baudrillard, simulacro é modelo, e "era dos simulacros" é aquela onde os modelos predominam, ou "precedem o real"[5] ou que o referente é o próprio modelo. E aqui manifesta-se uma tendência no sentido de abolir a distância entre o real e o imaginário. Esta tendência acentua-se historicamente: real e imaginário interpenetram-se e suas fronteiras tendem a desaparecer. Iniciando em um momento ao qual Baudrillard refere-se como sendo o da "utopia", passando por um estágio intitulado "ficção científica" até aquele em que predominam os "modelos", tende-se a uma absorção do distanciamento entre real e imaginário: "ela (esta distância) é máxima na utopia (...) reduz-se de maneira considerável na ficção científica e reabsorve-se totalmente na era implosiva dos modelos"[6].

Nessa distinção fundada historicamente, o autor identifica, primeiro, uma postura metafísica, própria daqueles que destruíam imagens acreditando que estas nada escondiam, mas, ao contrário, que mantinham o fascínio por si próprias, constituindo-se em simulacros perfeitos da existência do Deus. Em seguida, evidencia uma crença na representação, desde os iconolastras, que tomavam as imagens enquanto reflexo da existência do Deus, ou de religiosos que, embora não acreditassem particularmente na representação, continuavam cultuando-a como forma de manter acesa a crença ou de "manipular consciências"[7]. A crença na representação, sempre fundamentada na noção de que o símbolo detém o poder de remeter para alguma coisa mais profunda, amplia-se para além dos limites das preocupações religiosas,

3 BAUDRILLARD. op. cit. p.157-157.
4 PROENÇA FILHO, Domício. Pós Modernismo e Literatura. S.Paulo: Ática, 1988. p. 36.
5 BAUDRILLARD. op. cit. p.26.
6 Idem p.152.
7 Idem p. 12.

e impõe-se, enquanto uma esfera mediadora do real ou enquanto uma possibilidade de torná-lo perceptível. A representação adquire, na história, uma conotação dialética, como equivalente ao real. Esta equivalência poderá estar regida pelo princípio da verdade ou da falsidade, poderá ser tomada como reflexo da realidade ou como mascaramento da existência ou da não existência desta mesma realidade.[8]

A história da imagem tende a adquirir nos dias de hoje uma conotação semelhante àquela verificada entre os iconoclastas, ou seja, impõe-se cada vez mais a noção do simulacro: perdem-se as relações de referência e de equivalência, perde-se a noção de aparência, ou a possibilidade de efetuar-se a troca do signo pelo real. [9]

Então, o que aqui importa discutir, para o historiador preocupado com a natureza do conhecimento histórico e com a história da ciência ou do conhecimento científico, é o momento que tem como fundamento uma globalização da informação e de modelos em que a realidade está sendo criada em laboratórios científicos ou através dos meios de comunicação de massa. É esse o momento da "precessão do modelo", que, conforme Baudrillard, não fundamenta-se em fatos preexistentes, mas, ao contrário, fabrica os fatos.[10] Este momento parece corresponder a uma "desmaterialização do mundo real"[11] ou a uma situação em que a "ação televisiva é capaz de *criar eventos*"[12].

As "realidades criadas" divergem daquela velha noção de realidade própria do período em que predominava a "ficção científica" ou, conforme o autor, daquele momento em que "o território" ainda precedia o "mapa"[13]. Agora, com a intervenção permanente dos meios de comunicação sobre o quotidiano dos homens, esta situação faz emergir realidades que não são verdadeiramente "reais". Os eventos criados assemelham-se mais a "modelos", que atuam sobre o real (ou sobre o mundo material, como designariam os descendentes de Marx), produzindo novas "realidades". O "modelo" pode ser o do computador: os *softwares* tendem a difundir linguagens que circulam rapidamente nos mais diferentes espaços sociais ou individuais.

---

8 Idem p. 13.
9 Idem .
10 Idem p. 26.
11 PROENÇA FILHO, Domício. op. cit. p. 36.
12 Idem p. 37.
13 BAUDRILLARD. op. cit. p.8.

Nesse momento, ressaltam-se a ambiguidade do discurso, a confusão dos fatos e a contradição das situações.[14] Torna-se impossível determinar posições, identificar posturas: as referências misturam-se, os significantes circulam sem possibilidades de definição. O cenário confunde-se. Na ânsia da salvação, invertem-se os papéis que se impõem pelos seus opostos: a negação afirma, o outro reforça a imagem de si mesmo, a morte significa sobrevivência.

Não entenda-se esta situação como vivência da realidade pela ilusão, ou da ilusão como realidade.[15] Ao contrário, na impossibilidade de proceder-se a tradicional separação entre ilusão e realidade, e sendo a ilusão um princípio que tem como fundamento a existência do real, torna-se inevitável a perda de qualquer referencial ilusório, já que seu contraponto necessário – a realidade –, não existe mais enquanto referência.

E aqui caberia discutir dois conceitos explicitados por Baudrillard, que são fundamentais para a caracterização desta "era" histórica mais recente: a noção de simulacro e a noção de hiper-realidade. A noção de simulacro parece ser, em Baudrillard, mais ampla que a segunda, envolvendo situações tanto criadas pelos meios de comunicação de massa, como pelos computadores, laboratórios, como pela indústria de consumo. O simulacro equivale à noção de modelo, que poderá ser hiper-real.

A hiper-realidade é resultado de uma busca frenética da referência perdida pela sociedade contemporânea. É a exacerbação do real. O real é inflacionado e levado para além da sua existência. Tenta-se encontrar, "alucinadamente", uma semelhança com o real.[16] Na ânsia por esta identificação valem todos os meios: o poder é substituído pelo signo do poder.

Na política sobrevivem os fantoches diante da morte dos "verdadeiros" políticos. É a TV quem produz o fantoche e a verdade, ou melhor, transforma em verdade aquilo que veicula. Além desta, a TV produz uma outra situação: faz circular a informação a ponto de transformar o espectador em emissor e o emissor em receptor. O lugar do olhar, antes absoluto, que se concentrava num ponto focal fixo; com a circulação da informação, relativiza-se: a "instância" do olhar já não existe mais; e o

14 Idem p. 26-27.
15 Idem p. 28-29.
16 Idem p. 34.

"lugar" do poder, do saber e da informação, será "qualquer" lugar.[17]

Esvaziado o conteúdo da política, a falta de substância se estenderá para o espaço da história. A referência aos mitos não terá mais, como antes, seu lugar garantido na história, fazendo-se presente numa fábrica de simulacros: o cinema.[18] Assim, a história, que marcava uma presença mesmo que fosse através da violência, estará, agora, ausente da vida dos indivíduos, recolhendo-se a uma aparição momentânea no monumento, no congresso ou no cinema.[19]

Junto com o real, perde-se também a referência à razão, tão forte na modernidade. O mundo construído sobre o pedestal da razão desmorona-se junto com as referências ideológicas que o sustentavam. É o fim das ideologias. É a morte do debate ideológico polarizado que dá lugar a emergência do conceito difuso de imaginário.[20]

Acompanhando a perda das referências históricas, políticas, ideológicas e racionais, está também a perda dos princípios e valores anteriormente conservados. A teoria é um destes princípios, que teve sua importância enquanto gênero[21] marcada durante o período que coincide com a ficção científica e, com ela, cedeu lugar à emergência do simulacro. A própria noção de "teoria" pressupõe uma separação ou um distanciamento em relação a uma outra instância que os marxistas chamaram de "praxis", e que se constitui no ponto que estabelece ligações com a noção de realidade. O fim do distanciamento entre real e imaginário e entre realidade e utopia, corresponde também ao fim da tradicional oposição teoria x práxis, manifesta no corpo de referências que movimentou reflexões e ações de teóricos e militantes de esquerda durante gerações.

Diante da nova configuração do mundo contemporâneo, que é dominado pelo princípio da simulação; o real perde o significado adquirido no momento em que esteve referenciado no princípio da realidade, com bases fundadas na teoria e na ciência-ficção: "o mapa, agora, é quem precede o território"[22]. O real terá o mesmo estatuto que o imaginário

---

17 Idem p. 42-43.
18 Idem p. 59
19 Idem p. 61.
20 Baudrillard refere-se ao imaginário como uma instância que, tal como o cinema, perdeu sua relação "viva, dialética, plena", e estaria agora colocado nos quadros do "romanesco, do mítico, da irrealidade". Idem p. 64.
21 Idem p. 151.
22 Idem p. 8-153.

possuía anteriormente: o de utopia. Essa utopia, entretanto, esclarece o autor, não é uma utopia possível, mas sim algo que perdeu-se: o real é tratado como objeto perdido, ele estará "no deserto"[23]

E aqui cabe-nos esclarecer alguns pressupostos em que baseia-se Baudrillard e que poderão ser úteis para evidenciar as questões levantadas pelos seus textos:

• a referência ao real, embora presente enquanto discussão central que perpassa os textos, tende a perder-se historicamente: a referência ao real fica cada vez mais distante para os modelos criados pela sociedade contemporânea.

• em uma sociedade na qual a referência ao real é constante, o princípio da realidade adquiriu máxima significação, o imaginário tornava-se uma espécie de contraponto obrigatório: partia-se sempre do real para a esfera imaginária, fabricando-se o irreal com suas bases muito bem fundadas no princípio da realidade.

• a sociedade contemporânea corresponde ao fim do limite entre a esfera do real e a esfera do imaginário. Tende-se a perder o dado de realidade, tal como concebido anteriormente, e a afirmar-se uma outra esfera, que parte de um espaço simulado: a esfera da hiper-realidade, do hiper-real. O espaço humano, desta forma, torna-se irreal. Rompem-se as barreiras entre o que é "verdadeiro" e o que é "falso": o simulacro institui o real.[24]

• invalida-se o procedimento herdado do racionalismo cartesiano de busca das "causas objetivas" dos fenômenos, porque aquilo que é "produzido" não poderá ser desvinculado daquilo que é "verdadeiro"[25].

Finalmente caberia aqui, motivados pela nossa intenção de pesquisa histórica, evidenciar o procedimento a ser adotado em relação ao conhecimento histórico, exercício este que nos possibilitará, por sua vez, situar-nos diante do texto de Baudrillard aqui estudado.

A análise dos textos a ser procedida estará referenciada nas lutas de representação e, evidentemente, nas suas vinculações. Para isto estaremos

---

23 Idem p. 8.

24 Idem p.9.

25 Esta noção de verdade refere-se àquela velha separação entre o real – verdade por um lado, e o imaginário – ficção por outro lado. Idem p.10.

fundamentados em análise de discursos. O procedimento do historiador aqui não será aquele de "checar" as fontes, no sentido da sua veracidade ou não em relação ao real, nem o de "tentar" perceber o que as fontes puderam "encobrir" ou deixaram de "falar".

Isto significa que os textos não serão tomados enquanto indicativos de ideologias que possam "camuflar" ou "refletir" uma "dada" realidade, nem de representações que se inserem numa esfera separada daquela em que se encontra o real.

Ao contrário, na análise dos diferentes discursos que emergem dos textos, estaremos trabalhando com versões diferenciadas, que se constituirão ao mesmo tempo em distintas representações acerca do objeto de estudo e que, confrontadas, evidenciarão lutas entre projetos distintos. Neste sentido, estaremos também buscando os interpretantes e os significados que atribuem às suas falas. Estas falas serão tratadas em seu caráter de materialidade e abstração, em um campo onde real e representação ora evidenciam-se em seus diferentes aspectos, ora interpenetram-se, não sendo possível para o historiador, nestes casos, demarcar as suas fronteiras.

O real dá-se ao olhar: perspectiva e visualização da verdade nas imagens da Renascença*

*Henrique Luiz Pereira Oliveira***

Resumo: Este artigo aponta para a simultaneidade do processo de criação de imagens e do processo de objetivação de um mundo real. Busca-se focalizar o papel das técnicas de produção de imagens na constituição daquilo que passou a fundamentar o modo verdadeiro de apreender o real no Ocidente.

Palavras-chave: Renascimento – Imagem – Espaço – Olhar – Verdade

Abstract: This article points out to the simultaneousness of the process of image creation and of the processes of materialization of the real world. Focus is placed on the role of techniques for the production of images used in the true learning processes of the West.

Key-words: Renaissance – Images – Space – Truth

Verdade, objetividade e realidade passaram a circular como sinônimos para designar *aquilo que é*, independentemente das idiossincrasias do sujeito que observa, no decorrer de um processo no qual o período conhecido por Renascimento teve uma

* Este artigo é parte de uma pesquisa iniciada no primeiro semestre de 1991, com o objetivo de pensar a produção artística como fonte para a pesquisa e ensino da História. A pesquisa desenvolvida foi teórica e experimental, visto que, lecionando a disciplina de História da Arte foi possível aplicar diversas experiências metodológicas, desenvolvidas também em palestras, cursos, oficinas e na produção de um documentário em vídeo.

** Professsor do Departamento de História da Universidade Federal de Santa Catarina.

importância capital[1]. Com base em alguns artifícios mobilizados no início da Idade Moderna, foi possível atribuir às imagens, criadas pela ação humana, a capacidade de descrever de modo objetivo o mundo visível e, reciprocamente, através destes artifícios, utilizados na confecção de imagens, foi possível construir um novo estatuto de realidade. Para que a experiência da visão se tornasse, como se tornou no Ocidente, o sentido fundamental na apreensão do mundo objetivo, foi preciso sedimentar um sistema capaz de garantir a correspondência entre o real e o visível. Ao mesmo tempo, através das regras dos cânones e técnicas de construção das imagens, foram sedimentados os princípios para garantir uma filtragem dos dados da percepção, de modo a estabelecer quais são verdadeiramente os dados objetivos da experiência. A definição de um território da experiência como sendo *o visível* foi a grande fundação moderna. A verdade, entendida como objetividade separada dos afetos, é que passou a ser o critério de produção e de validação do conhecimento. Ora, como se produz objetividade? Melhor dizendo: através de que práticas as sociedades constituem seus modos de objetivação? Como a diversidade e o *ruído* da experiência (com toda a sua gama de afetos) puderam engendrar um mundo objetivo? Como pôde surgir um mundo que um grupo social dispõe como existente e verdadeiro para todos?

Fundamentalmente através das imagens. É isso que veremos na Renascença, época em que se difundiu um modo muito específico de produção de objetividade, ou daquilo que passou a ser concebido como tal, daquilo que se configurou no Ocidente como apresentando a condição necessária e suficiente para substancializar a verdade objetiva.

Constitui-se com o Renascimento a possibilidade de construir o catálogo racional, a coleção sistematizada das coisas do mundo, separadas das afecções e dos elementos subjetivos. Dois artifícios tiveram importância estratégica neste processo: as técnicas de reprodução (gravura e imprensa) e as técnicas de perspectivação (incluindo aí os cânones e os modos de utilização da perspectiva, bem como os diversos engenhos utilizados para orientar a visão no ato de captura das imagens do mundo). As técnicas de gravura possibilitaram a reprodução seriada e a difusão ampliada dos novos cânones de elaboração de imagens, garantindo pela reprodução a estabilidade, a fixação destes cânones; a perspectiva possibilitou que se dotasse as imagens de regras

[1] Não é o objetivo deste artigo discutir as diferenças entre os modos de objetivação desenvolvidos no Renascimento e aqueles que marcaram o Ocidente a partir do século XIX. O intuito é mostrar uma fundação.

internas capazes de garantir a correspondência entre as suas formas e as dimensões daqueles elementos que passaram a ser considerados fundamentais na apreensão visual do real. A partir do Renascimento foi possível estabelecer um *sistema de correspondência* entre as imagens *emanadas pelo real* e as imagens *produzidas por obra humana*, sistema que fundamenta a produção de imagens no Ocidente até os dias de hoje, ainda que os artistas do século XX tenham exercitado a sua dissolução na prática da pintura.

Não se trata aqui de verificar como, através das imagens, foram produzidas representações da verdade, do real ou daquilo que era efetivamente o dado objetivo, trata-se de pensar as imagens não como representação, mas como a própria construção da possibilidade de existência de um mundo objetivo, real e verdadeiro. O Renascimento possibilita uma posição singular para forjar uma *perspectiva* que se desloque de uma abordagem estritamente representacionista[2] da imagem. Ainda que a seqüência histórica tomada pelo Ocidente buscou garantir um estatuto diferencial entre a imagem e o real (na medida em que a imagem é apenas uma imagem, apenas uma representação do real), há uma promiscuidade entre imagem e real, bastante visível no Renascimento; promiscuidade que a naturalização da separação entre imagem e real impede-nos de ver na sua amplitude contemporaneamente. Mas o que é real para nós senão aquilo que possa ser assegurado por uma imagem que permaneça, que possa ser vista e revista por um conjunto de pessoas? Esta imagem, que pode ser vista e revista, precisa ser registrada através de um conjunto de artifícios (práticas de magia[3]) que garantam sua coerência com aquilo que admitimos como sendo o real. Quer-se com isso dizer que a relação contemporânea com o realismo da imagem, ainda que tenha a sua distância do real garantida por estatuto, é uma persistência estardalhante do vínculo de co-nascimento do real e da imagem. Os critérios de realismo asseguram esta persistência *mágica* da geração simultânea da imagem e do real, este

2 Referenciando-se em análises de Jean-Pierre Vernant sobre as mudanças no estatuto da imagem ocorridas na Grécia Antiga, Elsje Lagrou, em um estudo sobre a experiência e a arte visual dos Kaxinawá, demarca aspectos importantes para a constituição de uma abordagem não-representacionista das imagens, ainda que trate de uma questão bastante diversa daquela tratada no presente artigo. "(...) a imagem de uma coisa partilha na essência da coisa. A imagem funciona como um duplo no sentido que presentifica de maneira metonímica o que visualiza. Está ligada a seu modelo, não por mera semelhança ou simultaneidade, mas por contigüidade de substância, essência e qualidade." LAGROU, Elsje Maria. Caminhos, duplos e corpos: a experiência visual entre os Kaxinawá. Inédito, 1992-93.

3 A persistência do caráter mágico da imagem no Renascimento, de modo evidente nos pintores influenciados pelo neoplatonismo, é um aspecto de suma importância; entretanto é impossível neste artigo abordar esta questão.

referenciamento mútuo.

O Renascimento é estratégico para pensar este co-nascimento porque permite passar de uma análise histórica da lógica do espírito, enquanto uma instância que busca aproximar-se do real, para uma análise da logística do espírito, das suas misturas estratégicas e dos diversos aliados, humanos e não-humanos, mobilizados na formação do espírito e na objetivação do real. Estas misturas são evidenciadas através da difusão, neste período, de um conjunto de *tecnologias intelectuais*, fundamentais na formulação da verdade e na constituição dos tipos humanos no Ocidente Moderno.

Imagem e contexto

Uma via teórico-metodológica bastante profícua para pensar as imagens, dentro de uma abordagem histórica não restrita à representação, foi desenvolvida por Michael Baxandall[4]. Este autor chama a atenção para o modo como os estilos dos pintores integram um conjunto de capacidades visuais, desenvolvidas nas diversas experiências da vida quotidiana. Evidenciando como a vida social, religiosa e comercial da Renascença orienta o modo dos pintores solucionarem as imagens, Baxandall salienta que estudar tais implicações supõe "que se estabeleça uma relação entre o estilo de pintura e a experiência resultante de atividades tais como pregar, dançar e medir barris"[5].

O quê e como uma imagem nos informa sobre a época em que ela foi produzida?

> "Uma sociedade desenvolve suas próprias capacidades e seus próprios hábitos, os quais têm uma dimensão visual, uma vez que o sentido da visão é o principal órgão de experiência, e essas capacidades e hábitos visuais tornam-se parte integrante do meio de expressão do pintor; da mesma forma, um estilo pictural dá acesso às capacidades e aos hábitos visuais e, através destes, à experiência social típica de uma época. Um quadro antigo é um documento de uma atividade visual."[6]

4 BAXANDALL, Michael. O olhar renascente: pintura e experiência social na Itália da Renascença. Trad. Maria Cecília Preto da Rocha de Almeida. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

5 Idem, p. 10.

6 Idem

Ao mesmo tempo que aponta para as potencialidades dos documentos iconográficos, Baxandall adverte para algumas leituras que empobrecem as informações contidas nestes documentos, justamente por não levarem em conta o caráter histórico e social dos estilos picturais.

> "Deve-se aprender a lê-lo, da mesma forma que se deve aprender a ler um texto proveniente de uma outra cultura, mesmo quando se conhece, de forma limitada, a língua: tanto a língua como a atividade pictural são atividades convencionais, e há várias formas, que devemos evitar, de se servir dos quadros com resultados desastrosos. Não se deve abordar a pintura de uma forma vulgar e estreita, como simples história social ilustrada, apta a fornecer imagens do tipo 'um comerciante da Renascença cavalgando em direção ao mercado' e assim por diante; evitando ainda, com relação a isso, fazer analogias fáceis entre ambientes 'burguês' e 'aristocrático', de um lado, e estilos 'realista' ou 'idealista', de outro."[7]

As mudanças nos estilos pictóricos têm sido freqüentemente explicadas a partir das transformações ocorridas no contexto, geralmente considerado sob os aspectos sócio-econômicos, políticos ou religiosos. Por uma opção metodológica, no lugar de pensar as mudanças nas formas das imagens como reflexo de um determinado contexto, trata-se aqui de pensá-las como produtoras – produtoras de atributos humanos e de verdades. As imagens produzidas nos séculos XV e XVI, conforme veremos adiante, redefinem o que é *ver* e *o que existe para ver*, constituindo literalmente uma nova visão de mundo.[8] Trata-se assim de analisar as formas de construção de imagens típicas de uma época, tendo em conta o seu percurso diacrônico e os eventos sincrônicos excitados por elas.

Se as soluções formais adotadas na produção plástica de uma determinada sociedade são resultantes da constelação de condições disponíveis, são também produtoras de novas situações. Em suas reflexões sobre as implicações da informática na *ecologia cognitiva* contemporânea, Pierre Levy desloca a noção de contexto.

---

7 Idem, p. 225-226.

8 LATOUR, Bruno. "Les 'vues' de l'esprit: une introduction à l'antropologie des sciences et des techniques". In: Culture Technique, nº 14, 1985. p. 13.

"Mais uma vez é preciso inverter completamente a perspectiva habitual segundo a qual o sentido de uma mensagem é esclarecido por um contexto. Diríamos antes que o efeito de uma mensagem é o de modificar, complexificar, retificar um hipertexto, criar novas associações em uma rede contextual que se encontra sempre anteriormente dada."[9]

De um condicionador dos acontecimentos, o contexto passa a ser problematizado como algo que se produz no acontecimento, aquilo que reverbera no acontecimento. O contexto está mais próximo de ser o efeito de um acontecimento do que a sua causa: é o campo de forças excitado no processo.

As correspondências entre as imagens e o visível

Se as imagens podem servir como documentos para a pesquisa histórica é sobretudo por serem um acontecimento, um evento de época. As soluções adotadas na construção das imagens, bem como as funções atribuídas às imagens, são típicas de determinadas sociedades no tempo. Analisar as relações entre forma e contexto, implica em pensar o que a forma nos *informa* e o que a forma *enforma* (dá forma). Quais são as forças modeladas pela forma? A quais forças a forma dá materialidade, dá objetividade? A forma nos informa o que ela enforma (o que ela formata).

Os pintores medievais não eram orientados pela intenção de simular profundidade na bidimensionalidade do suporte pintado, nem de suscitar a ilusão de que as figuras pintadas fossem de carne e osso, dotadas de volume e movimento, nem pretendiam solucionar as imagens de modo a que as coisas e seres figurados parecessem com aquilo que é apreendido pela visão. Não era uma meta desses pintores desenvolver técnicas adequadas para tratar o volume, cor, luz, proporções, movimento, de modo a criar um efeito de semelhança ao visível. Todavia, desde o século XIII, tanto no Norte como no Sul da Europa, pode-se constatar um esforço por parte dos pintores no

---

9 LEVY, Pierre. As tecnologias da inteligência: o futuro do pensamento na Era da Informática. Trad. Carlos Irineu da Costa. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1993. p. 73.

sentido de injetar nas imagens referências do mundo natural.

Até o século XIII, as imagens medievais tiveram uma função narrativa, mas não imitativa no sentido de copiar o mundo visível de modo a dar conta de descrever as relações espaciais que as coisas do mundo mantêm entre si. Cabia ao pintor dar visibilidade à beleza invisível que emana de Deus, a Sua ordem e a Sua mensagem para os humanos. Os textos sobre pintura eram livros de receitas, que transmitiam os modelos de imagens e técnicas a serem seguidas pelo pintor. Estes textos não tinham a preocupação de fazer uma retrospectiva do ofício de pintar; tal preocupação só veio a ocorrer quando artistas como Giotto passaram a ser mencionados como aqueles que redefiniram o caráter da pintura. Então foi possível ao pintor Cennino Cennini (nascido por volta de 1370) apontar a *modernidade* de Giotto, no *Libro dell'arte*, no qual fez uma retrospectiva da pintura adotando uma perspectiva histórica[10]. Sobre Giotto, escreveu Boccaccio que:

> "Ele era um espírito tão excelente que, ainda que a natureza, mãe de todos, sempre operante pela contínua revolução dos céus, modelasse o que bem entendesse, ele, com o seu estilo, a sua pena e o seu lápis, a retrataria de tal modo que parecesse não a sua semelhança, mas a própria coisa, de maneira que o sentido visual dos homens freqüentemente se enganava a seu respeito, tomando pelo verdadeiro o que era apenas pintado."[11]

Firmava-se um tipo de abordagem sobre as artes visuais que enfatizava a evolução em direção a um ilusionismo cada vez mais convincente, mas também uma expectativa otimista quanto à possibilidade destes novos meios de figuração darem conta de descrever plasticamente o visível. A obra de Giorgio Vasari, *As vidas dos mais excelentes arquitetos, pintores e escultores italianos de Cimabue ao nosso tempo*, publicada em 1550, inclui algumas anedotas sobre pinturas tão semelhantes ao real que iludiam quem as olhavasse. "A respeito de Giotto conta que, ainda menino e estudando com Cimabue, pintou certa vez uma mosca no nariz de um retrato em que Cimabue estava trabalhando e fê-lo de forma tão real que Cimabue a tomou

---

10 BAZIN, Germain. História da história da arte. Trad. Antonio de Padua Danesi. São Paulo: Martins Fontes, 1989. p. 8.

11 Citado por OSBORNE, Harold. Estética e teoria da arte. Trad. Octavio Mendes Cajado. 5° ed. São Paulo, Cultrix, 1986. p. 56.

por uma mosca verdadeira e tentou enxotá-la."[12] Neste ponto cabe ressaltar o caráter histórico deste ilusionismo, ou seja: aquilo que cada época aceitou como uma imagem convincentemente semelhante à coisa retratada é datável, corresponde a um modo de selecionar quais os dados do visível são relevantes na confecção da sua imagem plástica *realista*. Hoje já não conseguimos ver nas pinturas de Giotto o poder ilusionista destacado por Boccaccio e Vasari.

A proliferação de textos sobre a pintura e sobre a vida dos artistas atesta diversas questões significativas: a compreensão que se tinha na época da importância das transformações que estavam ocorrendo (a consciência de se estar vivendo em uma nova época, de se ser *moderno*); a adoção de uma concepção *progressiva* da arte (e da história); e a valorização dos feitos individuais, especificamente os dos artistas, atestada também pelo aparecimento de biografias e pela redefinição do status dos artistas e das artes figurativas (os artistas questionam a condição de artesãos e as artes figurativas almejam abandonar a condição de artes mecânicas). Para um maior rigor conceitual, talvez devamos concordar com Régis Debray, quando ele afirma que a *arte* só surge com o Renascimento.[13]

Imagens: tecnologias de visualização

Mesmo tendo em conta que aquilo que se costuma chamar de Renascimento abrange uma situação diversificada, buscar-se-á evidenciar a função desempenhada pela produção de imagens neste período, visando detectar a forma singular como as imagens funcionaram no processo de objetivação do real e do sujeito que o conhece. A grande importância atribuída às artes visuais, notadamente à pintura, testemunha o peso dado à experiência do olhar. Peso que só foi possível graças a procedimentos capazes de garantir uma adequação da imagem ao real. Graças a estes procedimentos foi possível, desde o Renascimento, a produção de imagens coerentes e lógicas para catalogar o mundo. Esta estocagem de imagens do mundo, a contínua acumulação do álbum de imagens do mundo, propiciou uma visão sinóptica e perspectiva das informações conhecidas e engendrou uma percepção sinóptica e perspectivada. Neste período fica evidente que o modo verdadeiro de ver

---

12 Idem, p. 55-56.

13 DEBRAY, Régis. Vida e morte da imagem. Trad. Guilherme Teixeira. Petrópolis, Vozes, 1984.

o mundo, de analisá-lo, de definir o que nele é objetivamente real, constituiu-se simultaneamente à produção de imagens.[14]

Que procedimentos foram mobilizados no Renascimento para garantir uma correspondência entre as formas das imagens e aquilo que constituía-se como real? Uma história bastante conhecida conta que um belo dia, "nos primeiros anos do século XV, na Itália e de modo particular em Florença, homens ousados fundaram, depois de séculos de erro, uma fórmula de expressão plástica correspondente a um estágio superior da civilização humana".[15] Criava-se assim a perspectiva, um sistema que finalmente possibilitava à imagem tornar-se cópia fiel do mundo. Frente a esta "verdade evangélica", Pierre Francastel adverte:

> "A crença segundo a qual os florentinos basearam o Renascimento no emprego de um sistema realista de figuração perspectiva extraído da matemática de Euclides e da observação atenta dos vestígios da Antigüidade – depositária do grande segredo dos números e da harmonia – continua sendo o fundamento de nossa interpretação geral da história da arte e da civilização modernas."[16]

O que Francastel buscou demonstrar é que a perspectiva linear não era a única fórmula utilizada no século XIV, nem corresponde ao sistema racional mais adequado para fixar na superfície plana o mundo exterior; "ela é um dos aspectos de um modo de expressão convencional baseado em determinado estágio das técnicas, da ciência e da ordem social do mundo em dado momento".[17] Para Francastel não se trata de denunciar a perspectiva linear por ela *ainda* não ser suficientemente adequada para representar, na superfície

---

14 É possível que este vínculo entre conhecimento e visão, tão *evidente* na cultura ocidental, tenha sido engendrado em íntima relação com os sistemas de produção de imagens, sendo assim um dado cultural. O caso dos índios Suyá é bastante elucidativo. Esta tribo de língua Jê, atualmente vivendo no Parque Nacional do Xingu, estabelece uma relação cautelosa com a visão. As faculdades mais valorizadas no processo de percepção e de relação social são a audição e a fala. "Quando os Suyá aprendem alguma coisa, mesmo algo visual, como, por exemplo, um padrão de tecelagem, dizem: 'está no meu ouvido'." SEEGER, Anthony. Os índios e nós. Rio de Janeiro, ed. Campus, 1980, p. 43-57.

15 FRANCASTEL, Pierre. Pintura e sociedade.trad.Elcio Fernandes. São Paulo: Martins Fontes, 1990. p. 7.

16 Idem, p. 7.

17 Idem, p. 1.

plana, o mundo tal qual ele realmente é e/ou tal qual os olhos humanos o percebem.

> "O espaço não é uma realidade em si, da qual somente a representação é variável segundo as épocas. O espaço é a própria experiência do homem. É tão-só porque séculos de convenção habituaram-nos a aceitar determinados signos expressivos utilizados na educação, com o fito de desenvolver simultaneamente nossas faculdades matemáticas e nossas faculdades visuais, que nos parece evidente que determinada perspectiva euclidiana fornece-nos, de modo espontâneo, a ilusão perfeita da realidade."[18]

No entanto é historicamente determinado o modo como se engendra e se expressa o interesse pela codificação visual do espaço[19] . A partir do Renascimento, a possibilidade de duplicar o mundo físico (existente ou projetado) na forma de uma imagem, foi amplamente utilizada na geração de novos meios de intervenção sobre este mundo. Através das novas técnicas de produção e reprodução de imagens o olhar foi investido de novas atribuições no desempenho da função de ver, e o visível foi investido de novas características, que só granharam objetividade a partir da sua materialização na forma de imagem.

Francastel destacou a importância dos problemas suscitados pela construção da cúpula de Santa Maria del Fiore, em Florença, para a compreensão das concepções de espaço emergentes no Renascimento; processo que ilustra de modo exemplar os redimensionamentos que ocorreram à época nos procedimentos de objetivação do real através de imagens[20] . Para edificar a cúpula era necessário, conforme as técnicas existentes, cobrir as bases da cúpula de modo a criar uma moldura de madeira capaz de suportar a construção de um arco de tijolos autoportante. No entanto, o vão que precisava ser coberto pelo andaime tinha cerca de quarenta e três metros, vão que não podia ser coberto com os recursos técnicos até então existentes.

---

18 Idem, p. 24.

19 "A arte do Renascimento é um sistema de signos convencionais que só é válido para os que são iniciados no conjunto dos postulados de uma civilização feita ao mesmo tempo de técnicas e de crenças. Esse conjunto não é diretamente acessível aos não-iniciados, e chega um momento em que ele deixa de coincidir com as experiências da mais nova civilização." Idem, p. 24.

20 FRANCASTEL, op. cit. Ver capítulo 1 e Apêndice I.

Foi necessário edificar a cúpula virtualmente em um projeto (em uma imagem) onde houvesse uma correspondência entre os valores espaciais configurados na imagem e os valores espaciais do objeto arquitetônico a ser edificado, correspondência suficiente para possibilitar a utilização do projeto como um aliado nas estratégias de visualização do real e de intervenção sobre o real.

Novas injunções entre a técnica, a imagem projetada, e as aplicações da geometria e da matemática na intervenção sobre o real. A solução da cúpula de Santa Maria del Fiore tornara-se um desafio para a época, o desenvolvimento da técnica que propiciou a sua edificação dependeu de uma nova aplicação da imagem. O projeto, enquanto um conjunto de traços dispostos sobre um papel segundo determinadas regras, permitiu projetar visualmente o espaço que seria recortado e as etapas de construção da matéria que o recortaria. Do projeto à obra e da obra ao projeto inúmeras trajetórias foram feitas, contínuas correções recíprocas, onde o olho apreendia a ver o real (e a realidade projetada), ao mesmo tempo tornando o real visível em imagem e propiciando a realização da imagem no real.

A questão não é supor o ineditismo na utilização de uma imagem como forma de intervir no real, a questão é perceber as especificidades do modo como se deu essa união entre o projeto e a intervenção neste momento. A perspectiva foi mobilizada neste caso como uma aliada na criação de uma realidade virtual, sobre a qual elaborou-se uma estratégia de intervenção no problema da cúpula. Este fato singular aponta para um paradigma de relação entre imagem e real que passou a estar presente em diferentes aspectos das atividades no Ocidente Moderno. A visão – esta visão *racionalizada* desde o Renascimento – tornou-se um elemento fundamental na condução das relações sócio-técnicas e no entendimento destas relações.

A hipótese de que o acontecimento mais importante da Renascença foi a emergência de meios que regeram a racionalização do olhar é sustentada por William M. Ivins[21], o qual destaca que, embora a imagem seja um meio de simbolizar a experiência visual, ela permaneceu durante longo período da história um meio pouco eficaz para simbolizar aquilo que se toma consciência pela visão. Isso deveu-se a duas razões essenciais: a inexistência de meios para reproduzir imagens com exatidão e a inexistência de regras e de um sistema "que permitisse garantir seja relações lógicas no seio do sistema de símbolos pictóricos, seja uma correspondência recíproca entre a representação

21 IVINS, William M. "La rationalisation du regard". In Culture Technique, op. cit. p. 31-37.

da forma desses objetos e suas posições no espaço"[22].

Os limites das ciências da natureza no período Clássico e Medieval podem ser atribuídos, em grande parte, segundo Ivins, a esta impossibilidade de simbolizar aquilo que os sentidos apreendiam da natureza[23]. A gravação de imagens a partir de uma matriz de madeira (xilogravura), difundida na Europa no fim do século XIV e início do XV, e a utilização da gravura em metal, surgida no fim do século XV, forneceram "pela primeira vez uma técnica de reprodução exata dos símbolos ligados à tomada de consciência pela visão"[24]. Pouco tempo depois da impressão de imagens propiciar a circulação de séries de imagens construídas segundo certas convenções de transposição da experiência da visão para a superfície bidimensional, Leon Battista Alberti, em 1436, codificou "um sistema simples, mas lógico, de perspectiva gráfica"[25]. Este sistema, demandado por uma pluralidade de interesses, graças a sua capacidade de ser mobilizado em uma logística de catalogação capaz de dar conta da diversidade do mundo, define até hoje, em última instância, o que é uma imagem objetiva do real.

A técnica da perspectiva, aliada à técnica de reprodução, conferiu uma nova condição às imagens no início da Idade Moderna. Através das técnicas de gravura tornou-se possível a reprodução imutável de uma série de imagens e a geração de símbolos repetíveis, sob uma forma constante, para registrar na superfície bidimensional as percepções visuais[26]. Instaura-se uma prática que não mais parou de expandir-se: a produção de enunciados picturais exatamente reprodutíveis. O fato de que imagens (mapas, projetos arquitetônicos, fisionomias, formas vegetais e animais, e tantos outros grafismos que funcionam como ajudas visuais) possam ser olhados, simultaneamente, por leitores dispersos, constituiu ele mesmo uma verdadeira revolução na comunicação. Através da perspectiva (que funcionou como uma gramática capaz de reconstruir as invariâncias das relações internas dos objetos, mesmo considerando os seus deslocamentos no espaço e as mudanças no ponto de vista do observador) tornou-se possível o estabelecimento de correspondências métricas entre a forma e posição de um objeto no espaço e a sua imagem na superfície bidimensional. Com a perspectiva pode-se

22 Idem p. 33.
23 Idem
24 Idem
25 Idem
26 Para entender a importância deste fato, basta pensar no que seria um livro de botânica antes das técnicas de reprodução de imagens.

apreender as formas imutáveis das coisas, apesar da sua mobilidade no espaço; com as técnicas de reprodução as imagens tornam-se imutáveis, e passíveis de ter cada vez mais mobilidade. Um móvel imutável cada vez mais mobilizado a novas aplicações. Graças à gramática da perspectiva os dados do mundo puderam a partir daí ser reunidos e acumulados em um único lugar na forma de imagens coerentes e consensualmente legíveis. Estes lugares, onde as imagens se acumulam e se combinam, sendo mobilizadas para as mais diversas direções e situações, tornam-se verdadeiros *centros de cálculo*[27]. A partir destes lugares que concentravam imagens do mundo, o real tornou-se visualmente demonstrável. O ônus da prova tornou-se o esforço de acumular imagens eficazes[28].

Bruno Latour insiste que a formação da ciência moderna não pode ser explicada nem por mudanças na percepção nem por mudanças nas concepções mentais. Recorrendo às pesquisas de Ivins, afirma que o espírito tornou-se científico vendo o mundo em perspectiva[29]. Como o espírito pode ver o mundo em perspectiva? Através do trabalho dos olhos e das mãos. As novas formas de configurar, em imagens, o mundo percebido, tiveram como suporte a proliferação de objetos técnicos ligados à materialização visual das dimensões de espaço (e de experiências que não são propriamente visuais). Para ver o mundo em perspectiva, o olhar teve que se armar. Para ver o mundo em perspectiva não é suficiente *enxertar* no olhar, através de fórmulas abstratas, os esquemas da geometria; são necessários dispositivos materiais que se acoplam ao olho no ato de ver. Ver em perspectiva requisitou diversos instrumentos perspectivadores como o espelho, a câmara escura e os quadriculadores, instrumentos que balizavam as relações entre o visível e a sua cópia em imagem. Da mesma forma, para ver a cidade e seus fluxos, ou o corpo e suas doenças, foi necessário ter diante dos olhos um conjunto de registros e traços (na forma de tabelas, gráficos, estatísticas, etc.) que apresentassem sinopticamente os fenômenos[30].

> "Graças à existência de métodos que permitem reproduzir exatamente os símbolos pictóricos arranjados de modo a

27 LATOUR, op. cit, p. 24.
28 Idem, p. 11-14.
29 "A revolução científica, para William Ivins, não provém do espírito, da filosofia ou mesmo do olho. Ela provém da visão." LATOUR, op. cit. p. 11.
30 Idem, p. 15.

representar aquilo que tomamos consciência pelo olhar, o ritmo das descrições científicas não parou de crescer desde aquela época. A classificação científica que, para muitos objetos, era praticamente impossível com a ausência de tais métodos, progrediu a passos de gigante. Os êxitos mais populares destes métodos em matéria de classificação são talvez aqueles obtidos nos domínios da arqueologia, da história da arte, do diagnóstico médico e da pesquisa criminal, conhecimentos e práticas que foram inteiramente remanejados com o advento da fotografia e de seus procedimentos correlatos. Existem atualmente poucas ciências ou tecnologias que não repousam de um modo ou de outro sobre o poder dessa simbolização invariante pela imagem."[31]

É significativo que, no processo de difusão das técnicas de reprodução mecânica de textos e de imagens, através da impressão (xilogravura e tipografia), enquanto as línguas européias, que já estavam diferenciadas, sedimentaram suas peculiaridades, a imagem foi sendo construída como uma forma de comunicação transnacional. A adoção dos códigos da perspectiva pelos pintores dos diversos países ocidentais é o fato mais evidente deste processo de criação de uma *linguagem internacional* para a produção e *leitura* das imagens. A perspectiva foi o alicerce de uma *linguagem internacional* capaz de dar conta da diversidade do mundo.

"A ciência e a tecnologia têm progredido em relação direta com a capacidade do homem de inventar métodos graças aos quais fenômenos que só poderiam ser conhecidos pelo tato, pelo paladar e pelo olfato, puderam ser visualmente identificados e medidos e portanto ser o objeto dessa simbolização lógica sem a qual o pensamento racional e a análise são impossíveis. A descoberta das formas iniciais dessas gramáticas e dessas técnicas constitui o início dessa racionalização do olhar que, penso, foi o evento mais importante da Renascença."[32]

---

31 IVINS, op. cit., p. 36.
32 Idem

Elaborar um sistema que dê conta de reproduzir, na forma de imagens, as relações que os corpos mantêm entre si no espaço visível, já o vimos, é um problema datável. A produção de imagens no Renascimento foi fortemente condicionada por este problema, mas ao mesmo tempo esta produção de imagens foi condicionada pelas novas possibilidades abertas para a construção e manuseio das imagens. A difusão da perspectiva e das técnicas de reprodução das imagens redefiniram o funcionamento da visão, primeiramente, do pintor. A partir daí a materialização do visível através de imagens engendrou cada vez mais novas mediações. A visão e a objetivação daquilo que existe para ver foram reelaboradas no conjunto das novas relações sócio-técnicas vinculadas à produção e ao uso das imagens. A experiência objetivante do mundo tornou-se fundamentalmente uma experiência visual, materializada na forma de imagens. O real dá-se ao olhar.

O limite entre o público e o privado

*Maria Bernardete Ramos Flores**

PEDRO. Joana Maria. Nas tramas entre o público e o privado. A imprensa de Desterro no século XIX. Florianópolis: Editora da UFSC. 1995. 105 páginas.

Do ponto de vista da teoria de Habbermas sobre a constituição das esferas pública e privada, Joana Maria Pedro investiga, nesta obra, a emergência e a própria possibilidade de sobrevivência da imprensa, no século XIX, em Desterro, capital da Provincia de Santa Catarina. A partir da constatação de que havia uma reduzida acumulação de capitais, analisa o vínculo entre o pequeno círculo de enriquecidos, o poder público e a circulação de idéias, projetos políticos e ideais de civilização.

O livro contém uma tabela apontando, ano a ano, entre 1831 e 1894, o aparecimento e o período de duração dos diversos jornais que circularam na cidade, e os nomes de seus respectivos diretores, o que possibilitou descrever os momentos em que proliferaram novos jornais, as especificidades locais das lutas partidárias que atravessavam o país, e ainda as possibilidades que Desterro possuía para o desenvolvimento de uma esfera de pessoas privadas reunidas num público.

Desterro, no século XIX, o mais importante porto da Província, promoveu a

* Professora do Departamento de História da UFSC

acumulação de riqueza, criando uma próspera classe de comerciantes, armadores e agenciadores de navios, envolvida, diretamente, nas disputas políticas locais. Um exemplo disto foi a acirrada polêmica em torno da construção do Mercado Público. Por ocasião da viagem de D. Pedro II, 1845, ao sul do Brasil, com passagem por Santa Catarina, os "prós" e os "contras" a remoção das barraquinhas entraram em acordo, e os quiosques da Praça da Matriz foram removidos para as proximidades do Forte de Santa Bárbara. As futuras gestões da Câmara Municipal para que neste local se construísse um mercado público, dividiram a elite local: aqueles que queriam a construção do mercado na Praça da Matriz, os chamados "cristãos", associados ao partido Conservador, tendo como porta-voz, o jornal *O Progresso Catarinense;* e, aqueles que defendiam a construção nas proximidades do Forte de Santa Bárbara, os chamados "judeus", do partido liberal, através do jornal *O Consiliador Catarinense* (p.23). Venceram os conservadores e, na verdade, o "que estava em jogo era o interesse econômico de meia dúzia de abastados, que tinham suas casas comercias nas proximidades da Praça da Matriz...", conclui a autora, citando Oswaldo Rodrigues Cabral, uma de suas fontes históricas (p. 23). Mas a questão também induz a pensar nas respectivas posturas ideológicas: os "judeus" tendiam a reivindicar projetos mais "modernizadores" para a cidade, enquanto os "cristãos"conservadores, mais presos aos costumes da terra e aos ganhos tradicionais, embora de pequena monta, defendiam a manutenção das suas favoráveis condições (p.25).

O livro leva a pensar, portanto, como a realização da utopia burguesa da constituição da República, encontra-se enredada nas tramas que confundem o público e o privado.

Metodologicamente, ainda, se pode pensar como a história é atravessada por temporalidades múltiplas. No Ocidente capitalista, no século XIV, a "troca de informações" desenvolveu-se na trilha "da troca de mercadorias", e, na década de 30 do século XIX, em países como a Inglaterra, França e Estados Unidos, o jornal tornou-se uma "empresa de economia privada destinada a gerar lucros"(p.15) de acordo com Nelson Werneck Sodré, em *História da imprensa do Brasil*, citado pela autora. É só na passagem do século XIX para o XX que "o jornal, como empreendimento individual, como aventura isolada desaparece nas grandes cidades", dando lugar às empresas jornalísticas, como estrutura específica, dotada de equipamentos gráficos necessários ao exercício de sua função" (p.16). Em Santa Catarina, a empresa jornalística só vai surgir na década de 70 do século XX, conforme pesquisa do jornalista Moacir Pereira (p.16). No entanto, embora as especialidades locais nos apontem para diversas temporalidades de certo fenômenos históricos e para seus contornos e performance próprios do local, a história local, ou poderíamos denominá-la micro-história, ganha sua plenitude ao constituir-se numa "janela para o mundo", usando uma expressão de Lawrence Stone. Através do estudo da imprensa no século XIX, em Desterro, a autora mostrou o fio de Ariadne para compreendermos uma das facetas da história da imprensa no Brasil.

História da imigração alemã no Vale do Capivari

*João Klug**

DIRKSEN, Valberto. Viver em São Martinho - A colonização alemã no Vale do Capivari. Florianópolis: Ed. do Autor, 1995, 212p.: il.

A história da imigração alemã em Santa Catarina não é tão conhecida quanto se pensa. Também não é possível apresentá-la acondicionada e embalada sob um único *rótulo*. Existem muitas particularidades regionais que diferenciam os vários núcleos de colonização alemã. A pesquisa e o estudo destas diferenças é uma necessidade, quando se visa compreender melhor o tema.

Normalmente, quando se fala em "imigração alemã", tem-se em mente as regiões de Blumenau e Joinville. Sem dúvida, foram as áreas que receberam o maior contingente de imigrantes alemães. No entanto, outras regiões do Estado de Santa Catarina também receberam imigrantes alemães, cuja história é muito pouco conhecida. A Região Sul é uma destas. A partir deste trabalho do professor Valberto Dirksen, parte desta riqueza histórica sai do anonimato e passa a ser fonte de consulta obrigatória para aqueles que quiserem compreender melhor a história da colonização do Sul de Santa Catarina, especialmente no Vale do Capivari. Trata-se de uma obra que, conforme o próprio autor, "não é um livro escrito para eruditos, mas para gente simples", para que compreendam suas próprias origens

* Professor do Departamento de História da UFSC

e se orgulhem de sua identidade. Diria que é uma espécie de retorno social para uma região de gente simples, que nas lides cotidianas do mundo rural vai construindo sua história.

O trabalho é apresentado de forma concêntrica. Começa abordando alguns motivos que levaram tantos alemães a deixar sua terra natal e emigrar para o Brasil. Descreve ainda sucintamente a região de onde vieram os colonizadores do Vale do Capivari, as dificuldades para deixar a pátria, a penosa travessia, bem como o árduo processo de fixação na nova terra, tendo que lidar com uma natureza desconhecida e hostil, temendo ainda o ataque de "bugres".

O Município de São Martinho é descrito quanto a sua geografia e ocupação humana, enfatizando a história das primeiras famílias que ocuparam os lotes recém-demarcados. Ao longo de seu trabalho o autor deixa claro que também no Vale do Capivari, assim como em outras áreas rurais ocupadas por colonos alemães, a vida se organiza em torno do tripé institucional formado por Igreja, Escola e Cemitério. Este aspecto é um importante viés, através do qual o professor Valberto Dirksen consegue compreender melhor a sociedade, objeto de sua pesquisa trazendo à tona aquilo que poderíamos chamar de mentalidade de um grupo. A formação das primeiras escolas comunitárias, a atuação dos primeiros professores e a marca que deixaram são objeto de análise, contribuindo assim significativamente para a história da educação do Vale do Capivari.

A história econômica da região também é estudada, apontando o autor para um relativo florescimento, pois o volume e variedade de mercadorias exportadas para centros consumidores atesta este fato. As dificuldades de transporte impediram maior avanço econômico. No aspecto

político, o autor evidencia o abandono que o Vale do Capivari sofreu por parte das autoridades, observando que só esporadicamente a região era lembrada e visitada por parte daqueles que queriam recolher impostos dos agricultores ou lhes pedir votos. Relata ainda o processo eleitoral, que era comandado a partir de Imaruí, no qual as cédulas eleitorais já vinham devidamente lacradas e aos colonos só restava a tarefa "cívica" de depositá-las na urna. Os colonos estavam cientes, segundo o autor, de que participavam de um "teatro" ao invés de exercitar seus direitos. Eram as regras impostas pelo coronelismo político.

Importantes aspectos de natureza antropológica e sociológica, são descritos quando a autor analisa as tradições, costumes, esporte e lazer.

Cabe também destacar o capítulo relativo à resistência e combate dos colonos alemães do Vale do Capivari contra os *maragatos* oriundos do Rio Grande do Sul. O autor evidencia que a resistência desses agricultores frustrou os planos de pilhagem no vale, obrigando os invasores a bater em retirada.

Com o presente trabalho, mais uma faceta da história catarinense é trazida a público. Ganham os interessados em conhecer mais um pouco de nossa história, ganha a historiografia catarinense.

A escravidão romana e o Novo Mundo

*Pedro Paulo A. Funari**

BRADLEY, Keith. Slavery and Society at Rome. Cambridge, Cambridge University Press, 1994, 202 p.

O livro de Keith Bradley, professor da Universidade de Vitória, na Colúmbia Britânica, Canadá, apresenta uma síntese muito atualizada a respeito da escravidão no mundo romano no período entre 200 a.C. e 200 d.C. Os seus nove capítulos tratam da historiografia da escravidão, a sociedade escravista, o suprimento de escravos, o trabalho escravo, a qualidade de vida, a resistência, mudanças e continuidades, escravidão e progresso e o quotidiano da escravidão. Ensaio bibliográfico para uso dos alunos de graduação é seguido das obras citadas e de um índex.

A primeira característica que chama a atenção na obra refere-se ao uso da História comparativa, tendo sempre como contraponto à escravidão romana a experiência do escravismo no Novo Mundo, em especial no Brasil. Pouquíssimos especialistas no mundo romano ousaram abordar o tema de forma comparada e alguns levantaram objeções de caráter metodológico, enfatizando as diferenças, indiscutíveis, entre os dois períodos históricos (p.180). No entanto, as freqüentes referências à América demonstram que, ainda que as diferenças sejam muitas, as semelhanças podem indicar

* Departamento de História, IFCH, Unicamp

certas características genéricas decorrentes da escravidão, em particular no que se refere à resistência quotidiana (p.105) e à alienação (p.131). As menções às obras de Mary Karash, Kátia de Queirós Mattoso e Stuart Schwartz, sobre a escravidão no Brasil, demonstram como realidades distantes podem, com grande proveito, serem postas em confronto.

O cerne da argumentação de Bradley gira em torno dos níveis de inserção dos escravos na sociedade humana. Reconhecendo a enorme diversidade e variabilidade das posições sociais ocupadas pelos escravos, o autor tenta avaliar os graus de cooptação – por meio do compadrio – e de resistência da população juridicamente dependente. As transformações parecem ter sido, no geral, irrisórias, e mesmo o cristianismo tantas vezes considerado benéfico no tratamento do escravo, não significou alívio algum. Em certo sentido, a escravidão, ao ter sido atribuída ao pecado, encontra não apenas justificação como grande confirmação por parte dos padres da Igreja, como Santo Agostinho (p. 151). No final das contas, Bradley conclui que a escravidão, para os romanos, não era uma instituição peculiar, mas um padrão pelo qual tudo o mais, na sociedade, era medido e julgado, sendo um meio de pensar a sociedade e sua categorização social (p. 181).

A bibliografia, composta de mais de 250 obras, demonstra grande atenção do autor à produção acadêmica recente, mas ressente-se da pouquíssima atenção dada à historiografia francesa (apenas 2% das obras em francês estão citadas!), tão rica a respeito desse tema. No entanto, não resta dúvida que, em termos gerais, esta obra fundamental apresenta contribuições notáveis a respeito da sociedade romana e merece uma leitura atenta, também por parte dos estudiosos da escravidão moderna ou antiga.

MERCOSUL ESTE É O CAMINHO.

Maior fonte de geração de desenvolvimento e riqueza do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, o BRDE tem oferecido oportunidades de financiamento a longo prazo e linhas de crédito para investimentos em agropecuária, indústria, comércio, serviços, auto-peças, turismo. Além do Finame Especial e outros. Isso, no contexto do Mercosul, é mais que uma alavanca. É um grande incentivo para pequenas, médias e grandes empresas se expandirem, abrindo novos mercados em direção aos países vizinhos. O que vai transformar o BRDE no mais importante agente de integração e do crescimento econômico dos estados do sul. Razão pela qual já se pode afirmar que o BRDE é o banco forte do Mercosul. Um parceiro de fato. E de crédito.

BRDE ESTE É O PARCEIRO.

BRDE

BRDE 35 ANOS

Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul.

PARCEIRO PARA CRESCER

Paraná - (041) 250-7373 / Santa Catarina - (048) 221-8000 / Rio Grande do Sul - (051) 228-9200